

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GABRIELA SANTOS DA SILVA

**A SECURITIZAÇÃO DOS REFUGIADOS: O CASO DA SÍRIA E O
ENVOLVIMENTO DA FRANÇA**

FLORIANÓPOLIS (SC)

2016

GABRIELA SANTOS DA SILVA

**A SECURITIZAÇÃO DOS REFUGIADOS: O CASO DA SÍRIA E O
ENVOLVIMENTO DA FRANÇA**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito
obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.
Orientadora: Profa. Dra. Graciela de Conti Pagliari.

FLORIANOPOLIS (SC)

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 (dez) à aluna Gabriela Santos da Silva na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Graciela de Conti Pagliari

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dra. Marília Bortoluzzi Severo

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Ms. David Fernando S. Villena del Carpio

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis (SC), 25 de julho de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradecer parece ser uma tarefa fácil, mas é difícil colocar no papel todas as pessoas que foram importantes para mim neste semestre de muito trabalho e muito aprendizado.

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus. A fé, na maioria das vezes, só se manifesta em momentos de necessidade, em que a ansiedade toma conta e o caminho fica nebuloso. Quero, então, reconhecer a Sua presença nessas situações, sendo responsável por me acalmar e me manter no caminho.

Agradeço a minha família: meu refúgio e segurança. Aqueles que sempre me apoiaram e me ajudaram nos momentos de crise, secaram minha lágrimas e aguentaram meus momentos de stress. Pai, muito obrigada por ser meu revisor e às vezes dormir mais tarde do que eu para corrigir meus trabalhos. Mãe, muito obrigada por perder dias sendo minha motorista particular sem nunca reclamar de faltar ao trabalho e ainda ter de ouvir minhas reclamações. Ricardo, muito obrigada por estar sempre disponível, independente dos seus compromissos, para me buscar e levar à rodoviária, ao aeroporto, a qualquer lugar que fosse sem nunca reclamar ou pedir nada em troca. Eu amo todos vocês e meus agradecimentos nunca serão suficientes.

Agradeço à UFSC e o que ela representou para mim em todos esses anos: aprendizado, conhecimento, desenvolvimento, crescimento pessoal, mas também, amizade. Aproveito para agradecer a todos os professores que contribuíram com tudo isso, em especial, minha professora orientadora Graciela, que me orientou no TCC e fora dele, estando sempre disponível para discutirmos sobre as nossas opiniões e me auxiliando sempre que preciso.

Agradeço ao Gabriel que sempre esteve presente – mesmo à distância – para escutar minhas reclamações e angústias e usá-las para me motivar a seguir em frente, sempre buscando o melhor para mim. Não consigo colocar em palavras o seu significado para mim.

E, finalmente, agradeço aos meus amigos Arianne, Lucas, Deborah, Angela e Júlia que, por entenderem exatamente qual o momento em que me encontrava, sabiam as palavras certas nos momentos certos e estavam sempre presentes para me auxiliar nos momentos de necessidade e para comemorar nos momentos de conquistas.

“É necessário ter o caos cá dentro para gerar uma estrela”

Friedrich Wilhelm Nietzsche

RESUMO

DA SILVA, Gabriela Santos. **A Securitização dos Refugiados: O Caso da Síria e o Envolvimento da França.** Monografia – Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Esta pesquisa pretende analisar o tratamento da França em relação aos refugiados sírios desde o início da Guerra da Síria, como forma de avaliar se esse tratamento sofreu alterações ao longo do tempo, no sentido de pensar mais a questão da segurança nacional. Dessa forma, esta monografia se situa no campo de estudo da Segurança Internacional, uma subárea dos estudos de Relações Internacionais e é dividida em três capítulos. Os capítulos iniciais são responsáveis por uma apresentação teórica de conceitos fundamentais para a posterior análise do posicionamento francês. Assim, são apresentadas, inicialmente, diferentes categorias de guerra, visto que é necessário identificar características dentro dessas categorias que sejam semelhantes à maneira como a Guerra da Síria se manifesta. Também são apresentados o conceito de refugiados – e os motivos que indicam que determinada pessoa pode ter este *status* – e o conceito de securitização – conceito esse que leva em consideração uma escola ampliada de Relações Internacionais, a Escola de Copenhagen, que verifica a possibilidade de trazer outros setores, além do militar, para a análise de segurança. Finalmente, através destes conceitos, a Guerra da Síria é contextualizada e tem diversas características comparadas às categorias inicialmente apresentadas. Dessa forma, através do conhecimento da consequência desta Guerra – a onda de refugiados que produz – é feita a análise de dados de instituições responsáveis pelo recebimento das demandas de proteção internacional vindas da Síria e dos discursos do presidente francês François Hollande, para avaliar o posicionamento da França em relação a esse assunto e verificar se há indícios de uma posição mais voltada para a segurança nacional.

Palavras-Chave: Guerra da Síria, Securitização, Refugiados, França.

ABSTRACT

DA SILVA, Gabriela Santos. **The Securitization of Refugees: The Case of Syria and the involvement of France.** Final Paper – Department of Economics and International Relations - Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

This research aims to examine the treatment of France in relation to Syrian refugees since the beginning of the Syrian war, in order to assess whether this treatment has changed over time, in the sense of thinking more about the national security issue. Thus, this thesis lies in the field of study of International Security, a subarea of International Relations studies and is divided into three chapters. The initial chapters are responsible for a theoretical presentation of key concepts for the subsequent analysis of the French positioning. So, different categories of war are initially presented, since it is necessary to identify features within these categories that are similar to the way the war in Syria manifests itself. The concept of refugees is also presented - and the reasons that indicate that a particular person can have this status - and the concept of securitization - a concept that takes into account a widening School of International Relations, the School of Copenhagen, which verifies the possibility of bringing other sectors, beyond the military sector, for security analysis. Finally, through these concepts, Syria War is contextualized and has different characteristics compared to the categories initially presented. Thus, by knowing the major consequence of this war - the wave of refugees who produces - an analysis of data from institutions responsible for receiving the international comings protection demands of Syria and the speeches of French President Francois Hollande is made to assess the positioning of France on this matter and verify if there are signs of a more forward position regarding national security.

Key Words: Syrian War, Securitization, Refugees, France

LISTA DE SIGLAS

CNDA – *Cour Nationale du Droit d'Asile*

ELS – Exército Livre da Síria

ESI – Estudos de Segurança Internacional

FFP – *Fund for Peace*

IOM – *International Organization for Migration*

ISIS – *Islamic State of Iraq and Syria*

OFPRA – *Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides*

ONGs – Organizações não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

RRDP – *Refugee Rights Data Project*

SI – Sistema Internacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Aplicação de asilo por sírios na Europa	71
Figura 2 – Mapa de aplicações de asilo dos sírios na Europa	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demandas de proteção internacional na Europa (2012)	74
Tabela 2 – Demandas de Proteção Internacional para a França 2012/2011	75
Tabela 3 – Demandas de proteção internacional na Europa (2013)	76
Tabela 4 - Demandas de Proteção Internacional para a França 2013/2012.....	77
Tabela 5 - Demandas de Proteção Internacional para a França 2014/2013.....	81
Tabela 6 – 10 principais países a demandar proteção internacional à França em 2014	82
Tabela 7 – Comparação entre o total de demandas e rejeições sírias entre 2011 e 2014	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do número de demandas de proteção internacional na França (1981-2014).....	79
Gráfico 2 – Diferencial das demandas de proteção internacional nos países europeus entre os anos de 2013 e 2014	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 ENTENDENDO OS TIPOS DE GUERRA: Classificações e Conceitos.	17
1.1 Considerações Preliminares.....	17
1.2 Entendendo a Guerra na Política Internacional	18
1.3 Guerras Institucionalizadas.....	21
1.4 Guerras Totais	22
1.5 Guerras Civis	26
1.6 Guerras de Terceiro Tipo ou “Guerras dos Povos”	28
1.7 “Novas Guerras”.....	34
2 REFÚGIO: Conceitos e Definições. Há uma securitização em curso?	40
2.1 Considerações Preliminares.....	40
2.2 Os Estudos de Segurança Internacional: Influências, Conceitos e Definições.....	41
2.3 A Escola de Copenhague: Uma abordagem ampliada dos Estudos de Segurança Internacional	43
2.4 Os Setores da Escola de Copenhague.....	45
2.5 É Possível Securitizar a Imigração?	49
2.6 O Que é Refúgio?	51
3 A GUERRA DA SÍRIA E A PARTICIPAÇÃO DA FRANÇA EM RELAÇÃO AOS REFUGIADOS.....	59
3.1 Considerações Preliminares.....	59
3.2 A Guerra da Síria.....	60
3.3 A Guerra da Síria como “Guerra dos Povos”	66
3.4 A Situação dos Refugiados Sírios	69
3.4 O Posicionamento Francês em Relação aos Refugiados Sírios: Há uma Securitização em Curso? 73	
CONCLUSÃO.....	87

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
----------------------------------	----

INTRODUÇÃO

A Guerra da Síria tem se mostrado nos últimos tempos um conflito de grande importância para o Sistema Internacional. Conflito esse que, no ano de 2016, completa cinco anos e sofreu o “*spillover effect*” (ou efeito de transbordamento) atingindo grande parte da região do Oriente Médio – seja através de posicionamentos em relação às partes participantes, seja em função do recebimento dos refugiados que se deslocaram e continuam a se deslocar para países vizinhos, consequência muito importante dessa guerra. Não somente países do Oriente Médio são responsáveis pelo recebimento de refugiados sírios, mas também países da Europa.

Desta forma, ao perceber que países europeus também se envolvem na questão, este trabalho se propõe a analisar, particularmente, a França e o tratamento que ela tem dado aos refugiados sírios desde o início da guerra, verificando se esse tratamento teve alterações à medida que a guerra se estendeu (no sentido de pensar mais na segurança nacional francesa, ou seja, se há um processo de securitização em relação aos refugiados sírios).

Levando em consideração este objetivo do trabalho, a delimitação espacial se dá no território sírio (para uma contextualização e entendimento da guerra) e no território francês, país selecionado para a análise, por conta dos ataques terroristas de origem do Estado Islâmico (conhecido como ISIS), um dos grupos combatentes na Guerra da Síria, no ano de 2015 (escolhido, também, como a delimitação temporal final deste trabalho). Esse é um dos motivos pelos quais a França é o país central neste trabalho: por conta dos ataques terroristas que sofreu naquele ano, as manifestações do governo pós-ataques indicam uma alteração política em relação aos refugiados.

Para atingir o objetivo geral – o de analisar a mudança de tratamento francês em relação aos refugiados sírios e perceber se há um processo de securitização em curso – porém, é necessário que, antes, sejam feitas algumas apresentações teóricas, fundamentais para o entendimento de conceitos que serão utilizados ao longo do trabalho.

Assim, o primeiro capítulo trará uma explanação teórica acerca dos tipos de guerra, um fenômeno que sempre esteve presente no Sistema Internacional e nos estudos de Relações Internacionais. Mesmo sempre presente no SI, a guerra teve alterações nas suas características e nos atores que dela tomam parte, o que faz com que surjam diversas categorias que a classificam ao longo do tempo. Assim, é necessário avaliar as suas diversas modalidades, para que, no âmbito deste trabalho, seja possível verificar as características dos determinados tipos de guerra que possam ser trazidas para o contexto da Guerra da Síria, a fim de compará-las.

Já o segundo capítulo trará uma explanação teórica acerca da questão da securitização, de modo que seja possível entender essa perspectiva de análise dos temas relevantes neste trabalho. Uma determinada escola é trazida para a pesquisa, a Escola de Copenhagen, por conta da consideração que propõe a outros setores na análise de segurança, além do setor militar – considerado tradicional nesse assunto. Isso, então, torna esta escola significativa neste trabalho, visto que os refugiados não podem ser considerados como uma questão tradicional para análise de segurança (não se encaixam, necessária e exclusivamente, no setor tradicional, que é o setor militar).

Além disso, por tratar da questão dos refugiados, o capítulo também explica, por meio das Convenções de 1951, o Protocolo de 1967, a autora Liliana Lyra Jubilut e o Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado, quais são as condições e motivos que determinam o *status* de refugiado para determinadas pessoas, além de trazer alguns casos referentes aos deveres dos Estados que se dispõem a recebê-los.

Ainda neste capítulo, é possível perceber uma junção desses dois assuntos, de modo a analisar a possível securitização dos refugiados (tomando como perspectiva de segurança outro setor presente na análise da Escola de Copenhagen).

Finalmente, o terceiro capítulo une todas as questões teóricas presentes nos dois primeiros capítulos para que seja possível chegar ao objetivo principal do trabalho, através de um estudo de caso da Guerra da Síria e da análise dos dados e documentos que permitem esse estudo. Assim, o capítulo inicia contextualizando e fornecendo um histórico da Guerra da Síria, para que, no segundo tópico, através das características apresentadas neste tópico, seja possível verificar semelhanças com características presentes em determinados tipos de guerra apresentados no primeiro capítulo. Após, é apresentado um contexto geral da situação dos refugiados sírios (uma análise de países que mais os recebem, principalmente, aqueles próximos à Síria e uma comparação desses números com os países europeus que tem participado dessa questão também). Por fim, o último tópico diz respeito à questão da França. Neste, é feita uma análise de dados e de notícias para verificar a evolução do tratamento dos refugiados sírios ao longo do tempo.

Dessa forma, a pergunta a qual esta pesquisa pretende responder é: Como, desde o início da Guerra na Síria, a França tem tratado os refugiados sírios que recebe, e esse tratamento se alterou com o passar dos anos?

A hipótese inicialmente desenvolvida é de que o tratamento da França em relação aos refugiados, embora sem uma alteração muito perceptível, está em um processo contínuo de

mudança. Ainda há uma preocupação humanitária com os refugiados que chegam ao país, já que as pessoas continuam sendo acolhidas, entretanto, é possível perceber um temor de que os refugiados representem uma ameaça à segurança nacional, muito partindo da argumentação de que parte dos imigrantes estejam envolvidos em atividades terroristas. Este último pensamento tornou-se mais presente, principalmente, após os ataques terroristas ocorridos no ano de 2015.

Dessa maneira, para a refutação ou não de dada hipótese, foram estabelecidos objetivos específicos – além do objetivo geral – que auxiliam na delimitação do tema e que são verificados ao longo dos capítulos:

1. Mapear os diferentes tipos de guerras (tradicionais e os fenômenos atuais de uso da força) como forma de caracterizar a Guerra da Síria;
2. Contextualizar historicamente a Guerra na Síria, para possível identificação da condição em que se encontram os refugiados;
3. Análise dos Bancos de Dados franceses, com base nos estudos e conceitos de Segurança Internacional, para verificação de possíveis alterações no tratamento dos refugiados.

O método utilizado neste trabalho, como tratado acima, será o estudo de caso. O motivo pelo qual tal método foi escolhido é para que se restrinja o assunto a um exemplo atual e de grande repercussão. Isso colabora para que o ponto central da questão seja mais bem trabalhado ao se explicarem os conceitos e contextos relevantes e os trazer para exemplificar o objeto central, além de que este método permite a análise de documentos na sua produção – o que permite que a corroboração (ou não) da hipótese seja mais perceptível. Ou seja, um embasamento teórico é necessário antes da análise da Guerra da Síria.

Por ser uma guerra recente no contexto internacional, este trabalho se torna relevante no entendimento dos motivos os quais permitem que esta determinada guerra continue em curso. Além disso, é possível mapear os grupos combatentes e perceber qual a influência que outros países têm em relação a estes e no andamento da guerra.

Dessa forma, como já mencionado, a França é escolhida como país de análise na questão da securitização, principalmente por conta dos ataques terroristas marcados no ano de 2015, o que gera uma dúvida na maneira através da qual serão tratados os refugiados a partir desses fatos. Há uma pressão internacional em alguns países do Sistema Internacional, entre eles a França, para que se envolvam de modo a ajudar os refugiados que conseguem escapar do

conflito. Por outro lado, é possível que exista receio na aceitação destes por parte daqueles países.

Trata-se de estudo que propõe em sua hipótese um enfrentamento dessa pressão. Isso porque a hipótese sugere que, ao contrário da pressão internacional, a França apresenta certas mudanças na maneira como trata os refugiados sírios, de modo que, ao longo do tempo, tem se preocupado mais com questões voltadas a sua segurança nacional, o que significa dizer, então, que há um percurso para uma possível securitização.

Ao afirmar que a França tem enfrentado a pressão internacional por políticas de assistência humanitária, acredita-se que este seja o início de uma movimentação para esse tipo de pensamento mais preocupado com a segurança nacional. Dessa maneira, por se tratar de uma possível diferenciação na própria política do país e no que os outros países têm desejado, este trabalho procura entender essas políticas voltadas para o tema dos refugiados e como elas se manifestam à medida do tempo, principalmente quando eventos-chave acontecem e possuem o poder de mudar o curso das ações.

1. ENTENDENDO OS TIPOS DE GUERRA: CLASSIFICAÇÕES E CONCEITOS¹

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Para atingir o objetivo principal do estudo, de analisar a forma como o governo francês trata os refugiados sírios e verificar se houve mudança nessa questão ao longo do tempo, especialmente depois dos ataques terroristas de novembro de 2015, é necessário que seja feita uma análise de todo o quadro que envolve a situação, com base em conceitos e teorias essenciais para o entendimento deste.

Desta forma, este capítulo trará uma exposição teórica dos diferentes tipos de guerra classificados no Sistema Internacional, para que, ao longo da pesquisa, seja possível verificar em qual dessas configurações a Guerra da Síria apresenta mais variáveis equivalentes. Assim, é necessário trazer as diferentes categorias que definem o conceito de guerra para, após, compará-las a esta determinada guerra e analisar em qual daquelas pode-se encontrar mais características que se assemelham.

O motivo pelo qual é necessário categorizar a Guerra da Síria e entendê-la como um novo tipo de guerra é porque:

“[o] entendimento de guerras contemporâneas não é bem contemplado por abordagens analíticas antigas². A guerra hoje não é o mesmo fenômeno que era no século dezoito, ou mesmo nos anos 1930. Ela tem fontes diferentes e possui características significativamente diferentes”³ (HOLSTI, 1996, p. XI. Tradução Nossa).

Para a apresentação dos tipos de guerra e suas características, alguns autores são considerados primordiais nessa análise: Kalevi J. Holsti, Mary Kaldor, Carl Von Clausewitz, Raymond Aron e Luís Mir. Estes autores são considerados importantes na análise do conceito de guerra e na classificação dos diferentes tipos de guerra que podem existir. Kaldor, por exemplo, refere-se às “guerras velhas” como as guerras que ocorreram entre o século dezessete e dezenove; para Holsti, essas são as guerras institucionalizadas ou as guerras totais. Em contrapartida tem-se o que Kaldor classifica como as “novas guerras” e Holsti, como

¹ Uma versão preliminar deste capítulo, no formato de artigo, foi apresentada no Encontro de Pesquisa em Relações Internacionais, em Marília (SP), no dia 16 de junho de 2016.

² Essa é uma opinião trazida pelo autor Kalevi Holsti, no livro “The State, War, and The State of War”. Há, porém, autores que acreditem na possibilidade de justificar outros tipos de guerra, que não envolvem apenas Estados como atores. Um exemplo é encontrado no texto de Bart Schuurman, “Clausewitz and the ‘New War’ Scholars”, onde afirma que Clausewitz pode ser interpretado de forma a incluir atores não-Estatais na sua análise, diferente do que afirmam os teóricos das “novas guerras” ou “guerras dos povos”.

³ “[...] our understanding of contemporary wars is not well served by older analytical approaches. War today is not the same phenomenon it was in the eighteenth century, or even in the 1930s. It has different sources and takes on significantly different characteristics.”

“guerras dos povos” ou “guerra do terceiro tipo”, e é o que se pode utilizar para classificar a Guerra da Síria. Clausewitz é um autor que se encaixa nas classificações de “guerras velhas” (de Kaldor) e “guerras totais” (de Holsti), ao utilizar o exemplo das Guerras Napoleônicas para explicar sobre as etapas da guerra. Já Luís Mir, com seu livro “Guerra Civil: estado e trauma” por outro lado, tem o foco de seu trabalho no estudo sobre a Guerra Civil, mais uma classificação de guerra.

Dessa maneira, faz-se necessário descrever mais detalhadamente os conceitos criados pelos autores e como eles se encaixam na explicação da Guerra da Síria e, posteriormente, no atingimento do objetivo geral do trabalho.

1.2 ENTENDENDO A GUERRA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

A guerra sempre foi entendida como um instrumento político, ela “é uma simples continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 27). Para Aron (2002, p. 219), “a guerra é de todas as épocas e de todas as civilizações. Os homens sempre se mataram, empregando os instrumentos fornecidos pelo costume e a técnica disponível: com machados e canhões, flechas ou projéteis, explosivos químicos ou reações atômicas; de perto ou de longe; individualmente ou em massa; ao acaso ou de modo sistemático”.

Assim, a guerra mostrava ter uma sequência como a seguir:

“havia uma crise inicial, onde as negociações diplomáticas não conseguiam conciliar a política externa incompatível ou as exigências de defesa dos Estados em questão. Um ultimato ou um incidente – muitas vezes realizado pelo agressor –, em seguida, induzia a uma declaração formal de guerra. Após as declarações de guerra, combates levavam tanto para um impasse ou, mais frequentemente, a uma derrota militar decisiva em uma única batalha ou uma pequena série de batalhas. A parte derrotada, então, concordava com um armistício formal e pedia a paz”⁴ (HOLSTI, 1996, p. 19. Tradução Nossa).

Entretanto, o que antes era visto como uma continuação da política, a partir da Carta das Nações Unidas somente passa a ser aceito quando diz respeito ao “direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva” (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Mesmo com a presença da Organização das Nações Unidas (ONU) – que surgiu em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de promover paz internacional e segurança aos países – no Sistema Internacional (SI) ainda se percebe a presença da incerteza.

⁴ “There was an initial crisis where diplomatic negotiations could not reconcile the incompatible foreign policy or defense requirements of the states concerned. An ultimatum or an incident – often staged by the aggressor – then led to a formal declaration of war. (...) Following the declarations of war, armed combat led either to stalemate or, more often, to a decisive military defeat in a single battle or a short series of battles. The defeated party then agreed to a formal armistice and sued for peace.”

Pode-se verificar a presença dessa incerteza através da teoria de “*stag hunt*” sobre a guerra no Sistema Internacional criada por Rosseau (1755, apud, SKYRMS, 2004). Rosseau vê o sistema internacional como anárquico e os Estados dentro dele como soberanos. Como não há autoridade internacional que se sobreponha aos Estados, estes são responsáveis por construir as leis e, fundamentalmente, por garantir a própria defesa. As relações que acontecem entre os países nesse contexto são traduzidas pelo autor em uma analogia de caçadores. Holsti também apresenta essa analogia, porém de uma forma diferente. Há uma dicotomia nessa analogia, visto que ao traduzir as ações dos Estados perante a incerteza presente no Sistema Internacional, mostra a possibilidade de outro resultado que não a guerra – pode haver cooperação.

“Cinco caçadores se encontram por acaso. Eles não se conhecem, nem conseguem se comunicar por não haver uma língua comum entre todos. Eles, entretanto, têm um propósito comum que é matar um veado visto na vizinhança. Cada um está armado apenas com uma lança. Cada um faz o cálculo de que, se colaborar com os outros para cercar o veado, aumentará a probabilidade de matá-lo. De forma quantitativa, um caçador sozinho tem apenas 10 por cento de chances de matar o veado; porém, se for bem sucedido, ganha 100 por cento da caça. Se os caçadores colaborarem para cercar o veado, as chances de matá-lo vão aumentar para, talvez, 80 por cento. Porém, obtendo sucesso e assumindo uma igualdade nos esforços, cada caçador receberá apenas 20 por cento da caça”⁵ (HOLSTI, 1996, p. 8. Tradução Nossa).

Neste caso, é possível perceber que a colaboração traz ganhos para todos os envolvidos. Trazendo o exemplo para o âmbito internacional – em que, como Rosseau havia exposto, é um ambiente de anarquia – a escolha racional, tendo-se a incerteza como constante no Sistema Internacional, seria a de cooperação, visto que traz ganhos para todos em termos de trocas comerciais e pode proporcionar um ambiente com menos guerras e ameaças.

Por outro lado, a possibilidade de haver guerras neste sistema não pode ser completamente descartada. Um dos motivos pelo qual ela existe é por conta do dilema da segurança, em que cada Estado é responsável por criar políticas de segurança para seu próprio país, já que cada Estado estará interessado em garantir somente a sua própria segurança. O aumento das políticas de autodefesa e da busca de armamentos por determinado país pode aumentar a suspeita entre outros, por não saberem as reais intenções daquele nas políticas adotadas, de forma que o resultado é uma competição por busca de armamentos. Cria-se, então, um ambiente de desconfiança, onde por não saber quais serão os próximos passos de

⁵ “Five primitive hunters meet by accident. They do not know each other, nor can they communicate for lack of a common language. They have a common purpose, however. It is to kill a stag seen in the neighborhood. Each hunter is armed with only a spear. Each makes the calculation that if he cooperates with the others to encircle the stag, he will increase the probability of making the kill. Put in quantitative terms, a hunter by himself has only a 10 percent chance of killing the stag; but if he succeeds, he gets 100 percent of the kill. If the hunters collaborate to encircle the game, the chances of a kill increase to, say, 80 percent. However, in the event of success and assuming an equality of effort, each hunter will receive only 20 percent of the kill.”

outros Estados, a melhor opção é a de tomar atitudes que garantam o que se considera ser o melhor para si. Traduzindo este dilema na história dos caçadores, tem-se a seguinte situação:

“Um caçador encontra uma lebre por perto. Para ele, é uma morte certa. Ele deve fazer um novo cálculo. ‘Devo matar a lebre? É muito menor que o veado, mas serão 100 por cento de certeza de comida esta noite, o que é melhor do que 80 por cento de probabilidade ligada ao veado’. Ao matar a lebre, entretanto, o caçador faz barulho assustando o veado, que foge. O caçador optou pelo curto prazo e ganho certo, arruinando as probabilidades dos companheiros”⁶ (HOLSTI, 1996, p. 8. Tradução Nossa).

Essa visão, onde se comparam os Estados a caçadores, é uma das formas de analisar a guerra no Sistema Internacional. A incerteza que persiste entre os Estados, pode fazer com que os atores tomem decisões que favorecem apenas a si, por não saberem qual será a decisão de outro ator. Assim, a indecisão entre a colaboração ou o desauxílio – que acaba por favorecer somente a si – existe por conta da imprevisibilidade das ações dos atores. Ou seja, porque determinado ator A não sabe qual será a ação do ator B e tem de tomar a sua decisão com base nesta incerteza – buscando o que é melhor em relação ao seu interesse, mas, também, levando em consideração que uma movimentação que apenas o favorece pode ter a interpretação errada para os outros atores no sistema – desencadeia-se um processo de competição que pode resultar em uma guerra. Todos esses fatores devem ser considerados pelos tomadores de decisão dos Estados. Esta visão, porém, não deve ser a única a ser considerada, visto que Estados não são os únicos atores participantes do Sistema Internacional.

Pode-se concluir que, ao longo do tempo, tanto a sequência que a guerra segue – apresentada no início deste tópico – quanto outros critérios essenciais para caracterizá-la (os propósitos, o papel dos civis, as instituições, o exército, os atores participantes, entre outros), sofreram alterações. Isso indica que houve transformação na guerra e isso influencia na maneira como ela é classificada. Dessa maneira, os próximos tópicos pretendem trazer e elucidar essas categorias para classificar os diferentes tipos de guerra.

⁶ “One hunter finds a hare close by. It is a certain kill for him. He must then make a new calculation. ‘Should I kill the hare? It is much smaller than the stag, but my 100 percent certainty of food tonight is better than the 80 percent probability attached to the stag’. In killing the hare, however, the hunter makes noise that scares the stag, which then flees. Our rational hunter has gone for the short-term and certain gain that ruins the prospects of his fellows.”

1.3 GUERRAS INSTITUCIONALIZADAS

Durante o século dezessete, as guerras tinham características diferentes do que passou a ser percebido nos anos seguintes. Elas não seguiam regras, sequência e acabavam mais vezes por exaustão financeira do que por batalhas. Elas não eram comandadas por reis, nem tinham um exército oficial. Por outro lado, tinham exércitos mercenários que eram contratados por duques ou barões, para lutarem pela causa desses, com o devido pagamento. Era um momento onde a formação do Estado-nação – e a consequente manutenção dele – não estava ligada às guerras travadas (HOLSTI, 1996, p. 28-29).

Michael Howard (1976, apud Holsti, 1996) caracteriza esta época como uma em que:

“a guerra parecia escapar do controle racional; parecia cessar o fato de ser ‘guerra’ no sentido de uso politicamente motivado da força pelas autoridades geralmente reconhecidas, e, ao invés disso, degenerar-se para a violência universal, anárquica e de auto perpetuação”⁷ (HOLSTI, 1996, p. 28. Tradução Nossa).

Este quadro se altera no final do século dezessete com a pretensão de trazer o monopólio do uso da força para dentro do Estado e centralizá-lo nas mãos dos tomadores de decisão. Nesse sentido, é possível perceber uma ligação entre a formação de um Estado-nação e as guerras, visto que muitos Estados “nasceram na guerra e continuaram a se centralizar depois do combate armado”⁸ (KALDOR, 2012, p. 42. Tradução Nossa). Surge, então, o que Holsti chama de “guerras institucionalizadas”. Este nome é dado por conta da maneira como acontecem; são guerras em que, por haver conexão entre o Estado e o que se passa militarmente, acontecem de maneira planejada – diminuindo a quantidade de guerras que aconteciam na época sem controle do Estado. Além disso, são guerras com regras a serem seguidas, têm códigos e etiquetas que exigem respeito entre as nações participantes.

Por conta dessa nova maneira de pautar uma guerra, são percebidas mudanças na maneira como ela se estabelece e em relação às partes envolvidas. Uma das alterações envolve os exércitos. “Os exércitos mercenários acabaram por ser pouco confiáveis; não se podia contar com a sua lealdade. Assim, eles foram substituídos por exércitos permanentes que permitiam aos monarcas criar forças militares profissionais e especializadas”⁹ (KALDOR, 2012, p. 18.

⁷ “Warfare seemed to escape from rational control; to cease indeed to be ‘war’ in the sense of politically-motivated use of force by generally recognized authorities, and to degenerate instead into universal, anarchic, and self-perpetuating violence.”

⁸ “(...) were born through war and continued to centralize after armed combat.”

⁹ “(...) mercenary armies turned out to be unreliable; their loyalty could not be counted on. (...) Thus, mercenary armies came to be replaced by standing armies which enabled monarchs to create specialized, professional military forces.”

Tradução Nossa). O surgimento de exércitos permanentes é um fenômeno que pode ser percebido à medida que há a formação dos Estados. Essa substituição, portanto, não se dá de forma que há uma escolha para os governantes entre os exércitos permanentes ou mercenários. Não havia escolha, porque exércitos permanentes, até aquele momento, não existiam. Dessa forma, assim que foram estabelecidos, os exércitos permanentes eram treinados para respeitar as regras e fazer com que a guerra tivesse um padrão a seguir – não havia espaço para a surpresa ou inovação, o sistema era essencial. Por outro lado, o sentimento que o exército tinha em relação àquele que o governava não mudou. Como apresenta Childs (1982, apud Holsti, 1996, p. 31), não havia uma sensação de dever dos soldados para com o rei ou o país, a nacionalidade não importava e os motivos pelo qual o Estado se punha em guerra não eram os mesmos motivos pelos quais os soldados batalhavam. Dessa forma, o que os mantinha lá era a lealdade que tinham com os outros soldados e o interesse comum de sair da batalha com o mínimo de mortes.

Esse tipo de guerra era, porém, uma verdadeira batalha de cavaleiros. Prisioneiros eram bem tratados, porque poderiam ser trocados pelos soldados que haviam sido capturados pelo inimigo; assuntos tratados de forma militar não interferiam em outros tipos de relações que os países envolvidos poderiam ter – o comércio e as viagens, por exemplo, continuavam de forma normal. Era, até mesmo, possível que os civis não soubessem que uma guerra estava acontecendo.

Com essas mudanças, “no final do século dezoito era possível definir esta atividade específica socialmente organizada como o que se percebe como guerra”¹⁰ (KALDOR, 2012, p. 22. Tradução Nossa). Havia distinção entre o público e o privado, o interno e o externo, o civil e o militar e, mais importante, “o legítimo portador de armas e os não combatentes”¹¹ (KALDOR, 2012, p. 22. Tradução Nossa). Esse foi o início de uma categorização e organização de um movimento social que, ao longo do tempo, sofreu diversas alterações.

1.4 GUERRAS TOTAIS

Um importante autor a ser considerado no entendimento das guerras totais é Clausewitz, através de seu livro “Da Guerra”. Para ele, as guerras aconteciam em três diferentes níveis, como consequência de “ações recíprocas”. Primeiro, em um nível político ou racional,

¹⁰ “[b]y the end of the eighteenth century, it was possible to define the specific socially organized activity which we perceive as war.”

¹¹ “(...) the legitimate bearer of arms and the non-combatant (...)”

encontra-se dificuldade de resolver as desavenças por meios diplomáticos. Para Clausewitz, sentimentos de hostilidade e intenções hostis são muito presentes no relacionamento entre os Estados. Assim, neste primeiro nível, enquanto os objetivos não são atingidos por meios políticos, esses sentimentos passam a influenciar o relacionamento dos atores e aumentam as pressões entre os Estados, levando a situação para o próximo nível, o militar. Neste, a intenção é de enfraquecer o inimigo para, ainda, alcançar o objetivo político esperado – a ideia é de que a condição de opressão na qual o inimigo se encontra seja pior do que o sacrifício de aceitar a demanda (que é o objetivo que não foi possível atingir por meios diplomáticos no nível racional). Caso, ainda assim, não seja possível conquistar o objetivo, as desavenças aumentam para um possível contra ataque e se passa para o último nível. Este é o que Clausewitz chama de “máximo desenvolvimento de forças”, em que há influência tanto da capacidade que o adversário dispõe quanto da força de vontade que o ator possui para atingir o objetivo. Ambos determinarão se o conflito persistirá ou não. É possível perceber que, por mais que o autor considere a guerra como uma atividade racional, mostra que sensações e sentimentos têm influência e podem ser usados tanto a favor quanto contra a continuidade da guerra (CLAUSEWITZ, 1996, p. 9-11).

O livro de Clausewitz foi um livro importante para o entendimento do funcionamento das guerras, principalmente das guerras Napoleônicas – nas quais o autor teve participação, porém do lado perdedor. Apesar de não trazerem nenhuma novidade tecnológica relevante para as batalhas, essas guerras introduziram um novo sentimento: o nacionalismo. Antes das guerras Napoleônicas, não havia sentimento de ódio para com o inimigo e o exército não somava um grande número de soldados. Com Napoleão, este quadro mudou.

“O ódio ao inimigo substituiu a equanimidade e a preocupação em realizar os trabalhos designados; exércitos aumentaram imensamente em tamanho; o propósito da batalha era de aniquilar o inimigo, não forçá-lo a se render; e os custos da guerra deviam ser suportados por aqueles que eram ‘libertados’”¹² (HOLSTI, 1996, p. 33. Tradução Nossa).

É possível perceber que com essas mudanças em relação às “guerras institucionalizadas” do século dezessete, muitas regras anteriormente estabelecidas foram violadas. Dessa forma, os anos que se seguiram após as guerras Napoleônicas serviram para reforçar essas regras e tentar restabelecer o sistema que se tinha, quando havia respeito entre as nações em guerra. O Estado ainda tinha o monopólio do uso da força, o que era uma forma de garantia de que o

¹² “Hatred of the enemy replaced equanimity and concern for getting a job done; armies increased vastly in size; the purpose of battle was to annihilate the enemy, not force him to surrender; and the costs of war were to be borne by those who were ‘liberated’.”

controle estaria nas mãos deste e não haveria outra forma de conflitos serem iniciados se não fossem anteriormente deliberados.

Em relação às negociações internacionais que diziam respeito às guerras, algumas conferências foram realizadas e algumas convenções assinadas.

“A Convenção de Genebra (1864) lidava com o tratamento de prisioneiros, doentes e feridos. As duas Convenções de Haia (1899 e 1907) revisaram todas as leis e alteraram algumas destas leis e os costumes de guerra e proibiram certas munições. A Convenção de São Petesburgo anunciou o clássico decreto Clausewitziano ‘o único objetivo da guerra é enfraquecer as forças militares’. Civis não eram o alvo da ação militar. Nos anos anteriores à Grande Guerra, a maioria das pessoas ainda acreditava que a guerra era um meio razoavelmente civilizado de alcançar e sustentar fins de política externa”¹³ (HOLSTI, 1996, p. 34. Tradução Nossa).

Todas essas tentativas de padronizar e tornar o conflito mais civilizado foram descartadas com a Primeira Guerra Mundial, que trouxe de volta comportamentos presentes nas guerras Napoleônicas combinados a novas tecnologias aplicadas agora em novos ambientes – no mar e no ar –, além de uma nova maneira de se organizar internacionalmente: através do estabelecimento de alianças, que se mostrou ser uma forma de aumentar a força dos países.

Clausewitz foi responsável por criar duas teorias de guerra: teoria de desgaste (perseverança) e teoria de estratégia. A teoria de desgaste é quando a vitória se dá através do enfraquecimento do inimigo, devido à superioridade bélica e maior concentração de força. A teoria de estratégia depende de elementos de mobilidade e surpresa para que uma nação seja considerada superior à nação inimiga (CLAUSEWITZ, 1996, p. 201-217).

A Primeira Guerra, por sua vez, chegou a um ponto que se encaixa na teoria de desgaste apresentada por Clausewitz, onde “objetivos estratégicos mudaram de infligir vitórias decisivas no campo para ferir a capacidade do adversário de travar a guerra de forma mecanizada. Isso significava atacar alvos não militares”¹⁴ (HOLSTI, 1996, p. 34. Tradução Nossa). Dessa forma, civis tornam-se vítimas das guerras, tendo de suportar o fardo de fazer parte da nação que se encontrava em guerra, como se fossem tão responsáveis quanto os tomadores de decisão envolvidos.

A questão da participação dos civis nas guerras tomou proporções ainda mais graves na Segunda Guerra Mundial quando se tornaram alvos deliberados das partes envolvidas. Na

¹³ “The Geneva Convention (1864) dealt with the treatment of prisoners, sick, and wounded. The two Hague Conferences (1899 and 1907) reviewed all and amended some laws and customs of war and outlawed certain munitions. The St. Peterburg Conventions announced the classical Clausewitzian edict that ‘le seul but légitime de la guerre est l’affaiblissement des force militaires’. Civilians were not a proper target of military action. In the years prior to the Great War, most people could still believe that war was a reasonably civilized means of advancing or sustaining foreign policy purposes. “

¹⁴ “(...) strategic objectives changed from inflicting decisive victories in the field to crippling the adversary’s capacity to wage mechanized war. This meant attacking non-military target.”

Primeira Guerra, eles eram considerados vítimas eventuais, ou seja, não havia a intenção de trazer esse destino a eles. Já na Segunda Guerra, civis tornaram-se alvos das nações como forma de enfraquecer ainda mais os inimigos. “O terror se tornou um componente do pensamento estratégico”¹⁵ (HOLSTI, 1996, p. 35. Tradução Nossa).

Nestas duas Grandes Guerras, depara-se com uma situação em que o interesse do Estado perde o sentido e não é mais suficiente para justificar uma guerra.

“Os homens lutam a guerra por uma variedade de motivos individuais – aventura, honra, medo, camaradagem, proteção da sua casa –, mas a violência legítima e socialmente organizada precisa de um objetivo comum no qual o soldado pode acreditar e compartilhar com outros”¹⁶ (KALDOR, 2012, p. 28. Tradução Nossa).

Esses objetivos variavam ao longo do tempo e dependiam das guerras, porém, nenhum deles era considerado interesse do Estado, entretanto tinham grande peso ao serem partilhados entre os soldados que acreditavam lutar pelo mesmo fim.

Já em relação à “economia de guerra”, termo usado para se referir ao sistema pelo qual a guerra se mantém financeiramente, tem-se a informação de que, nas guerras totais do século vinte, “a administração era centralizada para aumentar a eficiência da guerra e para maximizar a receita para pagar por ela”¹⁷ (KALDOR, 2012, p. 94. Tradução Nossa).

Assim, é possível perceber que são poucas as características comuns entre as guerras conhecidas como “institucionalizadas” e as “totais”. Nestas últimas, apesar de haverem regras (um início marcado por uma declaração de guerra, uma duração com período exato e um final marcado por um armistício ou assinatura de algum tratado entre os participantes), há diferença na questão dos objetivos, do interesse do Estado e daqueles que lutam a guerra e há descumprimento das Convenções dos anos anteriores. Nas guerras do século dezoito, por outro lado, “havia uma tendência a evitar a batalha; posições defensivas eram preferidas a ataques; campanhas militares interrompidas no inverno e recuos estratégicos eram frequentes”¹⁸ (KALDOR, 2012, p. 25. Tradução Nossa). “O resultado final também mudou. Tratados de paz negociados foram substituídos por doutrinas de rendição incondicional”¹⁹ (HOLSTI, 1996, p. 35. Tradução Nossa).

¹⁵ “Terror became a component of strategic thinking.”

¹⁶ “Men go to war for a variety of individual reasons – adventure, honour, fear, comradeship, protection of ‘home and hearth’ – but socially organized legitimate violence needs a common goal in which the individual soldier can believe and which he shares with others.”

¹⁷ “Administration is centralized to increase the efficiency of the war and to maximize revenue to pay for the war.”

¹⁸ “There was a tendency to avoid battle; defensive sieges were preferred to offensive assaults; campaigns were halted for the winter and strategic retreats were frequent (...).”

¹⁹ “The end result of war also changed. Negotiated peace treaties were replaced by doctrines of unconditional surrender.”

1.5 GUERRAS CIVIS

A guerra civil, por sua vez, é diferente das guerras institucionalizadas ou totais tratadas nos capítulos anteriores. Primeiramente, porque se trata de uma guerra travada majoritariamente dentro de um Estado apenas (pode haver casos que envolvam mais de um, principalmente quando existe a criação de um novo Estado). Segundo, porque são guerras travadas por grupos organizados. A organização destes grupos pode ser em torno de etnias ou de ideologias que geralmente se tornam, também, os motivos pelos quais as guerras acontecem. Assim, são diferentes das guerras institucionalizadas ou totais, onde a participação era de mais de um Estado e eles eram considerados partes do conflito (ou seja, o Estado como um todo).

“As guerras atuais, tanto internas como externas, apesar da presunção civilizadora ou pacificadora, já não são concebidas como um instrumento de política ou como um meio para a paz, segundo a significação clássica de Von Clausewitz. Estas guerras são, em si mesmas, massacres sociais. Difusas, centralizadas e de baixa visibilidade, são antes ações policiais, de limpeza em grande escala. Muitas adotam estratégias de guerras convencionais – cerco, assalto com superioridade total, causando o maior número de baixas possível no *inimigo*” (MIR, 2004, p. 135).

Através desse parágrafo retirado do livro de Luís Mir (2004), “Guerra Civil: estado e trauma”, já é possível entender um pouco da dinâmica das guerras civis. São guerras que podem ser centralizadas em diferentes grupos étnicos, porém descentralizadas do Estado, que participa como mediador na tentativa de finalizar o conflito. Por outro lado, podem envolver grupos étnicos contra o próprio Estado e, então, possuir motivos políticos. Neste caso, assemelham-se às guerras infraimperiais ou infraestatais de Aron (2002, p. 224), onde grupos de poder organizados e populações se recusam a obedecer ao Estado. De qualquer forma, são conflitos em que as motivações não são muito bem estabelecidas, visto que há uma grande aspiração em enfraquecer o máximo possível o inimigo. Assim,

“a guerra civil [...] alude a situações nas quais a nossa idoneidade para resolver o conflito por meio de mecanismos reguladores, tais como tribunais ou estruturas sociais, fracassou. Os envolvidos recorrem à violência, cada qual com seu discurso e métodos. A ruptura social entre o Estado e as etnias segregadas [...] não dispõe de um mecanismo efetivo de coordenação e mediação” (AZAR, 1990, apud, MIR, 2004, p. 14).

Estas guerras, de maneira parecida com as guerras de terceiro tipo que serão vistas no próximo tópico, acontecem, normalmente, em países do Terceiro Mundo. Isso porque, são países com a independência tardia que tiveram por muito tempo a comunidade internacional como ditadora do que aconteceria no seu futuro. “Círculos acadêmicos ocidentais assumiram que os novos, jovens países acabariam por tornarem-se cópias dos Estados Europeus e Norte-

Americanos”²⁰ (HOLSTI, 1996, p. 101. Tradução nossa). Muitos destes países acabaram por elaborar, até mesmo, a Constituição daqueles.

O que é perceptível nestes casos, é que a história, o povo, a etnia e muitas outras características destes países (os quais foram utilizados como experimentação dos países Ocidentais na tentativa de construção de suas cópias) são completamente diferentes das que os “criadores” possuem – o que acaba tornando o resultado dessa experiência diferente (na maioria das vezes pior). “Para a grande maioria, o registro tem sido de guerras populares, guerras civis, rebeliões, guerras de secessão, regime autoritário e predatório, instabilidade política crônica e troca de governo por assassinatos”²¹ (HOLSTI, 1996, p. 101. Tradução Nossa).

“Estes Estados podem parecer Estados para o mundo porque possuem reconhecimento internacional, território definido, bandeira, gabinetes presidenciais, embaixadores e exército. Mas lhes falta uma única ‘ideia’ de Estado, em torno da qual afinidades e lealdades de comunidades constituintes diferentes podem convergir. Por dentro, eles são conchas em grande parte ocas nas quais a governança é local, não nacional; onde animosidade entre as comunidades ou relações entre grupos de estado podem culminar em guerras civis, guerras entre comunidades ou guerras de secessão”²² (HOLSTI, 1996, p. 108. Tradução Nossa).

Por essa perspectiva, é possível perceber que através da criação de um Estado nos moldes dos países colonizadores, estes não se atentaram aos mecanismos sociais das regiões com as quais estavam lidando. Dessa forma, acabaram por dividir etnias em territórios diferentes (que vieram a se tornar países diferentes após a concretização do que pretendiam), ou unir etnias inimigas em um só país. Essas segregações ou mesclas entre povos distintos acabaram por dificultar ainda mais o papel dos governos desses países assim que eles se tornaram independentes, fazendo com que as guerras civis, assim que se estabelecessem, tornassem-se de mais difícil resolução (MIR, 2004, p. 47).

De acordo com essas características, infere-se, então, que as guerras civis são geralmente fixadas em países do Terceiro Mundo. Isso porque, são estes os que tiveram a independência tardia e muito influenciada pelos países Ocidentais. As guerras civis são, então, foco do que é conhecido como “guerra dos povos”, uma categoria criada por Holsti para identificar as

²⁰ “Western academic circles (...) then assumed that the new, young countries would ultimately develop into carbon copies of European and North American states.”

²¹ “(...) For many, the record has been one of communal wars, civil wars, rebellions, wars of secession, authoritarian and predatory rule, chronic political instability, and government change through bullets rather than ballots.”

²² “They may look like states to the outside world because they enjoy international recognition, have defined territories, flags, government offices, ambassadors, and armies. (...) But they lack a single ‘idea’ of the state around which different constituent communities’ affections and loyalties can converge. Inside, they are largely hollow shells in which governance is local, not national, and where communal animosities or state-group relations threaten to erupt into civil wars, communal bloodbaths, and wars of secession.”

guerras que têm sido percebidas no Sistema Internacional, principalmente, a partir de 1945. Essa categoria será melhor explanada no próximo tópico.

1.6 GUERRAS DE TERCEIRO TIPO OU “GUERRAS DOS POVOS”

Quando o que inicia e move o conflito não mais se encaixa no que é caracterizado como parte do interesse do Estado, não é mais possível utilizar o que o autor Holsti caracterizou como “guerras institucionalizadas” para explicá-lo. Nestes casos,

“reconhece-se que o conceito de guerra Clausewitziano do século dezoito e dezenove não está apenas em rápido desvanecimento, como também não é apropriado como um guia analítico e de política para aqueles que devem pensar e responder à violência que diz respeito à ideologia e/ou à natureza das comunidades, em vez de os interesses do Estado”²³ (VAN CREVELD, 1991, apud, HOLSTI, 1996, p. 36. Tradução Nossa).

Ou seja, é necessário prestar atenção aos novos fenômenos que envolvem violência e se adequar a eles utilizando outras formas de classificação.

Dessa maneira, surge nos estudos de Holsti a categoria de “guerras de terceiro tipo” ou “guerras dos povos”, que se diferem das “guerras institucionalizadas” e das “guerras totais” porque nelas:

“não há frentes, não há campanhas, não há bases, não há uniformes, não há demonstrações públicas de atos de honra, não há pontos de apoio e não há respeito pelos limites do território dos Estados. Não existem estratégias ou táticas definidas. Inovação, surpresa e imprevisibilidade são necessidades e virtudes. Os fracos têm de se valer da astúcia e, às vezes, do crime para arrecadar fundos para atentados, assassinatos e massacres. Prisioneiros são usados como reféns para conquistar ganhos políticos; incidentes terroristas são destinados a atrair publicidade, não a derrotar uma força armada inimiga”²⁴ (HOLSTI, 1996, p. 36-37. Tradução Nossa).

Outra maneira de diferenciar essas guerras é na participação dos civis. Nas diferentes guerras, é possível reparar que os civis acabam tomando papéis diferentes, e a gravidade de sua participação aumenta ao longo do tempo. Nas guerras institucionalizadas, não havia participação deles, já na Primeira Guerra Mundial, por conta da alteração em relação aos lugares de bombardeio dos atores envolvidos, civis passaram a “participar” da guerra como vítimas casuais – não havia a intenção de matá-los, porém sabia-se que esse destino poderia

²³“(…)recognize that the Clausewitzian eighteenth- and nineteenth-century concept of war (...) is not only fast fading, but is inappropriate as both an analytical and policy guide to those who must think and respond to violence that concerns ideology and/or the nature of communities, rather than state interests.”

²⁴“(…) there are no fronts, no campaigns, no bases, no uniforms, no publicly displayed honors, no *points d'appui*, and no respect for the territorial limits of states. There are no set strategies and tactics. Innovation, surprise, and unpredictability are necessities and virtues. The weak must rely on guile, and often crime, to raise funds for the bombings, assassinations, and massacres. Prisoners are used as hostages to extract political gains; terrorist incidents are designed to make publicity, not to defeat an enemy armed forced.”

chegar para eles. Já na Segunda Guerra Mundial, civis tornaram-se alvos, a morte destes era intencional como forma de enfraquecer o inimigo. Nas “guerras dos povos”, assim, continua-se tendo o mesmo pensamento da Segunda Guerra Mundial, porém de forma ainda mais grave, porque a proporção das mortes de civis passa a ser ainda maior (a maioria dos mortos são civis e não combatentes). Isso porque, por se tratar de uma guerra baseada em ideologias, no que diz respeito à comunidade, a população civil é considerada participante da guerra pelo fato de fazer parte dessa comunidade ou por defender essa ideologia – mesmo que não se considere participante da guerra ou que seja tolerante em relação à ideologia ou comunidade contrária. Assim, por ser uma guerra que envolve todos, ela pode ser travada em qualquer lugar (casas, igrejas, escolas, entre outros locais antes respeitados em outras guerras).

“Civis não somente se tornam o alvo principal das operações, mas a sua transformação em um novo tipo de indivíduo torna-se um importante propósito da guerra. ‘Guerra dos Povos’ são fundamentalmente sobre ‘os povos’, não sobre os ‘interesses’; é a população, em vez de os combatentes que mais paga o preço”²⁵ (HOLSTI, 1996, p. 39. Tradução Nossa).

Por outro lado, diferente dos outros tipos de guerra, a participação dos civis pode se dar de outra forma. Como se tratam de guerras em que coletividades estão envolvidas na busca do interesse de sua comunidade ou de determinada ideologia que acreditam, a descentralização da violência para esses grupos faz com que eles tenham de buscar os meios para sua sobrevivência e para continuar na guerra com os próprios civis. Dessa forma, estes se tornam fonte de alimentação, esconderijos, suporte logístico, comunicação e, até mesmo, de “mão de obra” (civis atraídos pela causa da guerra que se tornam combatentes) (HOLSTI, 1996, p. 36-39).

Ainda observam-se outras características diferentes nessa guerra. Mescla-se o que é interno e o que é externo, e, muitas vezes, grupos combatentes são financiados através do envio de armas ou de suporte logístico por outros países. “Mercadores de armas, cartéis de drogas, e um grupo de simpatizantes estrangeiros organizados em ‘grupos de apoio’ transformam a guerra de uma empresa local para um vasto empreendimento transnacional”²⁶ (HOLSTI, 1996, p. 37-38. Tradução Nossa).

O propósito pelo qual elas são travadas também é visto de forma distinta.

“A guerra como instrumento de uma política externa com objetivos limitados não é necessariamente o mesmo fenômeno que a guerra travada para preservar ou estabelecer uma comunidade. Desde o início do século dezanove, a comunidade tem

²⁵ “Civilians not only become major targets of operations, but their transformation into a new type of individual becomes a major purpose of war. (...) Peoples’ wars are fundamentally about people, not ‘interests’; it is the people rather than the combatants who pay most the price.”

²⁶ “Arms merchants, drug cartels, and a bevy of foreign sympathizers organized into “support groups” transform the war from a local enterprise into a vast transnational undertaking.”

sido geralmente definida em termos de um Estado. Guerras de ‘libertação nacional’, unificação e secessão são guerras pré-Estatais. Mas o seu objetivo é criar um Estado. Por uma variedade de razões, a maioria das quais não faz sentido econômico, o objetivo é ter ‘meu país’. Nestas guerras, as análises comuns de custo-benefício que fundamentam as guerras como uma ‘continuação da política por outros meios’ não se aplicam mais”²⁷ (HOLSTI, 1996, p. 38. Tradução Nossa).

Na realidade, ao envolver coletividades que têm suas particularidades e ideologias, lutando pela sua preservação ou criação, não se pode dizer que este tipo de guerra é baseado no interesse nacional e no envolvimento do Estado como um todo. Por outro lado, diferente do que Holsti propõe, essas coletividades podem, sim, ter fundamentação e fins políticos – ou seja, serem consideradas como uma continuação da política –, mesmo não sendo os responsáveis finais pelas tomadas de decisão. Ainda assim, por conta dos objetivos distintos, pode-se concluir que analisar esse tipo de guerra e os motivos que levam as coletividades a ela da mesma forma como se analisavam outros tipos de guerra não faz mais sentido.

Chegar a um consenso e, ainda mais, à paz é uma tarefa difícil nestas guerras. Isso “porque ao invés de interesses, identidades, psicologia, cultura, criação e sobrevivência do Estado é que estão envolvidos”²⁸ (HOLSTI, 1996, p. 40. Tradução Nossa). Identidades, psicologia e cultura podem dizer respeito ao que Kaldor chama de “identidades políticas”. Para a autora, elas estão ligadas a movimentos que dizem respeito à etnia, à raça ou à religião. À exceção da religião, todas as outras são características que uma pessoa nasce já possuindo e que não podem ser alteradas. Esse termo, identidades políticas,

“ganha significado através da insegurança, do medo revivido de inimigos históricos, ou através de uma sensação de estar sendo ameaçado por aqueles com rótulos diferentes. Toda política baseada em identidade exclusiva gera necessariamente uma minoria. Na melhor das hipóteses, identidade política envolve discriminação psicológica contra aqueles com rótulo diferente. Na pior das hipóteses, ela direciona à expulsão da população e ao genocídio”²⁹ (KALDOR, 2012, p. 80-81. Tradução Nossa).

A religião, como mencionado anteriormente, não é um direito de nascimento da mesma forma que a etnia ou a raça, porém ela pode ser imposta a uma pessoa (como pode também ser uma escolha).

²⁷ “War as an instrument of a foreign policy with limited goals is not necessarily the same phenomenon as war fought to preserve or establish a community. Since the early nineteenth century, the community has usually been defined in terms of a state. Wars of "national liberation," unification, and secession are pre-state wars. But their objective is to create a state. For a variety of reasons, most of which do not make economic sense, the goal is to have "my country". In these wars, ordinary cost-benefit analysis that underlie wars as a "continuation of politics by other means" no longer apply.”

²⁸ “(...) because instead of interests, identities, psychology, culture, and state creation and survival are involved.”

²⁹ “(...) acquire meaning through insecurity, through rekindled fear of historic enemies, or through a sense of being threatened by those with different labels. (...) Every exclusive identity-based polity necessarily generates a minority. At best, identity politics involves psychological discrimination against those labeled differently. At worst, it leads to population exclusion and genocide.”

“E de fato, em áreas de conflito endêmico, a identidade política, muitas vezes se torna mais extrema e se transforma em fundamentalismo, isto é, adesão rígida à doutrina. Certas seitas do Islã militante, por exemplo, têm como objetivo criar Estados islâmicos puros através da conversão de não muçulmanos em oposição à exclusão”³⁰ (KALDOR, 2012, p. 80. Tradução Nossa).

Kaldor, dessa forma, utiliza o termo “política” por conta da reivindicação ao poder que estas guerras – em nome das identidades políticas – têm. Essa reivindicação difere das campanhas políticas tradicionais para proteger determinada cultura ou religião. Isso porque, a característica dessas campanhas é de que pretendem adquirir o apoio popular para que eventualmente possam adotar tais políticas. Por outro lado, a busca por direitos políticos de uma identidade se dá, na maioria das vezes, em oposição à mesma busca efetuada por programas políticos, visto que diz respeito a uma coletividade distinta e oposta aos direitos políticos individuais (KALDOR, 2012, p. 80).

Dessa maneira, em um misto de desavenças, desacordos, pessoas tentando alcançar seus objetivos de forma incansável (o que significa que não desistirão facilmente), e “uma vez que estas guerras de terceiro tipo são fundamentalmente sobre estas pessoas, e envolvem civis tanto como combatentes quanto como vítimas, seu principal legado depois de matar e mutilar são as ondas de refugiados que elas criam”³¹ (HOLSTI, 1996, p. 40. Tradução Nossa).

Com inúmeras características diferentes, compreende-se o porquê é necessário classificar essa forma de violência de uma maneira nova.

“Guerras de terceiro tipo predominaram no sistema desde 1945. Elas persistem e continuarão no futuro. Por quê? Porque em muitas regiões do mundo a questão da soberania e da relação dos Estados com suas nações constituintes, suas comunidades e seus povos não foi resolvida com a descolonização. Particularmente, os Estados fracos – não no sentido militar, mas em termos de legitimidade e eficácia – são e serão os locais de guerra. Na medida em que essas questões podem ser resolvidas de uma vez por todas – uma proposição dúbia na melhor das hipóteses –, muitas vezes será com o uso do combate armado. As fontes das guerras presentes e futuras encontram-se nas diferentes experiências de nascimento e formação de Estado da Europa e do Terceiro Mundo”³² (HOLSTI, 1996, p. 40. Tradução Nossa).

O termo “fraco” é utilizado para definir estes Estados, por conta dos problemas que enfrentam em relação à burocracia, à corrupção, à fragmentação social (dividida em diversas

³⁰ “And indeed, in areas of endemic conflict, identity politics often becomes more extreme and morphs into fundamentalism, that is to say, rigid adherence to doctrine. Certain sects of militant Islam, for example, aim to create pure Islamic states through the conversion of non-Muslims as opposed to exclusion.”

³¹ “Since these wars of a third kind are fundamentally about people, and involve civilians as both combatants and victims, their main legacy after killing and maiming is the waves of refugees they create.”

³² “Wars of the third kind have predominated in the international system since 1945. They persist and will continue into the future. Why? Because in many regions of the world the issue of statehood and the relation of the state to its constituent nations, communities, and peoples has not been settled with de-colonization. In particular, weak states – not in the military sense, but in terms of legitimacy and efficacy – are and will be the locales of war. To the extent that those issues might be settled once and for all – a dubious proposition at best – it will often be by armed combat. (...) The sources of present and future war lie in the very different European and Third World experiences of state birth and formation.”

raças, etnias, tribos e culturas), à resistência que encontram na sociedade, aos níveis de estabilidade e às pressões que enfrentam³³ (FFP, 2015). Dessa forma, não encontram forças – nem recursos – para superar as desigualdades internas e unificar a sociedade na tentativa de construir uma identidade nacional. Existe uma falha institucional no Estado e uma fraqueza em termos de legitimidade. Assim, uma busca por esta legitimidade e pelo seu estabelecimento como um Estado forte, sem os recursos necessários, faz com que o Estado adote posicionamentos exagerados que aumentam as tensões (HOLSTI, 1996, p. 116-117).

Este é o chamado “*state-strength dilemma*”.

“Estados tentam ganhar a força que lhe daria contentamento interno em relação a sua soberania externa. Tentativas de aumentar a força do Estado geram resistência que o enfraquece. Em tentativas de superar a resistência, governos contam com medidas coercitivas contra centros de poder locais de vários tipos, bem como contra grupos comunitários / religiosos / étnicos. Governos ‘capturados’ falham nessas circunstâncias, porque suas reivindicações de legitimidade se tornam vazias. O seu ‘direito de governar’ é diminuído por suas ações, que são frequentemente discriminatórias, de baixo alcance e que beneficiam somente a si. A exclusão de grupos importantes ao negar-lhes acesso ao poder ou aos recursos ajuda a destruir a legitimidade horizontal e exacerbar as tensões sociais”³⁴ (HOLSTI, 1996, p. 117. Tradução Nossa).

A legitimidade horizontal acima referida é a relação que se dá entre os indivíduos e grupos, as relações que estabelecem entre si e com o Estado.

Quatro são as respostas que podem acontecer no “*state-strength dilemma*”: resistência, saída, voz e rebelião. Na resistência, os indivíduos ignoram as medidas coercitivas praticadas pelo Estado e focam na vida que levam dentro da sua comunidade – protesto e oposição são limitados a poucas pessoas. O silêncio é a moeda que os indivíduos têm para trocar com o Estado pela segurança e pelo capital. A saída, por outro lado, pode acontecer de duas formas: migração para o exterior ou o ingresso na economia informal (ilegal). A primeira forma é a

³³ O “*Fragile State Index*” é um índice feito pelo The Fund For Peace (FFP), onde há a análise de doze indicadores (pressões demográficas, refugiados e pessoas internamente deslocadas, desenvolvimento econômico desigual, pobreza e declínio econômico, “fuga de cérebros”, ofensas a grupos, legitimidade do Estado, serviços públicos, Direitos Humanos e Estado de Direito, intervenção externa, aparelho de segurança, e elites fracionadas) para classificação dos Estados em posições de alerta ou atenção em relação à questão de se tornarem Estados “fracos”. Esse índice (2015) mostra como Estados com independência tardia e uma grande falha na institucionalização são, majoritariamente, Estados considerados fracassados. A Síria, por exemplo, é um Estado que, em 2011, tinha uma posição situada entre estável e de alerta. Ao longo dos anos sua posição alterou-se, até que, em 2015, encontrou-se na posição de número 9 (que significa de alto alerta). Esse índice, por sua vez, é somente utilizado como forma de embasamento da classificação de Estados fracos.

³⁴ “States seek to gain the strength that would give their external sovereignty domestic content. Attempts to increase state strength generate resistance that weakens the state. In attempts to overcome resistance, governments rely on coercive measures against local power centers of various types, as well as against communal / religious / ethnic groups. ‘Captured’ governments fare poorly in these circumstances because their claims to legitimacy become hollow. Their ‘right to rule’ is undermined by their actions, which are frequently discriminatory, short-range, and self-serving. The exclusion of important groups by denial of access to power or to resources helps destroy horizontal legitimacy and exacerbates social tensions.”

que se caracteriza como refúgio e acontece após a aceitação dos países receptores do pedido encaminhado para reconhecimento do *status* de refugiado. A terceira estratégia é a de declaração de oposição, da demonstração de resistência. Trata-se de uma opção perigosa que pode levar a tortura, detenção ou represália contra membros da família. Dessa forma, as resistências podem se tornar violentas e resultarem na quarta estratégia: a rebelião. Elas acontecem, porque as pessoas que estão envolvidas nelas acreditam que a violência concede poder, que traz resultados. “A violência não é só um meio para o fim de atingir poder; ela transforma os homens de um objeto passivo para um sujeito ativo na participação política”³⁵ (HOLSTI, 1996, p. 119. Tradução Nossa).

É assim que podem surgir as “guerras de terceiro tipo”. Ou seja, normalmente, mas não exclusivamente, começam como conflitos armados internos, mas também costumam trazer envolvimento externo, de alguma forma ou de outra. Ocasionalmente, elas se transformam em fenômenos interestaduais ou de guerras de grandes potências por procuração, as “*proxy wars*”. Ou seja, intervenções indiretas, onde nenhuma das grandes potências realmente trava o conflito, elas utilizam terceiros – os *proxies* - como intermediários ou substitutos, de forma a não lutarem diretamente entre si (BEEHNER, 2015).

Assim, através da metáfora de Otwin Marenin (1987, apud, HOLSTI, 1996) de um navio naufragando, é possível compreender a situação de Estados fracos, do “*state-strength dilemma*” e da participação de outros países nestas guerras:

“Um navio que está naufragando é mantido ‘vivo’ e flutuando pelos atos de parte da tripulação, passageiros e alguns navios que passam. Outros membros da tripulação e passageiros se mantêm ocupados desmantelando o navio para utilizar o material para construir outro navio. Passageiros em outros navios observam, gritam conselhos, podem jogar uma âncora ou podem dar assistência a alguns grupos ao invés de outros. Os conflitos não são apenas sobre o curso do navio ou a distribuição dos benefícios e autoridade dentro da empreitada em curso, mas incluem, fundamentalmente, o próprio navio – se deve ou não ser mantido flutuando e como ele deve ser reconstruído ou destruído mesmo com o surgimento de conflitos de alocações de recurso. Não há, então, Estados em trânsito, mas há uma transição do Estado - sua forma, funções e aparelhos - ao longo do tempo”³⁶ (HOLSTI, 1996, p. 122. Tradução Nossa).

³⁵ “Violence is not just a means to an end of achieving power; it transforms man (...) from a passive object into an active subject of political participation.”

³⁶ “[A] ship which is sinking [is] kept alive and floating by the acts of some crew, passengers and passing ships... [other] members of the crew and passengers are busily tearing the ship apart for material for another ship. Passengers on other ships observe, shout advice, may throw life-lines or may assist some groups against others. Conflicts... are not only about the ship's course or the distribution of benefits and authority within an ongoing enterprise, but include most fundamentally the ship itself - whether it ought to be kept afloat and how it ought to be rebuilt or destroyed even as conflicts allocations rage. There is, then, no state in transit but there is a transition of the state - its form, functions, and apparatus - over time.”

Os passageiros em outro navio que observam, gritam conselhos ou tentam ajudar o navio que está afundando mostram como se dá o envolvimento de outros países nessa guerra. Muitas vezes, a iniciativa da relação entre países externos e países que enfrentam uma guerra de terceiro tipo, parte destes últimos, principalmente quando enfrentam uma oposição forte. Nestes casos, é possível que contem com o suporte militar de outros países.

Em outros casos, a iniciativa pode partir dos próprios países externos ao conflito.

“Seja para apoiar os governos em exercício ou grupos separatistas, ou para tentar conter a violência e a grande quantidade de abusos dos direitos humanos que estão presentes nas guerras do terceiro tipo, a intervenção de um tipo ou outro se tornou a norma. Às vezes, pode ser apenas um apoio moral através de declarações diplomáticas e discursos em organizações internacionais. Pode envolver a assistência humanitária. Porém mais frequentemente, particularmente entre os vizinhos, o suporte inclui logística, treinamento militar, transporte, armas e suprimentos, consultores em campo, e incursões transfronteiriças”³⁷ (HOLSTI, 1996, p. 127-128. Tradução Nossa).

É por esse motivo que, muitas vezes, essas guerras podem ser consideradas “*proxy wars*”, ou guerras por procuração, onde a participação dos Estados externos vai além dos conselhos ou da assistência. É possível que, até mesmo, eles estejam lutando essa guerra através de outros Estados.

1.7 “NOVAS GUERRAS”

Kaldor considera essas guerras que têm acontecido a partir de 1945, no Sistema Internacional de uma maneira diferente. Para a autora, há uma discrepância cultural entre as redes transnacionais que ditam o que acontece nos processos globais e determinada parcela da população que fica alheia a esses processos, e, mesmo assim, tem suas vidas afetadas por eles.

Assim, a essas guerras ela dá o nome de “novas guerras”, e acredita que há uma grande influência da globalização no acontecimento delas. A autora afirma que

“os processos conhecidos como globalização estão quebrando as divisões culturais e socioeconômicas que definiram os padrões de política que caracterizaram o período moderno. O novo tipo de guerra tem de ser entendido em termos deste deslocamento global. Novas formas de luta de poder podem levar o disfarce de nacionalismo tradicional, tribalismo ou o fundamentalismo religioso, mas eles são, não obstante,

³⁷ “[w]hether to support incumbent governments or secessionist groups, or to try to contain the violence and massive abuses of human rights that attend wars of the third kind, intervention of one kind or another has become the norm. Sometimes it is only moral support through diplomatic statements and speeches at international organizations. It may involve humanitarian assistance. But more often, particularly among neighbors, support includes logistics, (...) military training, transport, arms and supplies, advisors in the field, and cross-border raids.”

fenômenos contemporâneos decorrentes de causas contemporâneas e exibindo novas características”³⁸ (KALDOR, 2012, p. 72. Tradução Nossa).

Por ser uma guerra causada, principalmente, pelas movimentações internacionais que dizem respeito à globalização, é necessário entendê-la para verificar o argumento da autora. Assim, ela caracteriza a globalização como:

“um processo complexo que, na realidade, envolve globalização e localização, integração e fragmentação, homogeneização e diferenciação, entre outros. De um lado, o processo cria redes transnacionais inclusivas de pessoas. De outro lado, exclui e fragmenta um grande número de pessoas – de fato, a grande maioria. De um lado, a vida das pessoas é profundamente moldada por eventos que acontecem longe de onde elas vivem e sobre os quais elas não têm controle. De outro lado, existem novas possibilidades para melhorar o papel de políticas locais e regionais pelo fato de estarem ligadas a processos globais”³⁹ (KALDOR, 2012, p. 74. Tradução Nossa).

Nesse contexto de globalização, as tecnologias de informação e comunicação cresceram. Dessa forma, a conexão e a maneira como se conectam os diversos níveis dentro de um país também aumentaram. Surgiram mais organizações internacionais, regimes, agências regulatórias, redes transnacionais não governamentais, organizações não governamentais (ONGs), ligações culturais e esportivas, grupos étnicos e religiosos, crime transnacional, entre outros.

“Assim, as novas guerras são guerras ‘globalizadas’. Elas envolvem a fragmentação e descentralização do Estado. A participação é baixa em relação à população tanto por conta da falta de pagamentos quanto por conta da falta de legitimidade nas partes em conflito. Há muito pouca produção doméstica [ou essa produção é concentrada na mão de grupos detentores de poder que comandam a extração de petróleo, de diamantes, de pedras preciosas, entre outras], de modo que o esforço da guerra é fortemente dependente da predação local e do suporte externo. Batalhas são raras, a maior parte da violência é dirigida aos civis e a cooperação entre as facções é comum”⁴⁰ (KALDOR, 2012, p. 94. Tradução Nossa).

Dessa forma, entende-se o que a autora diz sobre processos de globalização influenciando a vida das pessoas que estão alheias a eles: são grupos combatentes sem legitimidade que

³⁸ “(...) the processes known as globalization are breaking up the cultural and socio-economic divisions that defined the patterns of politics which characterized the modern period. The new type of warfare has to be understood in terms of this global dislocation. New forms of power struggle may take the guise of traditional nationalism, tribalism or religious fundamentalism, but they are, nevertheless, contemporary phenomena arising from contemporary causes and displaying new characteristics.”

³⁹“(...) a complex process which actually involves both globalization and localization, integration and fragmentation, homogenization and differentiation, etc. On the one hand, the process creates inclusive transnational networks of people. On the other hand, it excludes and atomizes large number of people – indeed, the vast majority. On the one hand, people’s lives are profoundly shaped by events taking place far away from where they live over which they have no control. On the other hand, there are new possibilities for enhancing the role of local and regional politics through being linked in to global processes.”

⁴⁰ “[t]he new wars are ‘globalized’ wars. They involve the fragmentation and decentralization of the state. Participation is low relative to the population both because of lack of pay and because of lack of legitimacy on the part of the warring parties. There is very little domestic production, so the war effort is heavily dependent on local predation and external support. Battles are rare, most violence is directed against civilians, and cooperation between warring factions is common.”

acabam por se envolver nestas guerras para defender seus objetivos que, muitas vezes, não estão inseridos nestes processos globais.

Em relação à participação internacional, diferente do que Holsti comenta, a autora acredita que as medidas bem intencionadas podem acabar produzindo efeitos contrários ao que se desejava.

“Resolução de conflitos por países externos pode apenas reforçar a legitimidade das partes em conflito e dar tempo para reabastecimento; assistência humanitária pode contribuir para o funcionamento da economia de guerra; tropas de paz podem perder a legitimidade, tanto por se omitirem quando terríveis crimes são cometidos quanto por se aliarem a grupos que cometem tais crimes terríveis”⁴¹ (KALDOR, 2012, p. 95. Tradução Nossa).

Por outro lado, acredita que a participação de outros países nessa guerra não se dá somente por medidas bem intencionadas. Elas podem se dar através do envio de dinheiro ou armas para as pessoas que estão deslocadas na região; “podem ser através do financiamento de facções [grupos participantes da guerra], para dar assistência às minorias por conta da presença de um grande número de refugiados ou por conta do envolvimento em uma variedade de tipos (ilegais) de acordos comerciais”⁴² (KALDOR, 2012, p. 109. Tradução Nossa).

Mesmo assim, ainda existem características em que Kaldor concorda com Holsti em relação a este tipo de guerra. Uma delas é a de que elas acontecem, principalmente, em “Estados falidos” – os Estados fracos anteriormente mencionados. Dessa forma, existe uma assistência externa para estes que tiveram uma independência tardia e lidam com problemas de centralização e organização, para que eles vençam o “*state-strength dilemma*”.

“[Essa assistência é] baseada em reformas econômicas e políticas que muitos desses Estados são constitucionalmente incapazes de executar. Uma espiral de perda de receita e legitimidade, crescente desordem e fragmentação militar criam o contexto onde estas novas guerras têm lugar. Efetivamente, o ‘insucesso’ dos Estados é acompanhado por um crescimento na privatização da violência”⁴³ (KALDOR, 2012, p. 96. Tradução Nossa).

Esta privatização da violência, por sua vez, é percebida através das inúmeras unidades de combate, tanto públicas quanto privadas. O que, conseqüentemente, muda os padrões da

⁴¹ “Conflict resolutions from above may merely enhance the legitimacy of the warring parties and allow time for replenishment; humanitarian assistance may contribute to the functioning of the war economy; peacekeeping troops may lose legitimacy either by standing aside when terrible crimes are committed or by siding with groups who commit terrible crimes.”

⁴² “ (...) fund particular factions, to assist minorities or because of the presence of large numbers of refugees or because of involvement in various types of (illegal) trading arrangements.”

⁴³ “ (...) predicated on economic and political reforms which many of these states are constitutionally incapable of implementing. A downward spiral of loss of revenue and legitimacy, growing disorder, and military fragmentation creates the context in which the new wars take place. Effectively, the ‘failure’ of the states is accompanied by a growing privatization of violence.”

violência. Para os novos grupos revolucionários, a organização e o objetivo durante a guerra não mais é de conquistar territórios dos adversários e, sim, estabelecer-se em regiões mais remotas, onde podem organizar seus planos – mais envolvidos com a inovação e a surpresa – sem que sejam atingidos ou descobertos pelos adversários.

“A guerra revolucionária tem algumas similaridades com a teoria de estratégia [que também são similares a estes novos grupos revolucionários das ‘novas guerras’]. Ela envolve atividades militares dispersas e descentralizadas, com grande ênfase na surpresa e na mobilidade. Mas uma característica fundamental da guerra revolucionária é a prevenção de colisões frontais [ou seja, de batalhas propriamente ditas], em que as unidades de guerrilha são propensas a perder por causa das quantidades de soldados e equipamentos inferiores. Recuos estratégicos são frequentes”⁴⁴ (KALDOR, 2012, p. 102. Tradução Nossa).

A diferença está em relação ao controle político. Os grupos revolucionários colocavam grande importância na ideologia; para eles, um dos objetivos era que a população fosse leal à ideia da revolução. Por outro lado, os “novos revolucionários”, combatentes das “novas guerras”, têm como objetivo de controle político incitar a lealdade a rótulos ou selos, ao invés de uma ideia. Dessa forma, espera-se que grande parte da população associe-se a determinado selo – com a contrapartida de que, se não o fizer, será eliminada. Assim, diferente também dos grupos revolucionários que tinham o apoio da população através do convencimento de sua ideologia, os novos revolucionários controlam os territórios por expulsão dos oponentes – aqueles que não aceitaram determinado rótulo. “A ‘nova guerra’ visa criar um ambiente desfavorável para todas aquelas pessoas que não consegue controlar”⁴⁵ (KALDOR, 2012, p. 104).

Uma das consequências mais importantes dessas guerras trazidas pela autora, também apresentada por Holsti nas guerras de terceiro tipo, é o grande contingente de refugiados que produz.

“Não apenas estas enormes concentrações de refugiados são um fardo econômico imenso aos países que já são pobres, como também representam uma fonte permanente de tensão entre os refugiados e a população que os acolhe – por razões econômicas, uma vez que eles estão competindo por recursos; por razões políticas, uma vez que constituem uma pressão permanente sobre os governos anfitriões para tomar medidas a fim de que eles possam retornar; e por razões de segurança, porque os campos são muitas vezes utilizados como bases para facções radicais”⁴⁶ (KALDOR, 2012, p. 115. Tradução Nossa).

⁴⁴ “Revolutionary warfare has some similarities with manoeuvre theory. It involves decentralized dispersed military activity, with a great emphasis on surprise and mobility. But a key feature of revolutionary warfare is the avoidance of head-on collisions which guerrilla units are likely to lose because of inferior numbers and equipment. Strategic retreats are frequent.”

⁴⁵ “(...) the new warfare aims to create an unfavorable environment for all those people it cannot control.”

⁴⁶ “Not only are these huge concentrations of refugees an immense economic burden on countries that are already poor, but they represent a permanent source of tension between the refugees and the host population - for economic reasons, since they are competing for resources; for political reasons, since they constitute a permanent

Em uma comparação entre ambos os autores (Kaldor e Holsti) na questão dos fenômenos sociais que têm acontecido no Sistema Internacional, é possível verificar que Holsti os caracteriza como sendo intrínsecos às regiões onde acontecem. Neste sentido, ele sustenta que as guerras dos povos são fenômenos comuns em Estados fracos (em termos de legitimidade e eficácia), ou seja, aqueles que têm institucionalização fragilizada e problemas de corrupção e burocracia (questões decorrentes de sua formação tardia). Essas são características comuns em países de Terceiro Mundo, e é por isso que Holsti analisa também a formação dos Estados a partir de 1945, na época da colonização. Kaldor, por outro lado, apesar de acreditar que essas guerras se dão, também, em países de Terceiro Mundo, acredita que o fenômeno que mais as impulsiona é a globalização. Para a autora, grupos de pessoas marginalizados nos fenômenos de troca de informação e tecnologia tendem a ser moldados, mesmo sem conhecimento, por estes, gerando fragmentação social e criando um ambiente fragilizado onde a guerra pode tomar lugar.

Dessa forma, o argumento utilizado por Holsti de que as guerras acontecem por conta das características dos Estados (consequência de uma colonização prolongada, uma independência tardia e problemas na institucionalização e na legitimidade) contempla melhor as guerras dos povos que, por sua vez, ocorrem majoritariamente em países de Terceiro Mundo. O argumento apresentado por Kaldor, de que a globalização cria parcelas da população marginalizadas, é um argumento válido, porém não explica o porquê de populações marginalizadas dentro dos próprios países que ditam as regras da globalização, não serem responsáveis por dar início a uma guerra como a que se percebe em Estados fracos. Kaldor, por outro lado, é bem sucedida ao explicar os motivos das guerras (sendo influenciadas pelo que ela caracteriza como identidades políticas) e como se organizam (através de grupos revolucionários que se utilizam da estratégia e da surpresa). Assim, para ambos os autores, tratam-se de guerras baseadas em ideologias de comunidades distintas, as quais se diferem de outras classificações, porque não têm regras ou alvos pré-determinados.

Diante do exposto, o objetivo central do capítulo foi a apresentação dos diferentes tipos de guerras classificados no Sistema Internacional, de maneira a compará-las à Guerra da Síria para que seja possível analisar em qual das diferentes classificações pode-se encontrar mais características que se assemelham. Para que o objetivo central do trabalho seja alcançado,

pressure on host governments to take actions in order that they can return; and for security reasons, because the camps are often used as bases for radical factions.”

portanto, é necessário que as questões referentes à Guerra da Síria sejam trabalhadas mais a fundo no sentido de entendê-las conceitualmente. Dessa forma, no próximo capítulo será tratada a questão dos refugiados, uma das consequência desse tipo de guerra, e a forma como eles podem se tornar ameaças aos países receptores. Na questão de segurança, por exemplo, não apenas em países pobres receptores de refugiados, estes podem ser considerados ameaças, visto que países de Primeiro Mundo também passam por essas tensões.

2 REFÚGIO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES. HÁ UMA SECURITIZAÇÃO EM CURSO?

2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Conforme apresentado no capítulo anterior, é possível perceber que o fluxo de refugiados para outros países pode ser fonte de várias tensões que se estabelecem entre o país receptor e os próprios refugiados. Essas tensões podem surgir por razões econômicas, políticas ou, até mesmo, de segurança.

Neste sentido de segurança é que se baseia este trabalho. Ou seja, para atingir o objetivo central – de identificar a política francesa em relação aos refugiados, especificamente os refugiados sírios, para verificar se houve uma mudança na maneira como são tratados – é necessário que seja analisada a questão da segurança, visando a reiteração ou não do que é proposto na hipótese do projeto – de que há, sim, uma mudança na maneira como são tratados os refugiados, principalmente, envolvendo questões voltadas para a segurança nacional francesa.

Para prosseguir com a busca do objetivo do trabalho, porém, é preciso que antes seja feita uma apresentação da perspectiva securitária e, também, uma justificativa do que seriam consideradas condições plausíveis para o reconhecimento do *status* de refugiado para determinadas pessoas que saem de seus países. Dessa forma, este capítulo trará uma exposição acerca de diferentes perspectivas teóricas de segurança, enfatizando sua ampliação pós-Guerra Fria, considerando, nesse sentido, a evolução dos estudos de segurança internacional ao longo do tempo – no sentido de considerar outros setores para a análise da dinâmica e comportamento da segurança além do setor militar que as escolas tradicionais consideravam.

Além disso, como dito no parágrafo anterior, será tratada a questão do refúgio, de forma a definir o seu significado e explicar o que seriam condições e características comuns para considerar uma pessoa como refugiada.

Dessa forma, alguns autores são trazidos ao longo deste capítulo – Barry Buzan, Ole Wæver, Jaap de Wilde, Lene Hansen e Liliana Lyra Jubilut, além de, também, a Convenção de Genebra de 1951, conhecida como a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, e o Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados, para que, assim,

sejam apresentados os conceitos referentes às questões citadas acima sobre a segurança e sobre os refugiados.

2.2 OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL: INFLUÊNCIAS, CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Uma característica relevante quando se trata de questões voltadas para a segurança internacional é que ela não segue um padrão ou possui uma definição única do que abrange. A delimitação dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) é delicada, porque, apesar de determinados atores sempre estarem presentes nas questões de segurança – como o Estado, sua legitimidade e o uso da força, por exemplo –, ao longo do tempo, teóricos e escolas passaram a identificar outras questões que necessitavam de um olhar voltado para a segurança, de forma que era preciso, também, ampliar a perspectiva pela qual se dá esse olhar.

Dessa maneira, uma forma de delinear os ESI é estruturá-los em quatro questões:

“se o Estado deve ser privilegiado como o objeto referente; se tanto ameaças internas como externas devem ser incluídas; se a segurança deve ser expandida para além do setor militar e do uso da força; e se a segurança deve ser vista como intrinsecamente ligada a uma dinâmica de ameaças, perigos e urgência”⁴⁷ (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 10, Tradução Nossa).

Em relação à primeira questão relacionada ao Estado como o objeto referente nos ESI, é possível perceber que colocar o Estado nessa posição era a atitude mais frequente, visto que o Estado era o principal ator do Sistema Internacional e, conseqüentemente, o principal ator nas questões de segurança (que diziam respeito ao âmbito militar). Além disso, ao colocar o Estado nessa posição, seria possível trazer outros objetos de referência relacionados a ele para a proteção em termos de segurança.

A segunda questão diz respeito à inclusão de ameaças tanto internas quanto externas. “Uma vez que a segurança se envolve em discussões sobre a soberania do Estado (seja algo para ser protegido ou criticado), também diz respeito à colocação de ameaças aos limites territoriais”⁴⁸ (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 11, Tradução Nossa). Essas ameaças, por sua vez, podem vir de grupos descontentes internamente.

Já na terceira questão, tem-se a possibilidade de expansão da segurança para outros setores além do militar e do uso da força. “Uma vez que os ESI foram fundados durante a

⁴⁷ “(...) whether to privilege the state as the referent object, whether to include internal as well as external threats, whether to expand security beyond the military sector and the use of force, and whether to see security as inextricably tied to a dynamic of threats, dangers and urgency.”

⁴⁸ “Since security is tied into discussions about state sovereignty (whether as something to be protected or criticized), it is also about placing threats in relation to territorial boundaries.”

Guerra Fria e a Guerra Fria referia-se tão esmagadoramente às capacidades militares de inimigos, amigos e de si mesmo, a ‘segurança nacional’ se tornou quase sinônimo de segurança militar”⁴⁹ (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 12, Tradução Nossa). Com o avanço destes estudos e o advento de escolas ampliadas no âmbito da segurança, entretanto, percebe-se o estabelecimento de outros setores na análise.

A quarta pergunta, por sua vez, diz respeito à conexão da segurança com as dinâmicas de ameaças e urgência. Essas dinâmicas tinham a característica de levar os Estados ao extremo, no sentido de buscar cada vez mais por aperfeiçoamentos nas suas capacidades como forma de superar seus oponentes, tornando o ambiente cada vez mais inseguro e os atores cada vez mais preocupados com a busca pelo poder. Ao longo dos anos, escolas ampliadas, principalmente, alegaram que essa quarta pergunta era relacionada a escolas Realistas e que existia possibilidade de as políticas serem diferentes por meio de uma perspectiva diferenciada e mais liberal – de forma, então, que, não necessariamente, a segurança teria relação com a questão do perigo (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 10-13).

Ao voltar para a primeira questão de se o Estado é ou não o ator racional, percebe-se que:

“[essa análise] implica em grandes consequências para as teorias de segurança: uma vez que ‘segurança internacional’ é, no nível mais geral, sobre as ameaças que os Estados (ou outras entidades políticas) enfrentam e sobre as respostas que eles podem ou devem adotar para se defender, faz uma enorme diferença que tipo de atores eles são. Se os Estados são racionais, é possível prever melhor o seu comportamento – e, assim, definir políticas de segurança apropriadas – do que se não são. Entretanto, exatamente o que significa ser ‘racional’ é em si uma questão contestada nos Estudos de Segurança Internacional. Críticos argumentam que presumir que um Estado é racional é alegar que ele age e deveria agir de acordo com princípios realistas. Estes, entretanto, não são objetivos, nem politicamente ou analiticamente neutros”⁵⁰ (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 30-31, Tradução Nossa).

Dessa forma, as teorias de segurança não podem ter como base um Estado que se comporta de maneira racional, simplesmente, porque se assume que essa seria a maneira que ele se comportaria. Isso é devido ao papel destas teorias de explicar o comportamento dos Estados – sejam eles racionais ou não. Assim, conectando os conceitos de segurança às questões de análise de comportamento dos Estados (ou de entidades políticas), têm-se as

⁴⁹ “Since ISS was founded during the Cold War and the Cold War was so overwhelmingly about the military (...) capabilities of foes, friends and Self, ‘national security’ became almost synonymous with military security.”

⁵⁰ “(...) has major consequences for security theories: since ‘international security is at the most general level about the threats states (or other political entities) face and the responses they can and should adopt to defend themselves, it makes a huge difference what kind of actors those states are. If states are rational, it is possible to predict their behavior – and thus define appropriate security policies – to a much greater extent than if they are not. However, exactly why it means to be ‘rational’ is itself a contested issue in ISS. Critics argue that to presume a rational actor is to claim that the state is and should be acting according to Realist principles. These, however, are neither objective, nor analytically or politically neutral.”

diferentes abordagens dos Estudos de Segurança Internacional, que têm as suas particularidades em relação ao objeto referente (se são Estados, coletividades, indivíduos, mulheres ou o meio ambiente), à predominância do ambiente interno ou externo na análise, aos setores que engloba (entre os setores militar, político, econômico, societal ou ambiental), entre outros fatores.

Uma dessas abordagens é da Escola de Copenhagen, uma escola considerada ampliada das Relações Internacionais, por considerar mais setores em suas análises. Dessa forma, o próximo tópico apresentará mais questões sobre essa escola, visto que é pertinente sua análise para o objetivo do trabalho. Isso porque, ao considerar mais setores dentro da análise de segurança – principalmente o setor societal, na questão específica deste trabalho – será possível verificar o porquê de os refugiados serem considerados um problema de segurança.

2.3 A ESCOLA DE COPENHAGEN: UMA ABORDAGEM AMPLIADA DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

“Eventos como o fim pacífico da Guerra Fria, o aumento de conflitos intra-Estatais, o medo da imigração das sociedades Ocidentais, a decadência do meio ambiente e a aceleração da epidemia de HIV/AIDS demonstraram que o tradicionalismo era incapaz de enfrentar os desafios da era pós-Guerra Fria”⁵¹ (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 187, Tradução Nossa).

Assim, surgem teóricos que querem pensar a questão da segurança com mais características do que as teorias tradicionalistas propõem. Dessa forma, pretendem analisar o objeto referente além do Estado, incluir mais setores além do militar e levar em consideração tanto ameaças externas quanto internas.

A Escola de Copenhagen de Segurança é um exemplo desse tipo de escola, conhecida como escola ampliada das Relações Internacionais. Levando em consideração o que foi trazido anteriormente sobre as abordagens dos ESI, percebe-se que a Escola de Copenhagen tem como objeto referente as coletividades e o meio ambiente, dá atenção tanto ao ambiente interno quanto ao externo (não há predominância de um sob outro) e tem o envolvimento de todos os setores (militar, político, societal, ambiental e econômico) (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 38). Seus seguidores se classificam como em uma posição intermediária entre a abordagem tradicionalista e a abordagem que surgiu no pós-Guerra Fria, a qual queria considerar o indivíduo como primordial objeto de referência. Dessa maneira, trazem o

⁵¹ “Such things as the peaceful ending of the Cold War, the growth in intra-state conflicts, Western societies’ fear of immigration, the decaying environment and the acceleration of the HIV/AIDS epidemic demonstrated that traditionalism was unable to meet the challenges of the post-Cold War era.”

conceito de “segurança societal”, definida como “a capacidade de uma sociedade de persistir em sua característica essencial mesmo sob condições de mudanças e ameaças possíveis ou reais”⁵² (WAEVER ET AL, 1993, apud, BUZAN; HANSEN, 2009, p. 213, Tradução Nossa). Assim, a “segurança societal” limitava o objeto referente para duas coletividades, o Estado e a sociedade, trazendo para sua análise tanto as condições Estadocêntricas das abordagens tradicionalistas quanto as condições mais voltadas para os indivíduos e coletividades (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 213).

Nesse sentido, o conceito geral de “segurança” para a Escola de Copenhague se dá através da construção de ameaças e inimigos pelos discursos dos tomadores de decisão nacionais e a habilidade desses de adotar medidas de emergência.

“Segurança é o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas do jogo e posiciona a situação como um tipo especial de política ou, até mesmo, acima da política. Securitização pode, assim, ser vista como uma forma mais extrema de politização. Em teoria, qualquer situação pública pode se inserir no espectro variando de *não politizada* (o Estado não lida com isso e não é de qualquer outra maneira um problema de debate público e decisão), através de *politizada* (de forma que a situação é parte da política pública e requer decisão governamental e alocação de recursos), à *securitizada* (no sentido de que o problema é apresentado como uma ameaça existencial, exigindo medidas de emergência e justificando ações fora dos limites normais do procedimento político)”⁵³ (BUZAN ET AL, 1998, p. 23. Tradução Nossa).

A securitização, então, é a continuação de um processo de políticas públicas dos tomadores de decisão de um país. Se a análise do tema é feita fora do âmbito de segurança e políticas são implementadas, o assunto é politizado. No momento em que esse assunto passa a ser tratado no âmbito de segurança, houve ou está havendo um processo de securitização. Nestas situações, tem-se que os objetos referentes (aquilo que é posto como ameaçado e que tem uma reivindicação legítima de sobrevivência) são colocados em posições de maior alerta pelos agentes securitizadores (*securitizing actors*), que são aqueles que possuem o poder de securitizar as situações. Estes são, normalmente, líderes políticos, governos, grupos de pressão (BUZAN ET AL, 1998, p. 36, 40).

⁵² “(...) the ability of a society to persist in its essential character under changing conditions and possible or actual threats.”

⁵³ “‘Security’ is the move that takes politics beyond the established rules of the games and frames the issue wither as a special kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization. In theory, any public issue can be located on the spectrum ranging from nonpoliticised (meaning the state does not deal with it and it is not in any other way made an issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations [...]) to securitized (meaning the issue is presented as an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure).”

2.4 OS SETORES DA ESCOLA DE COPENHAGEN

Os setores em que há análise de segurança na Escola de Copenhagen são os setores militar, político, econômico, societal e ambiental. Todos eles se inter-relacionam, visto que se trata de uma tarefa difícil definir exatamente as questões que dizem respeito a cada um deles.

Respeitando que a Escola considera que os setores são interligados, o que se propõe neste trabalho é fazer uma análise mais aprofundada apenas de dois setores em específico, pois são os mais afetados na situação da Síria, onde observa-se o problema do ponto de vista dos refugiados. Assim, sem desconsiderar a importância e as implicações dos refugiados sírios aos outros setores, a partir das variáveis que este trabalho se propõe a analisar, far-se-á a análise mais detalhada dos setores societal e político.

O setor societal é trazido por lidar com identidades e coletividades, o que permite que se observe a questão dos refugiados não meramente como indivíduos que se deslocam, mas indivíduos de uma coletividade específica e por isso com identidade própria. Fatores esses que têm contribuído para a forma com a qual os mesmos têm sido recebidos na Europa, e mais especificamente na França. O segundo setor a ser analisado diz respeito diretamente ao escopo desta situação que é o setor político. Tanto esse processo decisório dos atores políticos franceses é relevante, quanto o tratamento político da crise síria pela própria Síria.

Dessa forma, para explanar e entender as perspectivas através das quais a análise é feita, serão abordados estes dois setores e, em contrapartida, será abordado o setor militar, como forma de verificar como era visto o único setor pelo qual eram avaliadas as questões de segurança antes das escolas ampliadas e, também, como ele ainda pode ser aplicado mesmo em abordagens não tradicionalistas.

2.4.1 Setor Militar

O setor militar é o setor onde o processo de securitização é mais institucionalizado. Por ser um setor que já fazia parte dos ESI nas abordagens tradicionalistas, é possível perceber que o objeto referente principal – apesar de não ser o único – é o Estado (que é também o detentor do uso da força). Dessa forma, conseqüentemente, os agentes securitizadores são aqueles tomadores de decisão do Estado (os governos, as elites dominantes).

“A agenda de segurança militar gira em torno da capacidade dos governos de manterem-se contra as ameaças militares internas e externas, mas também pode

envolver o uso de poder militar para defender os Estados ou governos contra ameaças não militares à sua existência, como migrantes ou ideologias rivais”⁵⁴ (BUZAN ET AL, 1998, p. 50. Tradução Nossa).

Assim, quando a ameaça é interna (terrorismo, revolução, militantes separatistas, organizações criminosas, entre outros), cabe à segurança militar através dos agentes securitizadores manter a ordem e a coesão internas, a integridade territorial e os mecanismos do governo. Já quando a ameaça é externa, a segurança militar atua de um lado balanceando suas capacidades ofensivas e defensivas e, de outro lado, interpretando as atitudes do outro, de forma a perceber quais são as capacidades e intenções que possui (BUZAN ET AL, 1998, p. 51).

Na questão central do trabalho, é possível perceber que, por vezes, a segurança militar é invocada como forma de colocar o Estado da França como ator principal e sua defesa como crucial e como forma de defender atitudes militares na intervenção da Guerra da Síria, em nome da liberdade e da segurança de seu povo. Nesses casos, mesclam-se ameaças internas e externas (e também as atitudes relacionadas ao setor militar que a França toma), visto que o recebimento dos refugiados e os ataques terroristas com os quais o país tem de lidar são considerados ameaças internas, enquanto a própria Guerra da Síria, na qual a França intervém militarmente e que produz os refugiados que ela recebe é um fato exterior (FRANCE DIPLOMATIE, 2015b).

Neste caso, é preciso cuidado com as atitudes que se toma, visto que a paranoia (quando há securitização de ameaças não existentes) ou a complacência (a não securitização de ameaças aparentes) são possíveis (BUZAN ET AL, 1998, p. 57). Isso pode ser ainda mais comum nestes casos em que há mistura de questões internas e externas.

2.4.2 Setor Político

“Segurança política se refere à estabilidade organizacional da ordem social. O centro do setor político é composto de ameaças à soberania do Estado”⁵⁵ (BUZAN ET AL, 1998, Tradução Nossa, p. 141). A segurança política pode ir em duas direções:

“Em primeiro lugar, ela inclui ameaças não militares equivalentes a unidades políticas, ao invés de Estados. Em segundo lugar, além das unidades, como tal,

⁵⁴ “(...) the military security agenda revolves largely around the ability of governments to maintain themselves against internal and external military threats, but it can also involve the use of military power to defend states or governments against nonmilitary threats to their existence, such as migrants or rival ideologies.”

⁵⁵ “Political security is about the organizational stability of social order. The heart of the political sector is made up of threats to state sovereignty.”

também se pode pensar em segurança política em defesa do referente nível de sistemas, tais como a sociedade internacional ou o direito internacional. Entre os princípios que podem ser securitizados estão Direitos Humanos e outras demandas relacionadas diretamente à condição dos indivíduos; assim, este setor é provavelmente o primeiro lugar em que (aparentemente) a segurança em nível individual aparece na agenda de segurança”⁵⁶ (BUZAN ET AL, 1998, Tradução Nossa p. 141).

Dessa forma,

“o propósito de ameaças direcionadas à estabilidade organizacional do Estado pode variar de pressões ao governo em uma determinada política, à derrubada do governo, até a fomentar o separatismo e romper o sistema político do Estado, de modo a enfraquecê-lo antes de um ataque militar. A ideia do Estado, particularmente sua identidade nacional e ideologia organizacional, e as instituições que as expressam são os alvos normais de ameaças políticas. Uma vez que o Estado é uma entidade essencialmente política, ameaças políticas podem ser temidas no mesmo nível que ameaças militares. Isso se torna ainda mais verdadeiro quando o alvo é um Estado fraco”⁵⁷ (BUZAN, 1991, apud, BUZAN ET AL, 1998, p. 142. Tradução Nossa).

Assim, por se tratarem de ameaças à organização política e à soberania do Estado, podem vir tanto internamente quanto externamente. As ameaças externas são normalmente voltadas ao reconhecimento do país e as internas, à legitimidade.

Ao trazer o setor político na análise central do trabalho, referente aos refugiados sírios dentro da França, verifica-se que estes podem ser considerados pelos tomadores de decisão como ameaças à estabilidade organizacional da ordem social. Isso pode ser percebido através de partidos nacionalistas, de direita, com leis anti-imigatórias que têm ganhado cada vez mais força em alguns países da Europa, inclusive a França (KALDOR, 2012, p. 85). Isso mostra que a população tem se sentido cada vez mais ameaçada com as políticas públicas de recebimento de refugiados e imigrantes, pois elas podem alterar a ordem com a qual se estabelece a sociedade.

2.4.3 Setor Societal

A sociedade se relaciona com a identidade, a concepção de comunidades que partilham de uma mesma ideologia. Dessa forma, a identidade é o conceito organizador da segurança

⁵⁶ “First, they include the equivalent nonmilitary threats to political units other than states. Second, beyond the units as such, we can also think of political security in defense of system-level referents, such as international society or international law. Among the principles that can be securitized are human rights and other demands relating directly to the condition of individuals; thus, this sector is probably the primary locus at which (seemingly) individual-level security appears on the security agenda.”

⁵⁷ “Political threats are aimed at the organizational stability of the state. Their purpose may range from pressuring the government on a particular policy, through overthrowing the government, to fomenting secessionism, and disrupting the political fabric of the state so as to weaken it prior to military attack. The idea of the state, particularly its national identity and organizing ideology, and the institutions which express it are the normal target of political threats. Since the state is an essentially political entity, political threats may be as much feared as military ones. This is particularly so if the target is a weak state.”

societal. Uma forma de demonstrar a insegurança societal, então, é através da possível ou real ameaça à sobrevivência de determinada comunidade.

É importante salientar dois pontos:

“em primeiro lugar, segurança societal não é a mesma coisa que segurança social. A segurança social é relacionada a indivíduos e é, em grande parte, econômica. A segurança societal é relacionada a coletividades e suas identidades. Em segundo lugar, um problema com a palavra *societal* é que o termo relacionado *societade* é frequentemente usado para designar a mais ampla e vaga expressão *população do Estado*, que se refere a um grupo que nem sempre carrega uma identidade”⁵⁸ (BUZAN ET AL, 1998, p. 120. Tradução Nossa).

Neste caso – de segurança –, o uso do termo societal é para se referir, então, a comunidades.

As situações mais comuns que podem ser consideradas possíveis ameaças à segurança societal são: migrações (pessoas que decidem ou são obrigadas a se mudarem por motivos econômicos, ambientais, religiosos, entre outros), competição horizontal (mudança de hábitos por conta da influência de culturas vizinhas) e competição vertical (pessoas de determinada cultura param de se ver como pertencentes a ela por conta de projetos de integração que as puxa para identidades mais amplas ou mais estreitas) (BUZAN ET AL, 1998, p. 121).

Como já é possível inferir, migrações são as formas mais comuns de ameaça à segurança societal. Dessa forma, o recebimento de refugiados sírios pela França, ao longo do tempo, tem se mostrado uma preocupação, principalmente, de segurança societal, visto que se trata de um choque de culturas extremamente diferentes. Os refugiados sírios não vão deixar de terem seus costumes e a França, como país receptor, deve conceder espaço para que os refugiados os continuem mantendo (como será visto no tópico 2.6 referente ao refúgio). Assim, controlar, exatamente, quais as pessoas que estão entrando no país se torna difícil, principalmente depois dos ataques terroristas que a França sofreu em novembro de 2015. Isso porque não se sabe mais se os refugiados passarão a representar uma ameaça às pessoas pelos seus costumes diferentes, se os franceses passarão a tratá-los de maneira diferente ao generalizar o pensamento em relação a eles (acreditando que todos são uma possível ameaça), se influenciarão as pessoas em relação aos seus costumes, se haverá tratamento diferenciado pelo simples fato de serem de outro país, ou se determinados refugiados são exatamente quem dizem que são (ou se são pertencentes a grupos não bem vindos). Esses são alguns dos

⁵⁸ “First, societal security is not the same as social security. Social security is about individuals and is largely economic. Societal security is about collectives and their identity. (...) Second, a problem with *societal* is that the related term *society* is often used to designate the wider, more vague *state population*, which may refer to a group that does not always carry an identity.”

questionamentos que tanto os cidadãos franceses quanto os tomadores de decisões passam a fazer na hora de abrir as portas aos refugiados sírios.

2.5 É POSSÍVEL SECURITIZAR A IMIGRAÇÃO?

Ao analisar todos os novos setores trazidos pelas escolas ampliadas de Relações Internacionais nas análises de Segurança Internacional, nota-se que há um aumento nas situações que merecem atenção relacionadas às questões dessa área.

Uma dessas é a questão de migrações internacionais, que se encaixa no setor societal de segurança internacional das novas abordagens.

“[E] tem desempenhado um papel cada vez mais importante na vida política e social de diversos países no mundo, o que pode ser atestado por sua presença cada vez mais frequente nas disputas eleitorais, pelo tipo de reformas nas políticas migratórias de importantes países receptores e, finalmente, pela tendência, como na União Europeia, de se lidar com a questão da imigração no mesmo grupo de trabalho que discute narcotráfico, crime organizado e terrorismo, sob a rubrica genérica de ameaça transnacional” (BRANCANTE; REIS, 2009, p. 75).

Através desse trecho trazido pelo artigo de Brancante e Reis, destaca-se a informação de que questões relacionadas à migração internacional passam a ser tratadas no mesmo grupo que se discutem questões voltadas para a área de segurança – o que demonstra que houve um processo de securitização, visto que a migração é um assunto que, geralmente, deveria ser tratado através de políticas públicas em outras esferas (como a esfera social ou econômica) dos Estados (ou seja, deveria ser um assunto que permanece na esfera politizada).

Dessa forma, percebe-se que o processo de securitização, conforme apresentado anteriormente, acontece de forma que o agente securitizador se utiliza do ato de discurso para convencer a população de que uma possível ameaça à segurança (uma ameaça existencial) é, de fato, uma ameaça real. A partir desse convencimento, começa-se um processo de criação de políticas, as quais se diferenciam do processo de politização, porque são criadas na agenda de segurança.

Nesse sentido, em uma sociedade que é baseada na identidade e na auto concepção de comunidades e de indivíduos que se consideram parte dessas (BUZAN ET AL, 1998, p. 119), “se um número significativo dos membros desta comunidade, deste *nós*, encarar a entrada de imigrantes ou a crescente influência de outra cultura (estrangeira ou nacional) como uma ameaça existencial, houve securitização” (BRANCANTE, REIS, 2009, p. 82).

Por outro lado, diferente do que propõem Buzan, Waeber e de Wilde (1998) sobre o refúgio poder se tornar uma situação de possível securitização por conta da mescla cultural

em um país no contexto dos cinco setores relacionados à questão de segurança, Brancante e Reis trazem outra visão da situação:

“A diversidade cultural de um país não pode ser “solucionada” com políticas públicas orientadas para a resolução de crise; antes, merece ser objeto de iniciativas de longo prazo que não usem a lógica maniqueísta da segurança (aliado vs. inimigo), mas procurem resolver conflitos entre grupos diferentes sem entendê-los como ameaça identitária ao resto da sociedade. Assumir a proteção de uma identidade societal qualquer – considerando a realidade multicultural da maioria dos Estados – provavelmente vai alimentar uma espiral de percepções negativas entre comunidades” (BRANCANTE; REIS, 2009, p. 82).

Brancante e Reis (2009), portanto, entendem que a visão da entrada de imigrantes como uma ameaça contribui para o crescimento do preconceito e, de maneira mais grave, da xenofobia e que assumir a questão do refúgio como uma ameaça existencial constitui uma manobra perigosa por parte dos países, ainda mais em meio à globalização e às conexões que caracterizam o Sistema Internacional.

Dessa maneira, fazem a seguinte comparação:

“O nazismo defendia a seguinte lógica: certa comunidade identitária (arianos) era entendida como a verdadeira e única portadora dos valores germânicos, devendo o governo nacional extrair a “ameaça existencial” (judeus, ciganos, deficientes, etc.) da identidade coletiva com uma “solução final”. Ainda que a maioria dos alemães não soubesse do extermínio em massa de judeus nos campos de concentração, o antissemitismo era abertamente defendido e socialmente construído como um assunto político relevante para a identidade germânica. Imaginar, atualmente, que algum país da Europa ocidental corra o risco de adotar a *sharia* islâmica⁵⁹, se a identidade nacional não for protegida, é tão irreal quanto a crença nazista de que os judeus acabariam por transformar a Alemanha em instrumento da grande conspiração sionista mundial” (BRANCANTE; REIS, 2009, p. 97).

A securitização do refúgio, entretanto, pode ter como uma das intenções a eliminação da criminalidade transnacional e do terrorismo, pois, até o momento, tomadores de decisões acreditam ser a securitização uma das únicas atitudes possíveis para que esta eliminação aconteça.

“Nos últimos anos, por conta da ascensão do terrorismo na agenda dos estudos de segurança, muitas propostas têm sido feitas no sentido de aumentar o controle sobre a imigração, cada vez mais identificada como parte do problema, e muitos autores têm defendido a perspectiva de uma política de migração baseada nos direitos humanos, ao invés de uma política de repressão, como a melhor forma de lidar com a questão” (BRANCANTE; REIS, 2009, p. 94).

⁵⁹ A *sharia* ou *Lei Islâmica*, “que também pode significar ‘caminho’, guia todos os aspectos da vida Muçulmana, incluindo rotinas diárias, obrigações familiares e religiosas e transações financeiras. Ela é derivada, principalmente, do Alcorão e a Suna – os provérbios, práticas e ensinamentos do Profeta Maomé.” Na *sharia* existem categorias de ofensas, as quais possuem punições específicas resolvidas pelas próprias pessoas, fora das questões lidadas por juízes. Assim, as punições são: flagelação, apedrejamento, amputação, exílio ou execução.

Grupos extremistas, como o Estado Islâmico, tornaram-se notórios por conta desses tipos de punições levadas a pessoas que desonraram a família, de forma que essas punições são transmitidas internacionalmente. JOHNSON, Tony; SERGIE, Mohammed Aly. **Islam: Governing Under Sharia**. Council on Foreign Relations. Disponível em: < <http://www.cfr.org/religion/islam-governing-under-sharia/p8034>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

Dessa forma, é possível perceber que através da análise das questões de segurança por uma perspectiva societal, refugiados podem, então, ser considerados ameaças para o país receptor, dependendo de como os tomadores de decisão veem essa condição. A exemplo da França, país central na análise deste trabalho, é possível perceber que existem medidas tomadas em relação aos refugiados pelos responsáveis pelas decisões que passam a ser consideradas dentro do âmbito de segurança. Um exemplo dessas medidas é atribuição de força pública nos cuidados de determinados campos de refugiados, o que, além das condições precárias de sobrevivência, podem, muitas vezes, expor essas pessoas à violência por parte daqueles que deveriam ajudá-las.

Para então, entender essas formas através das quais a França tem lidado com a questão, principalmente dos refugiados sírios desde o início da guerra, é preciso, antes, entender quais são as características que podem classificar uma pessoa como refugiada. Assim, o próximo tópico explica, através da Convenção de 1951 da ONU, do Protocolo de 1967 da ONU e do livro de Jubilut (2007), essas questões pertinentes para o posterior entendimento do próximo capítulo.

2.6 O QUE É REFÚGIO?

Como foi visto nas seções anteriores, é possível perceber que a ampliação dos ESI contribui para uma visão mais alargada das situações que podem se tornar preocupações na agenda de segurança dos países. A Escola de Copenhagen, que foi usada como um dos exemplos de escola ampliada, mostra a adoção de cinco setores para a análise dessa questão de segurança. O presente trabalho foca em três desses setores, o militar, o político e, principalmente, o setor societal. Este último apresenta a sobrevivência da identidade de uma comunidade como forma de garantir a segurança societal.

Na seção anterior, especificamente, percebe-se que este setor da segurança (o societal), pode ser, então, ameaçado por um alto número de refugiados que entram em determinado país. Dessa forma, faz-se necessário entender o que é o refúgio e quais são as condições que determinam o reconhecimento do *status* no Sistema Internacional.

O refúgio está dentro do que é conhecido como o “direito de asilo” que engloba o asilo diplomático e territorial e o refúgio. Esse direito de asilo pode ser considerado como parte, também, do conceito de imigração que é “um processo pelo qual não nacionais se mudam

para um país com a finalidade de se estabelecer”⁶⁰ (IOM, sem data. Tradução Nossa). Tem-se, então, o conceito mais geral de migração, o qual pode incluir migrações de refugiados, pessoas deslocadas, migrantes econômicos e pessoas que se deslocam por outros motivos (reagrupamento familiar, entre outros), sendo composto por uma pessoa ou um grupo de pessoas que se movimentam internacionalmente ou dentro do próprio Estado (IOM, sem data).

Assim,

“tem-se que os “buscadores” de asilo são todos os seres humanos que deixam seu país de origem e/ou de residência habitual e buscam proteção em outro Estado, e os refugiados são os que solicitam a proteção de outro Estado em função de um bem fundado temor de perseguição. A proteção concedida a todos seria a do asilo” (JUBILUT, 2007, p. 35).

A instituição do refúgio, por sua vez, é regulada por um estatuto, a Convenção de 1951 (que foi posteriormente revisada pelo Protocolo de 1967) das Nações Unidas.

“[Com esta convenção e o Protocolo que a revisou,] o status de refugiado é reconhecido a qualquer pessoa que sofra perseguição em seu Estado de origem e/ou residência habitual, por força de sua raça, nacionalidade, religião, opinião política ou pertencimento a determinado grupo social (...)” (JUBILUT, 2007, p. 44).

Esses cinco motivos fazem parte dos direitos civis e políticos essenciais para uma pessoa e a discriminação em função de um ou mais deles faz com que as pessoas sejam, então, consideradas refugiadas. Além disso, outros elementos são essenciais para essa definição: a perseguição, o bem fundado temor e a extraterritorialidade.

“Não há uma definição universalmente aceita de ‘perseguição’ e as diversas tentativas de se formular essa definição obtiveram pouco sucesso. (...) pode-se inferir que a ameaça à vida ou à liberdade em virtude da raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou pertencimento a um grupo social específico é sempre caracterizada como perseguição. Outras violações graves aos direitos humanos – pelas mesmas razões – também poderiam caracterizar a perseguição” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA A DETERMINAÇÃO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO, sem data, p.22).

O segundo elemento, o bem fundado temor, diz respeito ao sentimento que uma pessoa tem – o temor – de que uma perseguição possa ocorrer. Trata-se de uma tarefa difícil verificar a presença desse sentimento, visto ser um tema completamente subjetivo, baseado em emoções.

“A expressão “fundado temor de perseguição” é o elemento chave da definição, refletindo o ponto de vista dos autores da declaração em relação aos elementos constitutivos do conceito de refugiado. Com ela, substitui-se o método anterior da definição de refugiado por categorias (i.e., pessoas de uma certa origem não gozando da proteção do seu país) pelo conceito geral de “temor” em razão de um motivo relevante. Por se tratar de conceito subjetivo, a definição contempla um elemento subjetivo que deve ser considerado a partir da pessoa solicitante de refúgio. Assim, a determinação da condição de refugiado fundamentar-se-á, principalmente, não em

⁶⁰ “A process by which non-nationals move into a country for the purpose of settlement.”

um julgamento da situação objetiva do país de origem do solicitante, mas na avaliação das declarações por ele prestadas” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA A DETERMINAÇÃO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO, sem data, p.20).

O terceiro elemento, por sua vez, diz respeito à extraterritorialidade e se refere ao fato de “o solicitante se encontrar fora de seu país de origem ou residência (...) e vem a ser um reflexo do princípio de não-intervenção” (JUBILUT, 2007, p. 47). Nesses casos, o pedido de refúgio pode vir de pessoas que já não se encontram nos países onde há uma situação de perigo ou “temor”.

Considera-se, portanto, um refugiado como:

“[uma pessoa] que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele” (CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951, p. 2).

Essa Convenção deixaria de existir ou ser válida para os refugiados que, de acordo com o item C do Artigo 1º, voltassem a ter a proteção do país de origem, recuperassem a nacionalidade (caso a tivessem perdido), adquirissem nova nacionalidade e proteção do país cuja nacionalidade foi adquirida, fixassem-se voluntariamente no país que abandonaram ou não fossem mais reconhecidos como refugiados por conta do término das circunstâncias que os caracterizaram dessa forma (CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951, p. 3).

Outra questão relevante presente na Convenção de 1951 é em relação às pessoas às quais as disposições da Convenção não são aplicáveis. Mesmo que sejam preenchidos os elementos citados acima (perseguição, bem fundado temor e extraterritorialidade), existem pessoas às quais não se pode aplicar o *status* de refugiado. Esses casos são quando:

“houver razões sérias para pensar que:

- a) Elas cometeram um crime contra a paz, um crime de guerra ou um crime contra a humanidade, no sentido dos instrumentos internacionais elaborados para prever tais crimes;
- b) Elas cometeram um crime grave de direito comum fora do país de refúgio antes de serem nele admitidas como refugiados;
- c) Elas se tornaram culpadas de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas”.

(CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951, p. 4).

Dentre outras questões presentes nesta Convenção, é importante ressaltar que ela traz questões referentes aos deveres dos Estados signatários que se dispõem a receber os refugiados, no sentido de tratá-los da forma como tratam seus nacionais ou os estrangeiros

que residem em seu país. Trazem, também, questões relevantes que dizem respeito ao papel dos refugiados dentro desses novos países onde foram aceitos. A mais relevante delas está presente no Artigo 2º e se refere à questão da regulamentação. Dessa forma, percebe-se que um refugiado, ao ser aceito em um novo país, precisa se adequar e respeitar as regras e leis daquele novo local (CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951, p. 4).

Como mencionado, as obrigações dos Estados, portanto, são trazidas de maneira a dar os recursos e a liberdade para que essas pessoas consigam construir uma vida melhor, como pode ser visto nos Artigos 3º, 4º e 22º, onde há a necessidade de dispor meios para que não haja discriminação com essas pessoas quanto à raça, religião ou país de origem. Uma demanda um tanto óbvia, visto que são os mesmos motivos pelos quais essas pessoas deixaram o país onde viviam para habitar em um lugar que esperam que lhes proporcione o oposto. Além disso, é solicitado aos Estados Contratantes (como são chamados os Estados signatários da Convenção) um ambiente tolerante e favorável a essas pessoas para que tenham a liberdade de praticar a sua religião. Existe, ainda, um incentivo à educação, no qual os refugiados têm um tratamento igual ao dos nacionais para adquirir a educação de nível primário e um tratamento igual ao dado aos estrangeiros no que concerne ao acesso aos estudos além do nível primário, à obtenção de diplomas e títulos, à concessão de bolsas de estudo, entre outros. (CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951, p. 5).

Se existirem casos em que refugiados entrem em determinado país de forma irregular, há um artigo – Artigo 31º – que prevê que esses não sejam expulsos ou julgados. Nestes casos, é necessário que os refugiados se apresentem às autoridades e expliquem o motivo de sua entrada de maneira irregular. A expulsão, por outro lado, pode acontecer, mas dentro do que está previsto no Artigo 32º:

1. Os Estados Contratantes não expulsarão um refugiado que se encontre regularmente no seu território senão por motivos de segurança nacional ou de ordem pública.
2. A expulsão desse refugiado somente ocorrerá em virtude de decisão proferida conforme o processo previsto por lei. A não ser que a isso se oponham razões imperiosas de segurança nacional, o refugiado deverá ter permissão de fornecer provas que o justifiquem, de apresentar um recurso e de se fazer representar para esse fim perante uma autoridade competente ou perante uma ou várias pessoas especialmente designadas pela autoridade competente.
3. Os Estados Contratantes concederão a tal refugiado um prazo razoável para procurar obter admissão legal em outro país. Os Estados Contratantes podem aplicar, durante esse prazo, a medida de ordem interna que julgarem oportunas.

(CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951, p. 15).

A Convenção de 1951, como mencionado anteriormente na caracterização de um refugiado, tinha uma data específica a ser aplicada. Esta data é referente aos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 (CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951, p. 2). Também previa uma reserva geográfica, “o que significa dizer que os Estados podiam considerar refugiados tão-somente as pessoas provenientes da Europa – em função de ter sido essa região palco da Segunda Guerra Mundial” (JUBILUT, 2007, p. 84).

Assim, surge o Protocolo de 1967, “documento [que] aboliu as reservas geográfica e temporal, conferindo maior amplitude e abrangência à definição [de refugiados]” (JUBILUT, 2007, p. 88). Dessa forma, no parágrafo 2 do Artigo 1º desse Protocolo, tem-se que:

“o termo “refugiado” (...) significa qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras “em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e” e as palavras “como consequência de tais acontecimentos” não figurassem do §2 da seção A do artigo primeiro” (PROTOCOLO DE 1967 RELATIVO AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1967).

Esse parágrafo 2 da seção A do artigo primeiro da Convenção de 1951 a que o Protocolo de 1967 se refere, altera, então, as situações através das quais o termo “refugiado” pode ser aplicado, ao incluir momentos ocorridos após a data anteriormente estabelecida na Convenção de 1951.

Essa é a maior mudança considerada neste Protocolo, o qual passa a ser utilizado de uma forma mais ampla, podendo-se trazer para a proteção de outros países, pessoas que possuíam elementos que as caracterizavam como refugiados (perseguição, bem fundado temor ou extraterritorialidade), mas que não respeitavam, somente, a questão das datas e/ou da reserva geográfica.

Assim, questões relacionadas aos cinco motivos (raça, nacionalidade, religião, opinião política e pertencimento a um grupo social) que podem assegurar o refúgio não foram alteradas.

Em relação ao primeiro dos cinco motivos acima listados, este preconceito que pode se agravar para o racismo – e para a possível concessão do *status* de refugiado –, é uma das primeiras deturpações das raças humanas.

“O surgimento do racismo é datado do início do capitalismo e das expansões coloniais europeias, como modo de justificar a escravidão, posto que a utilização de outros seres vivos iguais aos colonizadores como escravos seria inconcebível” (JUBILUT, 2007, p. 116).

Na realidade, o que parece inconcebível é a existência de tal tipo de discriminação,

“[visto que] apresenta problemas multifacetados: (1) tal preconceito é absoluto, uma vez que as características biológicas não podem ser alteradas, (2) a teoria racista não tem base científica, pois até hoje não se comprovou a superioridade de uma raça em relação às demais, (3) a existência da diversidade, a qual é tolhida pelo racismo, é indispensável à evolução cultural da humanidade e (4) o racismo objetiva eliminar todas as diferenças dentro de um dado sistema podendo, com isso, levar ao Estado Totalitário, no qual não existe democracia e respeito aos direitos humanos” (JUBILUT, 2007, p. 117).

Por esses motivos e ao perceber que o racismo ainda é uma “prática” presente na sociedade, é que se torna necessário considerá-lo nos temas relevantes para a definição do refúgio.

Já em relação à nacionalidade, é possível inferir que esse termo traz um significado maior do que a simples origem de uma pessoa. Existe a nacionalidade que conecta a pessoa a uma nação, um povo. Dessa maneira, em Estados multiétnicos, por exemplo, pode existir esse tipo de perseguição, o que faz com que a nacionalidade se torne, também, um motivo para caracterizar um refugiado (JUBILUT, 2007, p. 120-126).

A opinião política, por sua vez, pode ser caracterizada como motivo de concessão de refúgio, “em função da possibilidade de ser ela usada como motivo para justificar a perda da vida de um ser humano quanto também em função de ser, ela própria, um direito humano” (JUBILUT, 2007 p. 128-129).

A religião é também um elemento pelo qual é possível conceder o *status* de refugiado a alguém. Isso porque,

“ainda existem Estados que adotam postura diversa, ou seja, da prática da intolerância religiosa, que não raras vezes coloca em risco a própria vida do indivíduo que não compartilha a crença majoritária, razão pela qual o Direito Internacional, e em especial o Direito Internacional dos Direitos Humanos, preocupou-se com a matéria” (JUBILUT, 2007, p. 131).

Finalmente, na questão do grupo social, verifica-se que ele não tem uma definição específica. Isso dá certa flexibilidade ao conceito para quando houver a necessidade de utilizá-lo para caracterizar determinada pessoa como refugiada (JUBILUT, 2007, p. 132).

Diante desta caracterização dos refugiados, situações em que se tem um grande contingente de pessoas buscando pelo reconhecimento do *status* de refugiado podem inquietar o Sistema Internacional. Isso pode resultar no que foi tratado nos primeiros tópicos deste capítulo: em uma abordagem ampliada da questão da segurança e na análise do recebimento de refugiado pela perspectiva da segurança societal, trazendo esse tema cada vez mais para o espectro da segurança.

“A questão dos conflitos internos continua a preocupar os estudiosos do Direito Internacional dos Refugiados até os dias atuais, isto porque com o advento da globalização, que ensejou o recrudescimento de antigos ideais nacionalistas e estimulou a integração econômica internacional, fazendo com que em muitos Estados surgissem competições acirradas acerca do poder, objetivando assegurar um

enriquecimento econômico de seus detentores, os conflitos internos explodiram numericamente, refletindo-se diretamente na produção de refugiados, tornando a proteção a esses temática indispensável para a ordem internacional, uma vez que o recebimento de fluxos imensos de refugiados pode desestabilizar qualquer Estado, acabando por refletir na segurança internacional como um todo” (JUBILUT, 2007, p. 145).

Com este capítulo, foi possível, então, fazer uma análise teórica dos estudos de segurança, no sentido de entendê-la pela perspectiva de escolas ampliadas de Relações Internacionais, dando ênfase à Escola de Copenhague. Esta, por sua vez, considera a questão da segurança como algo que pode ser tratado além do âmbito militar, incluindo na análise os âmbitos político, econômico, ambiental e societal. Essa expansão dos estudos acaba por ampliar, também, os assuntos que podem ser tratados pela área de segurança.

Foi possível, também, perceber as características de um indivíduo a quem é concedido o *status* de refugiado. Através da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, tornou-se legítima às Nações Unidas a categorização do refúgio, trazendo as condições as quais fariam com que o Sistema Internacional reconhecesse essas pessoas como passíveis de ajuda humanitária.

Ao unir estas duas questões com o texto de Brancante e Reis (2009), percebe-se que os agentes securitizadores, ao se sentirem ameaçados por determinadas questões que outrora não eram tratadas no âmbito da segurança, passam a percorrer as esferas de não politizadas a politizadas e securitizadas, se assim o desejam. Dessa forma, é perceptível, então, que a questão dos refugiados, por exemplo, pode passar de uma esfera politizada (quando haviam políticas públicas de recebimento dos refugiados como forma de ajuda humanitária) para a esfera securitizada (quando os tomadores de decisão passam a percebê-los como ameaças à segurança do país). Esse caminho se dá também através de declarações desses tomadores de decisão, que conseguem, assim, influenciar o público de que, realmente, há uma ameaça à segurança quando se tratam dos refugiados. Nesse caso, os Estudos de Segurança Internacional definem que a ameaça se encontra dentro do setor societal, porque representam uma diversidade cultural e religiosa perante aquelas que são pregadas majoritariamente nos países receptores.

Voltando para o objetivo principal do trabalho, no próximo capítulo serão tratadas todas as questões dos dois primeiros capítulos em relação aos refugiados sírios, especificamente, na França. Assim, o próximo capítulo tratará da Guerra da Síria e buscará confrontar suas características com as que os autores trabalhados anteriormente apontam como presentes nas guerras contemporâneas, de modo a verificar se há similitudes e, em caso positivo, quais

seriam. Além disso, serão trazidas informações oficiais do governo francês para verificar se, como Brancante e Reis (2009) apontaram, existe securitização da imigração síria na França.

3 A GUERRA DA SÍRIA E A PARTICIPAÇÃO DA FRANÇA EM RELAÇÃO AOS REFUGIADOS

3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A partir do capítulo anterior foi possível analisar a evolução dos estudos de Segurança Internacional e verificar a existência de uma escola, a Escola de Copenhagen, a qual observa a necessidade de inserir outros setores, além do militar, nos estudos de segurança para que eles sejam completos. Dessa forma, aumenta-se o rol de situações que podem ser vistas como aquelas que precisam ser discutidas na agenda de segurança. Estas sofrem, então, o que a Escola chama de processo de securitização (uma questão que saiu de um espectro não politizado, para politizado e, após, para securitizado).

Além disso, foi possível, também, entender quais são as características que definem o *status* de refugiado a uma pessoa e quando essas condições podem ser estabelecidas (pessoas que sofrem perseguição por força de sua raça, nacionalidade, religião, opinião política ou por pertencimento a determinado grupo social).

Ao unir ambas as questões acima citadas, e trabalhadas no capítulo anterior, foi possível perceber que mediante o ato de fala, agentes securitizadores podem, então, promover ou agir no sentido de gerar um processo de securitização, acerca da questão do refúgio. Ou seja, trazê-la para a agenda de segurança e não tratá-la mais como uma questão de política pública. Nesses casos, os refugiados podem ser considerados uma ameaça para o país que os recebe, fazendo-o tomar essas atitudes drásticas.

Neste sentido, este capítulo tratará sobre os assuntos abordados no capítulo anterior, no sentido de atingir o objetivo central proposto por este trabalho: de identificar a política francesa em relação aos refugiados – especificamente os sírios – para verificar se houve uma mudança na maneira como são tratados (pensando, principalmente, na questão da securitização). Além disso, será resgatado o assunto tratado no primeiro capítulo – em relação às classificações de guerra – para que, ao apresentar o contexto da Guerra da Síria, seja possível avaliar quais características desta mais se assemelham com as classificações propostas naquele primeiro capítulo.

Assim, autores como Simon Adams, Michael Jenkins, Beth Van Schaack, Gabriela Furtado, Henrique Roder e Segio L. C. Aguilar são trazidos para apresentar e discutir a Guerra da Síria, conflito que perdura na região desde 2011. Já na questão relacionada à França, o *France Diplomatie* será consultado, com o intuito de analisar os extratos de

imprensa dos discursos do presidente, François Hollande. Além disso, relatórios divulgados pelo órgão francês responsável pela proteção dos refugiados e apátridas, o OFPRA, serão avaliados para observar a evolução da aceitação dos refugiados sírios.

3.2 A GUERRA DA SÍRIA

A Guerra da Síria não tem uma data exata de início, apesar de que se sabe que os primeiros protestos da população síria tenham início em março de 2011 por conta da influência do que ficou conhecido como a “Primavera Árabe”, que teve início na Tunísia em 2010. Autores indicam que, com a resposta violenta do governo sírio de Bashar Al-Assad, a guerra tenha, então, início em 2011.

A “Primavera Árabe”, por sua vez, tem início em dezembro de 2010 na Tunísia, com a derrubada do ditador, Zine El Abidini Ben Ali, que governava. Assim, essa situação se alastrou para outros países do Oriente Médio na tentativa de conquistar mudanças e exigir mais democracia. Na Síria, então, as reivindicações do povo através dos protestos que se iniciaram em 2011 foram para derrubar o ditador Bashar Al-Assad que assumiu o poder após seu pai Hafez Al-Assad falecer. A família Al-Assad governa a Síria por um período de 46 anos (PENA, sem data).

A Guerra da Síria, porém, remonta a acontecimentos anteriores, ainda, à “Primavera Árabe”. “Os motivos por trás da guerra civil estão enraizados de forma muito profunda em sua história, desde a antiguidade” (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014, p. 1). Isso porque, também, a história da região é marcada por muitas desavenças e envolvimento internacional.

Um grande exemplo desse envolvimento, é através do Acordo de Sykes-Picot de 1916, um acordo secreto estabelecido entre França e Reino Unido para que juntos derrotassem o Império Otomano que tomava conta de grande parte da região. Para que conseguissem tal façanha, perceberam que a melhor forma de fazê-lo seria apoiando os próprios moradores daquela região, em sua grande maioria, árabes. A maneira que viram como a mais fácil de conquistar o apoio dessa população era aprovando o seu desejo, o de construir uma Grande Arábia que unisse todo o território formado pelos árabes que lá se encontravam (#WHYMAPS, 2015).

O que foi feito, por outro lado, não foi o que haviam prometido e apoiado. França e Grã-Bretanha dividiram a região em diversos países pequenos, onde garantiriam sua influência. A Síria, neste contexto, ficou sob influência francesa (#WHYMAPS, 2015).

Depois da Segunda Guerra Mundial, os europeus se retiraram do local e, em 1946, formase o Estado Sírio independente. Este Estado independente, entretanto, não se vê livre da herança histórica que o período colonial lhe trouxe, visto que havia disputa étnica e religiosa pelo poder. Isso porque, na época em que a França estava presente na região, havia tentativas de “enfraquecer a unidade árabe, instaurando pequenas divisões no país, governadas por um grupo que representava a minoria da população, os alauítas [um grupo derivado dos xiitas], em detrimento da maioria sunita (80% da população)” (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014, p. 1).

Por conta dessa herança da época colonial, a permanência de minorias em cargos de poder era mais facilitada, o que explica como se deu o início do regime da família Al-Assad, pertencente ao grupo alauíta.

“Além do grupo do presidente Bashar Al-Assad (alauíta), não representar a maioria, o regime ditatorial do presidente, com a restrição das liberdades, repressões violentas a qualquer pessoa considerada ameaça para a segurança nacional, e o controle da população, foram motivos que ajudaram a inflamar no povo a vontade de derrubar o governo” (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014, p.2).

Dessa forma, a partir dessa insatisfação popular é que começaram os protestos que levaram à guerra dos dias de hoje, considerada “a maior crise de refugiados que o mundo testemunha em quase um quarto de século sob o mandato do ACNUR” (ACNUR, 2015).

Para Simon Adams (2015), a Guerra da Síria tem cinco etapas marcadas. A primeira se inicia com os protestos da população síria em março de 2011 e segue até a metade do ano.

“[Ela] era caracterizada pela violência assimétrica na forma de repressão governamental de manifestações generalizadas inspiradas pelas revoluções da ‘Primavera Árabe’ em outras partes da região. Começando com pequenos protestos estudantis em Deraa em fevereiro, um movimento de massas desenvolveu-se rapidamente em todo país”⁶¹ (ADAMS, 2015, Tradução Nossa, p. 6).

Estes protestos “exigiam uma série de reformas, incluindo liberdades políticas, um fim aos abusos de custódia, bem como a revogação de leis de emergência abusivas”⁶² (VAN SCHAACK, 2016, Tradução Nossa, p. 5-6). Em resposta a essas reivindicações, o governo

⁶¹ “(...)was characterized by asymmetric violence in the form of deadly governmental repression of widespread demonstrations inspired by the "Arab Spring" revolutions elsewhere in the region. starting with small student protests in Deraa during February, a mass movement quickly developed across country.”

⁶² “(...)demanding a range of reforms, including enhanced political freedoms, an end to custodial abuses, and the repeal of abusive emergency laws.”

de Al-Assad prometeu algumas mudanças com relação a reformas democráticas, porém, ao mesmo tempo, continuou a utilizar as forças do exército para deter os protestantes.

A segunda fase, a qual se estabeleceu na segunda metade do ano de 2011, foi marcada pela criação do Exército Livre da Síria (ELS), formado pelo grande número de civis que continuavam descontentes com a situação e, também, por desertores das forças do exército. “Chocado pela resiliência da oposição política, a qual continuou a organizar grandes protestos, e, agora, militarmente ameaçado pelo ELS, o governo ajustou sua estratégia”⁶³ (ADAMS, 2015, Tradução Nossa, p. 6).

Esse ajuste na estratégia governamental é percebido na terceira fase, a qual é marcada pelo episódio na cidade de Homs no começo de 2012. Homs era uma cidade em sua maioria controlada pela oposição, e esse episódio foi caracterizado pela tentativa do governo de tomar posse de centros tomados pela resistência. Assim, cercou a cidade e utilizou da força militar na esperança de que, “libertando tais forças, aterrorizaria a maioria da população Sunita – que era considerada o núcleo eleitoral da oposição – até o ponto de submissão”⁶⁴ (ADAMS, 2015, Tradução Nossa, p. 6).

“A formação de cercos é uma tática desenvolvida durante a Idade Média e envolve cercar uma guarnição ou uma área povoada, com o objetivo de derrotar as forças inimigas na deterioração das suas defesas, cortando a possibilidade de reforços e suprimentos vitais e evitando sua fuga. Por mais que o cerco seja custoso e tome bastante tempo, ele é, talvez, mais fácil do que enfrentar o inimigo diretamente numa batalha ou ir de casa em casa para derrotar o adversário numa área densamente povoada”⁶⁵ (VAN SCHAACK, 2016, Tradução Nossa, p. 27).

Assim, foi mais fácil para o governo utilizar-se dessa estratégia, do que se envolver com o inimigo, arriscando seus homens e agravando a situação.

Além desse episódio, a terceira fase do conflito foi marcada por um agravamento na maneira como se davam as hostilidades. A partir da metade de 2012, o uso de helicópteros como forma de atacar os civis tornou-se a forma dominante de ataque.

“Os poderes aéreo e de artilharia também são usados para áreas que não estão sob controle do governo, alvejando deliberadamente plantações, padarias (uma fonte crítica de alimento para muitos) e hospitais – destruindo o comércio e a infraestrutura de suporte de vida. O objetivo é forçar as pessoas a se mudarem para fora das zonas rebeldes, privando assim os rebeldes de apoio popular. Essas táticas

⁶³ “Shocked by the resilience of the political oppositions, who continued to organize large protests, and now militarily threatened by the FSA, the government adjusted its strategy.”

⁶⁴ “(...) unleashing such forces would terrorise the majority Sunni population, who were considered the opposition's core constituency, into submission.”

⁶⁵ “Siege warfare is a tactic developed during the Middle Ages that involves surrounding a garrison or a populated area with the goal of defeating the enemy force by deteriorating their defenses, cutting them off from reinforcements and vital supplies, and preventing their escape. Although sieges are costly and time-consuming, they are perhaps sometimes easier than engaging the enemy directly in open battle or going house to house to rout out the adversary in a densely-populated area.”

explicam o grande número de refugiados”⁶⁶ (JENKINS, 2014, Tradução Nossa, p.12).

Do outro lado, a oposição (o ELS) tornou-se mais artificiosa nas operações militares. Por conta desse aumento na engenhosidade do ELS e do poder que o governo mantinha, a quarta fase do conflito foi marcada por um impasse, visto que ambos os lados se igualavam na quantidade de poder que mantinham, de forma que não havia um lado que pudesse superar militarmente o outro e finalizar a guerra.

“Ambos os lados controlavam uma quantidade considerável de territórios, mas nenhum dos dois podia impor uma derrota militar compreensiva ao outro. Protagonistas pediam ajuda externa adicional para mudar a balança de poder no campo de batalha. Para o governo, isso significava a continuidade de abastecimentos cruciais pela Rússia. Para a oposição, o aumento de dinheiro e armas vindos do Golfo, incluindo de doadores privados ricos, era essencial”⁶⁷ (ADAMS, 2015, Tradução Nossa, p. 6-7).

O envolvimento da Rússia na região se dá porque “Assad é o último aliado da Rússia no Oriente Médio, um grande consumidor dos armamentos russos e hospedeiro da única base naval de água quente da Rússia, apesar de utilidade estratégica modesta”⁶⁸ (JENKINS, 2014, Tradução Nossa, p. 7). Assim, a participação da Rússia na Guerra da Síria não se mantém somente no envio de armamentos. Por conta dessa aliança formada entre ambos, a Rússia é responsável pelo bloqueio de resoluções no Conselho de Segurança da ONU que indiquem que o governo sírio é responsável por algum crime contra a humanidade ou crime de guerra (JENKINS, 2014, p. 7).

A quinta e última fase (até o momento) acontece desde 2013. A Guerra da Síria “deixou de ser um conflito político com conotações sectárias. Tornou-se uma guerra civil sectária conduzida com a participação de alguns combatentes não relacionados à religião”⁶⁹ (ADAMS, 2015, Tradução Nossa, p. 7).

Assim, reconhecendo as diferentes fases desse fenômeno cruel que acontece até os dias de hoje, é possível perceber a gravidade que tomou ao longo do tempo, sendo responsável por levar milhões de pessoas à miséria. De acordo com o relatório da economia de guerra da Síria,

⁶⁶ “Airpower and artillery are also used to pound areas not under government control, deliberately targeting crops, bakeries (a critical source of food for many), and hospitals - destroying commerce and the infrastructure of life support. The objective is to force people to move out of rebel zones, thereby depriving the rebels of popular support. These tactics explain the vast number of refugees.”

⁶⁷ “Both sides controlled considerable territory, but neither could impose a comprehensive military defeat upon the other. Protagonists begged for additional external assistance to tip the balance of power on the battlefield. For the government, this meant (...) the continuance of crucial supplies from Russia. For the opposition, increased money and weapons from the Gulf, including via wealthy private donors, were essential.”

⁶⁸ “(...) Assad is Russia's last remaining ally in Middle East, a major consumer of Russian arms, and host to Russia's only warm-water naval base, although of modest strategic utility.”

⁶⁹ “(...) has ceased to be a political conflict with sectarian undertones. It has become a sectarian civil war conducted with the participation of some secular combatants.”

de abril de 2014 (EUROPEAN COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2014, apud, ADAMS, 2015),

“o Índice de Desenvolvimento Humano sírio decaiu para a posição onde ele se encontrava há 37 anos. O relatório estimou que mesmo com uma taxa de crescimento médio anual de cinco por cento, levaria cerca de 30 anos para recuperar o PIB (Produto Interno Bruto) da Síria de 2010”⁷⁰ (ADAMS, 2015, Tradução Nossa, p. 7).

A Guerra da Síria ainda pode ser caracterizada como uma *proxy war* (conforme explicado no primeiro capítulo), onde países do Sistema Internacional se envolvem defendendo seus aliados neste conflito, apoiando, até mesmo, com dinheiro e armas. Dessa forma, a Guerra da Síria não mostra sinal de término, visto que as partes envolvidas no conflito se encontram em um impasse e a participação internacional se dá mais no apoio dos envolvidos do que no pensamento de uma solução. Por esse motivo, a Síria se torna uma ameaça para toda a região do Oriente Médio que tem se posicionado favorável às forças do governo ou às forças de oposição – dividindo a região –, mas, também, tem sido responsável pelo acolhimento da maioria de refugiados sírios, o que passa a desestabilizar esta região. “Com mais de um milhão de refugiados sírios em um país dividido de somente quatro milhões de pessoas, o Líbano, [por exemplo,] corre perigo de se tornar uma extensão do campo de batalha sírio”⁷¹ (ADAMS, 2015, Tradução Nossa, p. 7).

As atrocidades cometidas pelo governo sírio são registradas pela Comissão de Inquérito da ONU (2014, apud ADAMS, 2015), que em seus relatórios indicou que as “forças pró-governo continuam a conduzir ataques generalizados contra civis, cometendo sistematicamente assassinatos, tortura, estupro e desaparecimento forçado como crimes contra a humanidade e também cometeram crimes de guerra”⁷² (ADAMS, 2015, Tradução Nossa, p. 8). Além disso, foram usados tanques, aeronaves e artilharia pesada para aterrorizar qualquer pessoa que pudesse ser de oposição.

Já as atrocidades cometidas pelos grupos de oposição se encontram:

“represálias contra minorias, corrupção e destruição de locais religiosos e execução extrajudicial de soldados capturados do governo. Financiamento externo, aumento do acesso a armas e um fluxo de combatentes estrangeiros aumentaram as capacidades de um número crescente de grupos radicais Islamistas, incluindo a

⁷⁰ “(...) the ‘human development index has fallen back to where it stood 37 years ago.’ The report estimated that ‘even with an average annual growth rate of 5 percent it would take nearly 30 years to recover Syria’s 2010 GDP value’.”

⁷¹ “With more than a million Syrian refugees in a divided country of only 4 million people, Lebanon is in danger of becoming an extension of the Syrian battlefield.”

⁷² “(...) pro-government forces ‘continue to conduct widespread attacks on civilians, systematically committing murder, torture, rape and enforced disappearance as crimes against humanity’ and have also committed extensive war crimes.”

afiliada da Al-Qaeda, *Jabhat al-Nusra* e o ISIS [*Islamic State of Iraq and Syria*, ou Estado Islâmico]”⁷³ (ADAMS, 2015, Tradução Nossa, p. 9).

Para se juntarem a esses grupos afiliados da Al-Qaeda, combatentes estrangeiros têm, cada vez mais, saído de seus países para defender os objetivos estabelecidos por estes. Até mesmo países da Europa não escapam desse destino. “A Europa está preocupada com o que pode acontecer quando esses combatentes, alguns com habilidades militares e experiência de combate, voltarem para casa, para possivelmente se engajar em atividades terroristas”⁷⁴ (JENKINS, 2014, Tradução Nossa, p. 19).

Outra preocupação que perdura na Europa é que não somente os europeus combatentes na Síria podem voltar para a Europa para se engajar em atividades terroristas, como os próprios sírios participantes desses grupos. A entrada para este continente não se dará, provavelmente, por aeroportos, onde passarão por controles rígidos de segurança. Ao invés disso, eles podem tentar adentrar no continente por terra, através da Turquia. Isso, porém, passa a complicar a situação dos refugiados, que poderão começar a ser vistos com olhar de suspeita, entrando no espectro de securitização.

Para Jenkins (2014, p. 21), por exemplo,

“os refugiados sírios representam uma preocupação tanto humanitária quanto de segurança. O aumento do número de refugiados gerado pelo conflito sírio pode desestabilizar os países ao redor da Síria, proporcionando novos lugares para radicalização e recrutamento terrorista, e, na Europa, pode intensificar a xenofobia e as reações racistas”⁷⁵ (JENKINS, 2014, Tradução Nossa, p. 21).

Assim, Adams (2015) afirma que existem três prioridades não resolvidas na Guerra da Síria: o acesso à ajuda humanitária, uma solução política e o fim da impunidade.

Quanto ao acesso à ajuda humanitária, o problema está no envolvimento dos civis na guerra, fazendo com que, no ano de 2013, “aproximadamente cinco milhões de sírios (quase um quarto da população) estivessem deslocados dentro do país, além dos dois milhões que se tornaram refugiados além das fronteiras da Síria”⁷⁶ (ONU, 2013, apud, ADAMS, 2015, Tradução Nossa, p. 17-18).

⁷³ “(...) reprisals against minority communities, defilement and destruction of religious sites and extrajudicial execution of captured government soldiers. Foreign funding, increased access to arms and an influx of foreign fighters have enhanced the capabilities of a growing number of radical Islamist armed groups, including the al-Qaeda affiliated *Jabhat al-Nusra* and ISIL.”

⁷⁴ “Europe is worried about what may happen when these fighters, some with military skills and combat experiences, return home, possibly to engage in terrorist activities.”

⁷⁵ “Syria’s refugees represent both a humanitarian and a security concern. The growing number of refugees generated by the Syrian conflict can destabilize surrounding countries, provide new reservoirs for radicalization and terrorist recruiting, and, in Europe, can fan xenophobia and racist reactions.”

⁷⁶ “(...) approximately 5 million Syrians (almost a quarter of the population) were displaced inside the country, in addition to the 2 million who had become refugees beyond Syria’s borders.”

A segunda questão, uma solução política, dizia respeito à influência do Conselho de Segurança da ONU, de forma a motivar os países a não mais apoiarem as partes do conflito através do envio de armas.

“Para as conversas sobre paz terem qualquer esperança de obter sucesso, era essencial para as potências-chave regionais – incluindo Irã, Arábia Saudita, Qatar e Turquia – aceitarem a necessidade de se separarem militarmente do conflito sírio e aceitarem que uma conflagração sectária regional mais ampla não estava em interesses estratégicos de ninguém” ⁷⁷ (ADAMS, 2015, Tradução Nossa, p. 19).

Ou seja,

“quanto mais tempo os sírios lutarem, mais sectário o conflito se torna, mais selvagem será a luta, mais ‘limpezas étnicas’ [no sentido de perseguição a determinadas etnias] irão ocorrer, maior será a acumulação de razões para a vingança, e menos provável de haver uma solução política” ⁷⁸ (JENKINS, 2014, Tradução Nossa, p. 3).

Quanto ao fim da impunidade, seria necessário tornar responsáveis todas as partes envolvidas por todos os anos de cometimentos de crime de guerra e crimes contra a humanidade. “Na ausência de tornar as partes responsáveis pelas atrocidades, não se pode ter paz nem justiça, já que a impunidade tem incentivado todos os que permanecem resistentes a uma solução negociada para o conflito na Síria” ⁷⁹ (ADAMS, 2015, Tradução Nossa, p. 19).

3.3 A GUERRA DA SÍRIA COMO “GUERRA DOS POVOS”

Muitos textos e autores consideram a Guerra da Síria como uma guerra civil – por se tratar de uma guerra travada majoritariamente dentro de um Estado, descentralizada em grupos organizados (no caso da Síria, o governo, o ELS, o ISIS, entre outros grupos combatentes), tendo o Estado como parte da Guerra, ao se posicionar contra civis e grupos que se estabeleceram ao longo do tempo. Além disso, as motivações não são muito bem estabelecidas, visto que o início foi em termos políticos, com exigências de mais democracia (com a influência da Primavera Árabe), porém, ao longo do tempo e com o aumento dos grupos participantes, difundiram-se, também, as motivações pelas quais as guerras se estabelecem. De um lado, o governo de Assad quer manter sua posição (que já está no poder há 16 anos) e controle. Do outro lado, o Exército Livre da Síria, formado a partir de desertores

⁷⁷ “For the Peace talks to have any hope of success, it was essential for key regional powers – including Iran, Saudi Arabia, Qatar and Turkey – to accept the need to militarily disengage from the Syrian conflict and accept that a broader regional sectarian conflagration was not in anyone's strategic interests.”

⁷⁸ “The longer the Syrians fight, the more sectarian the conflict becomes, the more savage the fighting, the more sectarian cleansing will occur, the greater the accumulation of reasons for revenge, the less likely there is to be a political solution.”

⁷⁹ “In the absence of accountability for atrocities there can be neither peace nor justice as impunity has emboldened those on all sides who remain most resistant to a negotiated solution to Syrian's conflict.”

do governo e protestantes, querem a tomada do poder. Ainda há o lado do Estado Islâmico, grupo fundamentalista, por exemplo, que quer, também, tomar o poder para criar um califado⁸⁰.

A Guerra da Síria (e as guerras civis) pode ser considerada dentro do espectro do que Holsti classificou como sendo a “guerra dos povos”. Como visto anteriormente, a Guerra da Síria não tem uma data de início precisa. Isso porque, não houve declaração de guerra. As bases dos grupos participantes são descentralizadas, porque os grupos são descentralizados e não existe uma estratégia definida de como se dão as batalhas. Dessa forma, a imprevisibilidade, a inovação e a surpresa são essenciais e podem ser percebidas através dos bombardeios que geralmente acontecessem por meio das forças do governo, dos participantes internacionais ou dos grupos revolucionários contrários ao governo (que também mostram essas características através dos ataques terroristas em outros países).

Outra característica em que há semelhança entre a Guerra da Síria e as “guerras dos povos” é em relação aos civis. Os civis, como visto no tópico acima, são alvos deliberados dos ataques por forças do governo por via aérea ou através das operações em que há cerco de cidades, como aconteceu em Homs. Além disso, nos contra ataques feitos por grupos anti-governo, também, não existe precaução para que civis não sejam atingidos. Isso força uma movimentação das pessoas não participantes da guerra para que, na tentativa de fugir do conflito e da perseguição, deixem suas casas e se tornem deslocados dentro da própria Síria ou busquem a proteção de outros países.

Quanto à resolução do conflito, é possível verificar que há similitude com o que é colocado nas questões das “guerras dos povos”, visto que a Guerra da Síria tem se mostrado uma guerra de difícil resolução. Jenkins (2014) foi mencionado na contextualização da Guerra da Síria ao mostrar que quanto mais o conflito se prolonga, mais grupos surgem, mais razões se tem para continuar lutando, mais motivações de vingança e mais difícil se torna solucionar o conflito. Em cinco anos de guerra, percebe-se que uma resolução está longe de ser alcançada, visto que ainda não existem movimentações internacionais (nem internas) para chegar a um consenso.

⁸⁰ O califado é uma forma de governo estabelecida pelos seguidores do Alcorão e da Sunna – da *sharia*, do direito islâmico – onde o governo assume uma posição não laica. O califado é reconhecido como a única forma de governo aprovada pela religião islâmica. Neste sentido, o Estado Islâmico luta pelo estabelecimento de um califado na região da Síria, com o lema de que “Deus é o único objetivo. Maomé o único líder. O Corão é a única Lei. A Jihad [guerra santa, ou seja, o empenho e esforço de cada muçulmano em buscar uma fé perfeita] é o único caminho. Morrer pela Jihad de Deus é a nossa única esperança”. MIRHAN, Lejeune. **Califado: Reino de terror que serve ao imperialismo**. Oriente Mídia. Disponível em: <<http://www.orientemidia.org/califado-reino-de-terror-que-serve-ao-imperialismo/>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

A Guerra da Síria, portanto, apresenta mais variáveis comuns com as variáveis que Holsti considera componentes da guerra dos povos – do que com as “novas guerras” de Kaldor. Isso porque, não se trata de uma guerra onde grupos ficam alheios à globalização. Há conexão com o mundo exterior, visto que os protestos que deram início à guerra se alastraram por toda a região do Oriente Médio. Além disso, são grupos que se mantêm bastante atualizados em relação às tecnologias, apesar de não serem os tomadores de decisão em relação à globalização. O Estado Islâmico, por exemplo, mantém na *internet* a divulgação periódica de uma revista chamada *Dabiq*, pela qual fazem propaganda da organização para atrair jovens lutadores e que contém questões sobre o califado e sobre a “guerra santa” (*jihad*) (THE CLARION PROJECT, 2014). Além disso, alguns recrutamentos e seleções de jovens para participar do Estado Islâmico são feitos através das redes sociais (SINGER; BROOKING, 2015).

Por outro lado, a característica de privatização da violência, apresentada por Kaldor como presente nas “novas guerras”, é percebida na Guerra da Síria também, com a participação de grupos tanto privados quanto públicos. O Estado Islâmico, por exemplo, tem seu financiamento através da extorsão de pessoas, fundos roubados do Iraque, tráfico humano, financiadores ricos e outras formas de se manter como parte da guerra (VAN SCHAACK, 2016, p. 33). Assim, percebe-se que a descentralização da violência consegue ser mantida por conta do financiamento dos grupos por atividades ilegais ou, até mesmo, ajuda externa, tornando possível a compra de armamentos e o crescimento do poder que possuem.

Uma última característica, porém, que é defendida tanto por Holsti quanto por Kaldor nas suas classificações de guerra é em relação aos Estados fracos. Essa questão é complicada em relação à Síria, visto que o país não era considerado fraco no início da guerra.⁸¹ Tinha uma posição entre estável e de alerta em 2011, porém, por conta da guerra que se espalhou pelo país, decaiu até uma posição de alto alerta (sendo o 9º de todos os Estados em 2015) (FFP, 2015). Um dos motivos pelo qual essa posição se tornou mais visível ao longo do tempo, diz respeito a uma das consequências da Guerra da Síria (também apresentadas por Kaldor e Holsti, onde, nesse caso, há concordância): os refugiados. O *Fragile State Index* avalia como indicador social as questões dos refugiados e das pessoas internamente deslocadas e essas, então, contribuíram para o agravamento da situação síria. Elas serão vistas no próximo tópico,

⁸¹ Como pode ser percebido através da análise do *Fragile State Index* nos anos de 2011 a 2015, apresentado no primeiro capítulo. Disponível em: <<http://fsi.fundforpeace.org/rankings-2011-sortable>>, <<http://fsi.fundforpeace.org/rankings-2012-sortable>>, <<http://fsi.fundforpeace.org/rankings-2013-sortable>>, <<http://fsi.fundforpeace.org/rankings-2014>>.

onde é observado de maneira geral o quadro em que se encontram os refugiados sírios no mundo.

3.4 A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS SÍRIOS

Quando sírios passam a demandar a proteção de outros países, trata-se de uma questão de “direito de asilo”, conforme visto no capítulo anterior. A concessão que se dá às pessoas é a de asilo e os refugiados são reconhecidos como pessoas que sofrem ou temem perseguição. A Guerra da Síria, por sua vez, como tratada no tópico anterior, pode ser considerada uma “guerra dos povos”, tendo a participação de grupos que se baseiam em questões políticas e religiosas (visto que o conflito começou por conta de demandas políticas e, ao longo do tempo, grupos formados por motivações religiosas passaram a reivindicar questões voltadas para a religião, como o estabelecimento de um califado). Assim, civis que não seguem essa mesma religião ou defendem a mesma ideologia política tornam-se alvos deliberados desses grupos e o sentimento de perseguição passa a se tornar uma ameaça real, fazendo com que as estatísticas de pessoas deslocadas internamente no país ou que demandam refúgio aumentem (visto que são maneiras de garantirem sua sobrevivência).

Os principais destinos para os refugiados sírios (aqueles que conseguem sair do país e não se tornam deslocados internamente) são para os países vizinhos, aqueles mais próximos geograficamente, visto que se trata de uma opção mais econômica (em comparação com as pessoas que vão para países europeus) e mais simples (também em comparação com países europeus, porque a burocracia é menor – o que pode ser comprovado pela quantidade de refugiados que se encontram nesses países).

Assim, considerando os refugiados sírios nestes países vizinhos, a última atualização, de 19 de maio de 2016, mostra que o número de refugiados quase alcançou os cinco milhões (com a soma de 4.840.659 refugiados). Desses, 56,7% (2.744.915 refugiados) estão na Turquia (INTER-AGENCY INFORMATION SHARING PORTAL, 2016). Trata-se do país onde a entrada para a Europa por terra – de maneiras ilegais – é a mais acessível (através da Bulgária). Isso dá abertura para refugiados que não dispõem de tantos recursos para demandar diretamente asilo para a Europa, entrarem de modo ilegal; ou, até mesmo, pode se tornar um caminho pelo qual europeus que foram recrutados pelos grupos combatentes retornem para a Europa (o que acaba se tornando um problema de segurança) (JENKINS, 2014, p. 22).

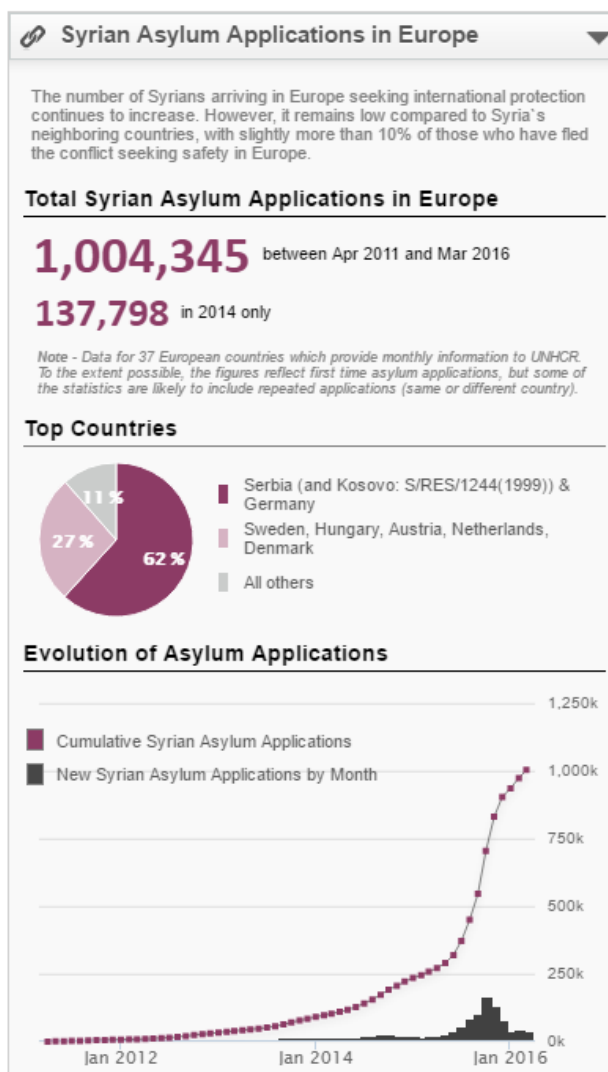
Em segundo lugar, encontra-se o Líbano com 1.048.275 refugiados, o que corresponde a 21,7%. Em seguida, a Jordânia com 651.114 (correspondendo 13,5%). Depois, o Iraque com 5%; o Egito com 2,5% e o Norte da África com 0,6% (INTER-AGENCY INFORMATION SHARING PORTAL, 2016).

Comparando essa situação dos refugiados sírios que demandam proteção aos países europeus, têm-se os seguintes números: entre abril de 2011 e março de 2016, o número total de aplicações em toda a Europa é de 1.004.345 pedidos, o que corresponde a 36,5% dos refugiados que se encontram somente na Turquia e 20,7% do total de refugiados que se encontram nas principais regiões ao redor da Síria (Turquia, Líbano, Jordânia, Iraque, Egito e Norte da África). Dentre esses pedidos, de acordo com o gráfico presente na Figura 1, é possível perceber que as principais demandas são destinadas à Sérvia (e Kosovo) e a Alemanha (somando 62%). Após, com 27%, a Suécia, Hungria, Áustria, Dinamarca e Holanda se situam na segunda posição. Todos os outros países europeus que aceitam os pedidos de asilo vindos da Síria (inclusive a França) se encontram em último lugar, somando apenas 11%. Essas informações podem ser vistas na Figura 1.

De acordo com essas informações, analisando cada país europeu em relação ao número de aplicações que recebem, é possível perceber através do mapa mostrado na Figura 2, que os países que, na Figura 1, se encontravam com a maior fatia do gráfico (Sérvia, Kosovo e Alemanha, somando 62%), são os que, agora, apresentam as maiores bolas, indicando maior quantidade de aplicações.

A Sérvia e o Kosovo lideram, com 313.314 aplicações, correspondendo a 31,2% do total. A Alemanha segue em segundo lugar com 306.703 aplicações, correspondendo a 30,5% do total de demandas para a Europa. Já os países presentes na segunda fatia do gráfico visto na Figura 1 (Suécia, Hungria, Áustria, Dinamarca e Holanda), ao serem transferidos para o mapa da Figura 2, têm as bolas menores, mas ainda se mostram de tamanho mediano comparado com o restante do mapa.

Figura 1 - Aplicação de asilo por sírios na Europa

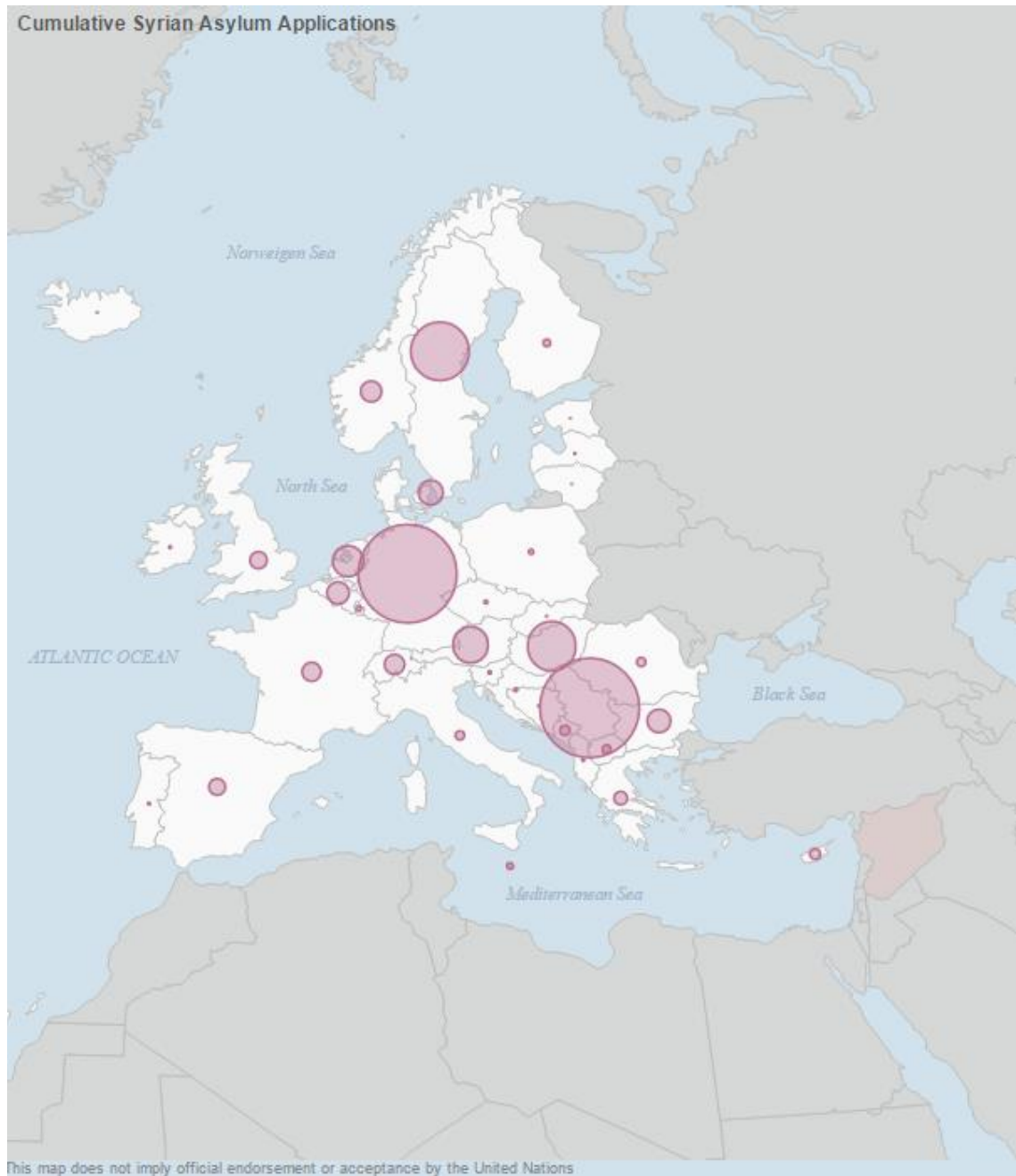


Fonte: Inter-agency Information Sharing Portal (2016).

Nessa segunda porção, é possível perceber que a Suécia lidera, com 107.966 demandas (correspondendo a 10,7% do total). Seguida pela Hungria, com 72.505 demandas (7,2% do total). Após, a Áustria com 38.385 aplicações (3,8% do total), Holanda com 30.698 aplicações (3% do total) e Dinamarca com 19.433 aplicações (1,9% do total).

A França, país em questão na análise deste trabalho, aparece em 12ª na ordem dos países pelo número de demandas (com Bulgária, Bélgica, Noruega e Suíça na sua frente, respectivamente). O número de demandas para este país é de 11.402, representando 1,1% do total de demandas feitas para toda a Europa.

Figura 2 – Mapa de aplicações de asilo dos sírios na Europa



Fonte: Inter-agency Information Sharing Portal (2016).

3.4 O POSICIONAMENTO FRANCÊS EM RELAÇÃO AOS REFUGIADOS SÍRIOS: HÁ UMA SECURITIZAÇÃO EM CURSO?

Conforme visto acima e confirmado na Figura 2, as demandas de asilo vindas de sírios para a França somam o total de 11.402 demandas, entre abril de 2011 e março de 2016, o que a faz estar na décima segunda posição entre os países europeus que os recebem.

No ano de 2011, porém, o *Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides* (OFPRA), ou seja, o órgão francês responsável pela proteção de refugiados e apátridas, em seu relatório, não tornou relevante a informação de demandas sírias, visto que era um número pequeno comparado a outras demandas efetuadas nesse ano.

O OFPRA, em seus relatórios anuais, divulga todas as demandas de asilo recebidas dos diversos países e separa essas demandas em primeiras demandas, reexames (quando a demanda é reanalisada) e menores acompanhados (os menores de idade que têm uma avaliação diferenciada). Existem na França, duas entidades responsáveis pela avaliação desses pedidos de asilo e, posterior, aceitação ou recusa (ambas divulgadas no relatório do OFPRA): o OFPRA e o CNDA (*Cour Nationale du Droit d'Asile*, ou seja, uma espécie de tribunal nacional de asilo). Para análise neste trabalho serão utilizadas as informações contidas no relatório referente ao total de demandas recebidas pela França e total de casos avaliados somente pelo OFPRA (sendo, então, admitidos ou rejeitados). Há, também, as avaliações feitas pelo CNDA, porém, a grande maioria dos julgamentos é feito pelo OFPRA e o resultado que se tem dele é mais detalhado.

Dessa forma, em 2011, o relatório divulga que o número de demandas sírias para a França soma 119 (considerando menores acompanhados e reexames, para somente as primeiras demandas o resultado é de 100) e 38 foram aprovados pelo OFPRA (das 56 que este órgão avaliou). As rejeições sírias deste órgão são de 32,1%. Em comparação, o total de demandas de proteção internacional neste ano somou 57.337 (considerando menores acompanhados e reexames, também), o que torna as demandas sírias ínfimas ao serem comparadas (trata-se de 0,2% do total) (OFPRA, 2011, p.76).

No ano de 2012, por sua vez, o número de demandas para a França aumentou, como pode ser visto na Tabela 1. Os valores consideram as primeiras demandas e menores acompanhados, sem avaliar os reexames (com exceção da Bélgica que avalia somente as primeiras demandas). Ao analisar a tabela, é possível perceber que, de todos os países que sofreram aumento (a Bélgica teve um decréscimo nas demandas), a França, apesar de estar na

segunda posição dos países europeus a receberem pedidos de asilo, foi a que sofreu menor aumento (6% em comparação com o ano anterior). Esse número se contrasta bastante quando em comparação, principalmente, às três primeiras posições da tabela. A Alemanha, em 2011, estava atrás da França no ranking de países que mais recebem demandas de refúgio. Em 2012, teve um aumento de 41,1% e ultrapassou a França em quase 10.000 demandas a mais, o que demonstra uma política com maior abertura para o recebimento de refugiados em comparação com a França (possibilitando esse aumento no ano de 2012). A Suécia, também, tem um crescimento exorbitante, de 48% em 2012, mesmo que permaneça atrás da França nesse ranking. Ambos esses aumentos consideráveis desses países se deve ao aumento de demandas sírias (OFPRA, 2012, p. 5).

Tabela 1 – Demandas de proteção internacional na Europa (2012)

DEMANDES DE PROTECTION INTERNATIONALE EN EUROPE

PAYS	DA 2012	DA 2011	ÉVOLUTION % 2012/2011
Allemagne	64 539	45 741	41,1%
France	55 255	52 147	6,0%
Suède	43 887	29 648	48,0%
Suisse	28 631	22 551	27,0%
Royaume-Uni	27 500	25 455	8,0%
Belgique	21 463	25 479	- 15,8%

Sources : homologues respectifs et IGC
1ères DA + mineurs accompagnants sauf Belgique : mineurs accompagnants exclus

Fonte: OFPRA (2012)

Quanto às avaliações feitas em relação a esses pedidos, é possível verificar na Tabela 2 que, apesar de um aumento de 6% nos pedidos de proteção internacional (7,2% de aumento considerando menores acompanhados e reexames), as admissões do OFPRA sofreram um decréscimo de 6%, também, em relação ao ano anterior. Consequentemente, as rejeições aumentaram e a porcentagem de aumento nas rejeições é maior do que a porcentagem de aumento nas demandas de proteção internacional: 11% de aumento nas rejeições.

Assim, ao comparar o aumento de demandas sírias na França, é possível perceber a discrepância. Os pedidos de proteção internacional sírios para este país aumentaram em 350% de 2011 para 2012, com 450 demandas (sem considerar menores acompanhados e reexames). Dentro da análise da região do Oriente Médio, percebe-se um aumento das demandas vindas de toda a região (90% em comparação com o ano de 2011), somando 665 pedidos no total

(OFPRA, 2012, p. 14). Dessa forma, somente a Síria, é responsável por mais da metade desse valor (67%).

Ao perceber o aumento nas rejeições (e levando em consideração o grande aumento das demandas sírias), assume-se que a situação que ocorreu a nível macro (nas demandas totais), ocorra no nível micro também (nas demandas sírias). Esse, porém, não é o quadro que se observa. Das 264 demandas avaliadas pela OFPRA (considerando menores acompanhados e reexames), 243 são aprovadas (a taxa de rejeição é de 7,95%).

Tabela 2 – Demandas de Proteção Internacional para a França 2012/2011

ANNEXE 1

DEMANDES DE PROTECTION INTERNATIONALE 2012/2011 : FLUX ET ACTIVITE DE L'OFpra COMPARES

	2012	2011	ÉVOLUTION 2012/2011 %
Premières demandes (1)	41 254	40 464	2,0%
Mineurs accompagnants (2)	14 001	11 683	19,8%
Total 1ères demandes, mineurs accompagnants inclus (1+2)	55 255	52 147	6,0%
Réexamens (3)	6 213	5 190	19,7%
Total demandes, réexamens inclus (1+2+3)	61 468	57 337	7,2%
Total décisions Ofpra (hors mineurs accompagnants)	46 267	42 377	9,2%
Admissions	4 348	4 630	- 6%
dont protections subsidiaires (PS)	1 185	1 275	- 7%
Rejets	41 672	37 619	11%
Radiations et desaisissements	247	128	93%
Taux d'admission Ofpra %	9,4%	11,0%	
Total décisions Ofpra sur mineurs accompagnants	13 861	13 192	5,1%
Total décisions Ofpra	60 128	55 569	8%
Admissions suite à une annulation de la CNDA	5 628	6 072	- 7%
dont protections subsidiaires (PS)	1 377	1 189	16%
Total admissions	9 976	10 702	- 6,8%
dont total protections subsidiaires (PS)	2 562	2 464	4%

Fonte: OFPRA (2012)

Assim, em 2013, através da análise da Tabela 3, percebe-se que o número de demandas de proteção internacional na França continua aumentando. Ela ainda se mantém na segunda posição atrás da Alemanha. O que é interessante observar neste ano é que, mesmo com um aumento de 9,4% nas demandas (aumento maior do que teve no ano de 2012), ainda se trata de um aumento pequeno em relação à Alemanha e a Suécia (que também tiveram

crescimentos muito maiores que a França em 2012). A Suécia, a qual ainda se encontra na terceira posição, teve um significativo aumento de 23,6%. E a Alemanha, a qual já estava em primeiro lugar desde o ano de 2011, teve um aumento de quase 70% nas demandas. Esta porcentagem de aumento que a Alemanha sofreu corresponde a 45.041 demandas e esse número equivale a 74,5% de todas as demandas que a França recebeu no ano de 2013.

Tabela 3 – Demandas de proteção internacional na Europa (2013)

DEMANDES DE PROTECTION INTERNATIONALE EN EUROPE

Pays	DA 2013	DA 2012	ÉVOLUTION %
Allemagne	109 580	64 539	69,8%
France	60 461	55 255	9,4%
Suède	54 259	43 887	23,6%
Suisse	21 465	28 631	-25,0%
Royaume-Uni	29 185	27 410	6,5%
Belgique	15 840	21 463	-26,2%

Sources : homologues respectifs et IGC
 1eres DA + mineurs accompagnants sauf Belgique : mineurs accompagnants exclus

Fonte: OFPRA (2013)

Mesmo com um pequeno aumento nos pedidos de proteção internacional (em comparação com outros países), ao analisar a Tabela 4, é possível perceber uma melhora na situação que havia no ano de 2012. Há uma troca de crescimento e decréscimo entre admissões e rejeições e, em 2013, as admissões sofrem um aumento significativo de 37% e as rejeições sofrem um decréscimo de 2%.

Em relação à Síria, apesar de não aparecer entre os 10 principais países que requisitam proteção internacional na França, chamou a atenção do órgão por conta do crescente aumento que vinha apresentando desde 2012. Com 95% de aumento, as demandas sírias passam a somar 878 (sem considerar menores acompanhados ou reexames). A avaliação feita pelo OFPRA das requisições sírias somam 881, pois consideram menores acompanhados e reexames. Desses, 46, apenas, são rejeitados (5,2%).

No ano de 2013, também, surgem mudanças em relação às atividades do OFPRA para os requisitantes sírios. Em função da Guerra que se instalou na região e do crescente número de pessoas que demandam proteção internacional, o órgão resolveu acelerar o processo de

análise das requisições sírias e estabelecer missões *in loco* ao instalar equipas em alguns países do Oriente Médio para facilitar o processo de avaliação.

Já no ano de 2014, percebe-se que se trata do primeiro depois de seis anos de aumentos na demanda de proteção internacional a apresentar uma baixa. De acordo com o Gráfico 1, é possível notar que em relação às demandas de proteção (primeiras demandas e menores acompanhados) tem-se o número de 59.313 demandas em comparação com o número de 60.461 no ano de 2013 (um decréscimo de 1,9%). Levando em consideração a análise de demandas globais (primeira demanda, menores acompanhados e reexames) tem-se um decréscimo de 2,2%.

Tabela 4 - Demandas de Proteção Internacional para a França 2013/2012

ANNEXE 1

DEMANDES DE PROTECTION INTERNATIONALE 2013/2012 :
FLUX ET ACTIVITÉ DE L'OFPPA COMPARÉS

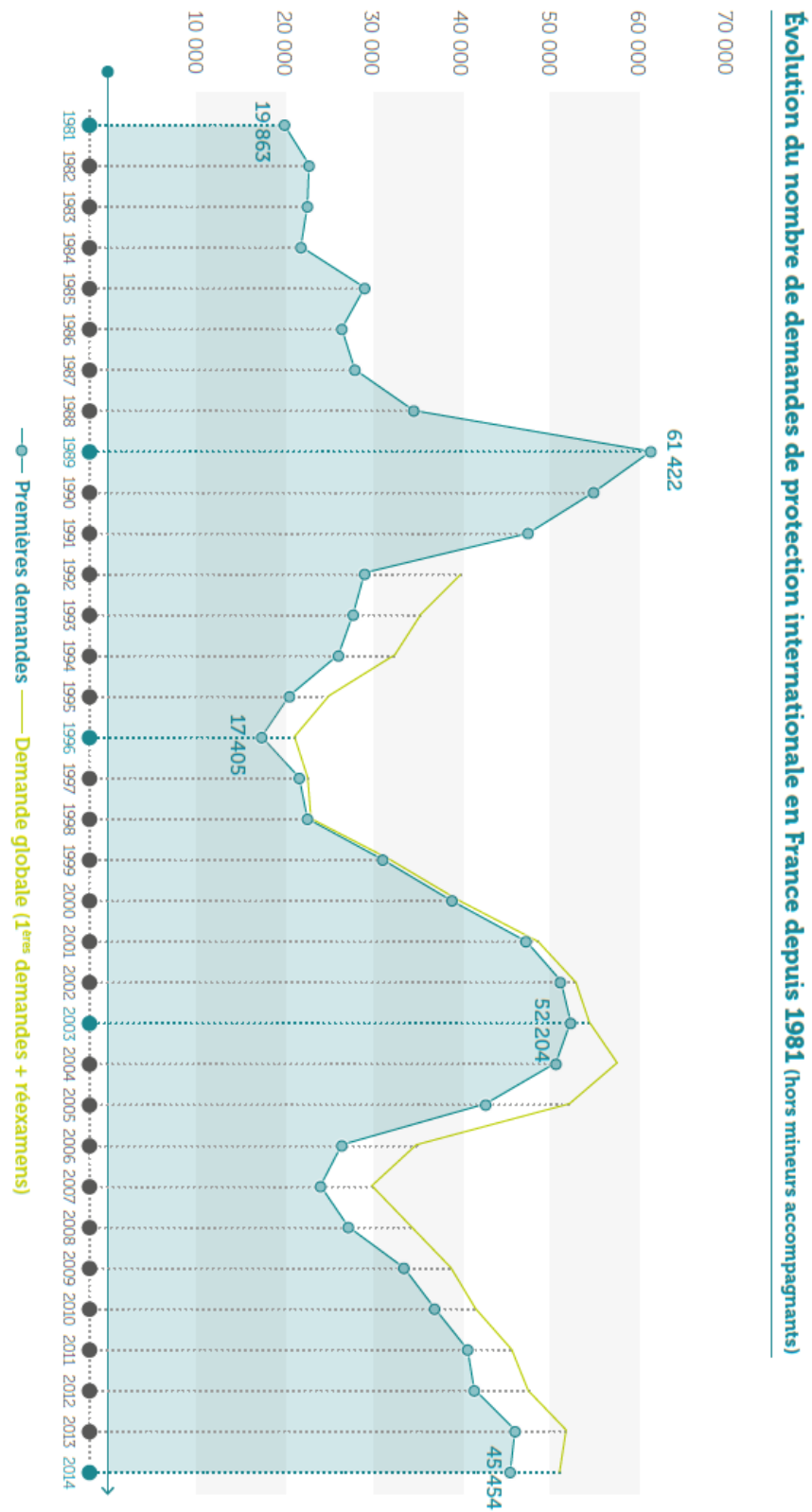
	2013	2012	ÉVOLUTION 2013/2012 %
Premières demandes (1)	45 925	41 254	11,3%
Mineurs accompagnants (2)	14 536	14 001	3,8%
Total 1ères demandes, mineurs accompagnants inclus (1+2)	60 461	55 255	9,4%
Réexamens (3)	5 790	6 213	-6,8%
Total demandes, réexamens inclus (1+2+3)	66 251	61 468	7,8%
Total décisions Ofpra (hors mineurs accompagnants)	46 987	46 267	1,6%
Admissions	5 978	4 348	37%
<i>dont protections subsidiaires (PS)</i>	1 106	1 185	-7%
Rejets	40 706	41 672	-2%
Radiations et dessaisissements	303	247	23%
Taux d'admission Ofpra %	12,8%	9,4%	
Total décisions Ofpra sur mineurs accompagnants	15 069	13 861	8,7%
Total décisions Ofpra	62 056	60 128	3%
Admissions suite à une annulation de la CNDA	5 393	5 626	-4%
<i>dont protections subsidiaires (PS)</i>	1 176	1 377	-15%
Total admissions	11 371	9 976	14,0%
<i>dont total protections subsidiaires (PS)</i>	2 282	2 562	-11%

Fonte: OFPPA (2013)

O gráfico mostra que nas primeiras demandas, a queda é bastante sutil, sendo o número de 45.454 (sem a consideração de menores acompanhados e reexames). Já para a linha referente às demandas globais (primeiras demandas, menores acompanhados e reexames), a queda passa a ser um pouco maior.

Houve outro decréscimo importante para ser registrado com relação à França. Dentre os principais países europeus a receber refugiados, a França, que no ano de 2013 estava em segundo lugar, em 2014 passa a ocupar o quarto lugar, atrás da Alemanha (que já se encontrava em primeiro lugar em 2013), da Suécia (que estava em terceiro lugar em 2013) e da Itália (que não constava na lista em 2013) (OFPRA, 2014). Essa situação pode ser observada no Gráfico 2 que mostra o crescimento que cada país sofreu desde 2013. A Itália aparece com a maior fatia, visto que sofreu a maior diferenciação: em 2013 não aparecia na lista dos principais países a receberem refugiados, tinha entre 28.000 demandas apenas; já em 2014 tem um aumento significativo de 142.170 demandas. A Alemanha que, desde 2012 apareceu com crescimentos, continua com aumento nas demandas: em 2014, seu aumento é de 58%. A França, por outro lado, sofre um decréscimo de 1.148 demandas (como mencionado anteriormente, 1,9% de queda). Mesmo com um decréscimo de 2,2% nas demandas globais, em 2014, as rejeições sofreram um aumento de 6%, como pode ser avaliado na Tabela 5.

Gráfico 1 – Evolução do número de demandas de proteção internacional na França (1981-2014)



Fonte: OFPRA (2014)

Gráfico 2 – Diferencial das demandas de proteção internacional nos países europeus entre os anos de 2013 e 2014



Fonte: OFPRA (2014)

Tabela 5 - Demandas de Proteção Internacional para a França 2014/2013

ANNEXE 1 Demandes de protection internationale 2014/2013 :
Flux et activité de l'Ofpra comparés

	2014	2013	ÉVOLUTION 2014/2013 %
Premières demandes (1)	45 454	45 925	-1,0%
Mineurs accompagnants (2)	13 859	14 536	-4,7%
Total 1^{ère} demandes, mineurs accompagnants inclus (1+2)	59 313	60 461	-1,9%
Réexamens (3)	5 498	5 790	-5,0%
Total demandes, réexamens inclus (1+2+3)	64 811	66 251	-2,2%
Total décisions Ofpra (hors mineurs accompagnants) (4)	52 053	46 987	10,8%
Admissions	8 763	5 978	47%
dont protections subsidiaires (PS)	1 940	1 106	75%
Rejets	43 066	40 706	6%
Radiations et dessaisissements	224	303	-26%
Taux d'admission Ofpra %	16,9%	12,8%	
Total décisions Ofpra sur mineurs accompagnants (5)	17 202	15 069	14,2%
Total décisions Ofpra mineurs inclus (4+5)	69 255	62 056	12%
Admissions suite à une annulation de la CNDA	5 749	5 393	7%
dont protections subsidiaires (PS)	1 563	1 176	33%
Total admissions	14 512	11 371	27,6%
dont protections subsidiaires (PS)	3 503	2 282	54%

Fonte: OFPRA (2014)

Outra grande mudança que acontece no ano de 2014 é que a Síria começa a constar nas dez principais nacionalidades a demandar asilo, como pode ser visto na Tabela 6. A Síria, no ano de 2013, teve um aumento de 95% nas demandas e, apesar de ser um número significativo, ainda não havia aparecido entre os 10 primeiros países. No ano de 2014, porém, esse quadro mudou e a Síria aparece em 5º lugar no ranking com 2.072 demandas (comparado com 878 demandas em 2013), um aumento de 136%. Uma parte importante desse número é referente aos civis que fogem da guerra ou das situações de grande violência. Cada vez mais, os que demandam são provenientes de minorias étnicas, mas, sobretudo religiosas (Cristãos, Curdos, etc), os quais são vítimas diretas do conflito (OFPRA, 2014, p. 11).

Das 3.154 demandas sírias feitas para a França (demandas globais), 1.467 foram avaliadas pela OFPRA e 63 foram rejeitadas (4,2%). A taxa de rejeições da OFPRA ao longo desses quatro anos avaliados pode ser vista na Tabela 7 e mostra que, apesar do decréscimo que apresenta, a diferença de pontos percentuais também diminui ao longo do tempo.

Os relatórios do OFPRA são divulgados, normalmente, entre abril e maio do ano posterior. Quanto aos dados de 2015, ano em que os ataques terroristas em nome do grupo combatente da Guerra da Síria, o Estado Islâmico, aconteceram na França, não há divulgação do relatório completo. Sabe-se, porém, que neste ano em questão, houve aumento nas demandas para 79.914 (aumento de 23,3%). A Síria é um dos países responsáveis por esse aumento, porque também mostrou crescimento no número de requisições (aumento de 64,2%). De acordo com a OFPRA (2016), das demandas sírias analisadas 97% sírios tiveram proteção concedida⁸² (OFPRA, 2016, Tradução Nossa).

Tabela 6 – 10 principais países a demandar proteção internacional à França em 2014

Principales nationalités des primo-demandeurs de protection internationale en 2014 (hors mineurs accompagnants)			
	2014	2013	Évolution 2014 / 2013 %
Rép. Dém. Congo	3 782	3 966	-4,6%
Chine	2 497	2 123	17,6%
Bangladesh	2 425	2 921	-17,0%
Russie	2 138	2 609	-18,1%
Syrie	2 072	878	136,0%
Pakistan	2 047	1 683	21,6%
Albanie	1 944	3 288	-40,9%
Soudan	1 793	749	139,4%
Haiti	1 730	1 375	25,8%
Guinée	1 612	1 891	-14,8%
Autres pays	23 414	24 442	-4,2%
Sous total pays du top ten	22 040	21 483	2,6%
Total 1 ^{ères} demandes	45 454	45 925	-1,0%

Fonte: OFPRA (2014).

Assim, além dos dados estarem presentes para justificar um caminho por esse processo de securitização, é possível perceber que existem outros fatos que o comprovam. Resgatando o que foi visto no capítulo anterior, Buzan e Hansen (2009) mostram que o conceito de segurança da Escola de Copenhagen é formado através da habilidade dos tomadores de

⁸² “(...)97% des demandeurs d’asile syriens se sont vu octroyer une protection(...)”

decisão de construir ameaças e inimigos pelo seu ato de fala. Dessa forma, nos discursos de François Hollande, após os ataques terroristas, percebe-se que essa habilidade é posta em prática e se tem um posicionamento mais rígido em relação à questão dos refugiados.

No discurso feito no dia 16 de novembro de 2015 – três dias após os ataques que aconteceram em Paris – o presidente afirma que “a França está em guerra”⁸³ (FRANCE DIPLOMATIE, 2015a, Tradução Nossa) e que os ataques foram destinados à França, especificamente, porque a França é um país de liberdade e que deu início aos direitos humanos (FRANCE DIPLOMATIE, 2015a). Este trecho já mostra um posicionamento voltado para a segurança da França – ao dizer que se trata de um país de liberdade e berço dos direitos humanos – alarmando a população de que há uma ameaça que põe a França nessa posição de “guerra”. Assim, o presidente dá um primeiro passo para o que foi visto como o processo de securitização. Políticas já estavam sendo feitas em relação à Guerra da Síria e aos refugiados antes dos ataques destinados aos franceses, o que indica que esta determinada questão se situava no espectro politizado. Através do início dos discursos do presidente, indica-se o início, também, da trajetória para o espectro de securitização.

Essa guerra, na qual o presidente afirma que a França está engajada, é contra o terrorismo dos grupos combatentes da Guerra na Síria – especificamente o ISIS – que ameaça o mundo todo, de acordo com Hollande (FRANCE DIPLOMATIE, 2015a). Mas o presidente afirma que, nesta guerra, a França responderá com mais força e, eventualmente, vencerá (FRANCE DIPLOMATIE, 2015b).

Tabela 7 – Comparação entre o total de demandas e rejeições sírias entre 2011 e 2014

Comparação entre o total de demandas e as rejeições sírias 2011-2014				
	2011	2012	2013	2014
Total Síria avaliados pela OFPRA	56	264	881	1467
% Rejeitados	32,1%	7,9%	5,2%	4,2%

Fonte dos dados: OFPRA (2014)

⁸³ “France is at war.”

Uma das medidas que o presidente toma logo após os ataques terroristas do dia 13 de novembro de 2015 é o fechamento de fronteiras para “assegurar que ninguém entre e cometa qualquer ato como aquele do dia 13 de novembro”⁸⁴ (LE FIGARO, 2015c, Tradução Nossa).

Assim, o presidente afirma (FRANCE DIPLOMATIE, 2015a) que, por conta desses atentados, irá reforçar as operações na Síria, de modo que mais ataques aéreos às bases do Estado Islâmico foram ordenados – ataques aéreos, os quais, como pode ser visto no tópico referente à Guerra da Síria, tornam difícil a distinção entre civis e combatentes.

Além disso, Hollande (FRANCE DIPLOMATIE, 2015a), através do resgate do artigo 42 do Tratado da União Europeia, diz que “todos os Estados-Membros devem ter a obrigação de fornecer ajuda e assistência, porque, neste caso, o inimigo não é somente inimigo da França, é inimigo da Europa”⁸⁵ (FRANCE DIPLOMATIE, 2015a, Tradução Nossa). Dessa maneira, traz a questão dos refugiados para a atenção de outros países europeus, como forma de mostrar-lhes que têm, também, obrigação de receber aqueles que são elegíveis à condição de refugiado, mas que têm de mandar de volta para casa aqueles que acreditam não ser. Para o presidente, porém, para que isso ocorra, é necessário ter atenção às fronteiras externas. Ele ainda atesta que há uma necessidade de melhorar o processo de expulsão da França de pessoas que representam uma possível ameaça à segurança do país (FRANCE DIPLOMATIE, 2015a).

Através desses discursos feitos pelo presidente, é possível perceber um posicionamento mais intransigente quando se refere às questões relacionadas à Guerra da Síria (atos terroristas, participação com ataques aéreos e recebimento e controle de refugiados). Existe um apelo para maiores cuidados em relação às fronteiras e pessoas que podem se tornar ameaças ao país (sendo que é possível expulsá-las e “mandá-las de volta para casa”).

Há também o fato de que alguns países europeus – a França, inclusive – estão usando empresas de segurança privada para proteger os centros de detenção de migrantes, quando a responsabilidade deveria ser, também, de ONGs especializadas ou do ACNUR (Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados). No caso da França, a empresa Gespa, por exemplo, é especializada em colocar os presos para trabalhar por menos do que o limite mínimo de salários em determinadas prisões na França. Mas ela também é responsável pela

⁸⁴ “(...) assurer que personne ne pourra rentrer pour commettre quelque acte que ce soit”. Trecho retirado de um pronunciamento do presidente François Hollande presente no jornal Le Figaro. Disponível em: <<http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2015/11/14/01016-20151114ARTFIG00005-francois-hollande-annonce-la-fermeture-des-frontieres.php>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

⁸⁵ “(...)all the Member States shall have the obligation to provide aid and assistance because the enemy is not just France’s enemy, it is Europe’s enemy.”

prestação de serviços de gestão e por fornecer o serviço de alimentação em centros de remoção de imigrantes na França e no exterior⁸⁶ (NIELSEN, 2013).

Por outro lado, a França mostra que não são só empresas de segurança privada que são contratadas para cuidar da segurança dos campos. Há casos em que a segurança pública é colocada em questão. Um exemplo importante é na cidade de Calais no norte da França, onde muitos casos de violência cometidos pela polícia são reportados pelos refugiados nos campos. De acordo com uma pesquisa feita pelo *Refugee Rights Data Project* (2016), 75,9% das pessoas entrevistadas na região sofreram algum tipo de violência dos policiais. As pessoas que responderam à entrevista comentaram sobre o uso de gás lacrimogêneo, balas de borracha, espancamentos e – em menor grau – a utilização de cães, abuso verbal e violência sexual⁸⁷ (RRDP, 2016, Tradução Nossa, p. 15).

É possível, então, perceber que, apesar de os dados do OFPRA não mostrarem nos anos de 2011 a 2014 um processo de decréscimo no recebimento de refugiados como forma de justificar um movimento para o espectro da securitização, há uma distância cada vez menor ao se comparar as porcentagens de recusa dos refugiados ao longo dos anos, o que pode significar uma estagnação no futuro. Além disso, os dados de 2015 não foram completamente divulgados e este foi o ano onde aconteceram mais eventos responsáveis pela alteração no posicionamento francês (como pode ser verificado nos discursos do presidente) em relação aos refugiados sírios.

Dessa forma, no discurso de François Hollande, após os ataques terroristas, percebe-se um posicionamento mais rígido em relação à segurança nacional e no controle de fronteiras, de modo que permite a expulsão de pessoas que possam apresentar uma ameaça ao país.

Além disso, órgãos responsáveis pela segurança do país – como a polícia – também são responsáveis por determinados campos de refugiados. Por outro lado, como o exemplo de Calais acima citado, a polícia utiliza de ações truculentas no tratamento dos refugiados lá presentes – fugindo do que propõem os direitos humanos. Esse tipo de tratamento pode, então, ser responsável pela diminuição no número de demandas de refúgio na França, visto que os refugiados não desejam esse sofrimento.

Esses são pequenos indícios de que a França está caminhando para um processo de securitização. Pergunta-se: há securitização? Não. Levando em consideração o que foi

⁸⁶ “(...) is specialised in putting prisoners to work for below minimum wage limits at a handful of prisons in France. But it also specialises in providing management and catering services at immigrant removal centres in France and abroad.”

⁸⁷ “Respondents referred to the use of tear gas, rubber bullets, beatings, and — to a lesser extent — the use of dogs, verbal abuse and sexual violence.”

mostrado no capítulo anterior referente à Escola de Copenhagen, é possível dizer que a França está entre o espectro *politizado* e o espectro *securitizado*, mas em direção à securitização. A questão ainda é bastante recente para se afirmar que já existe securitização, visto que este processo ainda está no início – ainda existem políticas que demonstram que a França ainda se encontra no espectro politizado. É importante destacar que esse processo depende dos países onde acontece, mas não se trata de uma mudança rápida, ou seja, o que se vê entre o final de 2015 e o começo de 2016 é apenas o início desse processo. Por outro lado, pode haver securitização no futuro? Sim, os dados acima apresentados indicam a possibilidade de que, no futuro, caso os posicionamentos se mantenham dessa forma (ou se tornem ainda mais rígidos), haja uma conclusão no processo de securitização.

CONCLUSÃO

A Guerra da Síria, como procurou demonstrar o trabalho, possui muitas características que se assemelham às das “Guerras dos Povos”. Trata-se de uma guerra sem uma data de início precisa, onde o comando é difuso, o uso da força se encontra descentralizado em diversos grupos combatentes (inclusive, o governo), as motivações não são muito bem compreendidas e onde não existem estratégias bem definidas, mas, principalmente, imprevisibilidade, inovação e surpresa. É uma guerra que envolve objetivos políticos e com uma forte influência da religião.

A sua característica principal, entretanto, que mais tem relevância no presente trabalho é o fato de os civis serem alvos deliberados. Isso tem produzido um enorme contingente de refugiados, inclusive em países do continente europeu, o que tem contribuído para que seja uma das maiores crises humanitárias com a qual a Europa tem de se preocupar. A entrada de um grupo de pessoas pertencentes a uma comunidade distinta faz com que determinados países europeus iniciem um processo de securitização, como visto no segundo capítulo. A França é um desses exemplos.

Assim, especificamente em relação à França e a sua participação nesse conflito, é possível perceber um posicionamento voltado para o que a Escola de Copenhague mostrou ser um que caminha em direção ao espectro da securitização através do ato de fala dos tomadores de decisão. Ou seja, não existe uma preocupação na busca da resolução do conflito, de um pensamento voltado para as relações entre os países a longo prazo e na busca para uma paz mais duradoura. Isso porque, ao acreditar que grupos combatentes da Guerra da Síria são ameaças, os tomadores de decisão podem perder o controle e fazer com que a população passe a temer não só a capacidade desses grupos combatentes, mas tudo que envolve a Síria em geral, inclusive, os refugiados (o que caracterizaria uma possível securitização do refúgio). Isso pode, ainda, agravar o sentimento de xenofobia, que já é um sentimento presente na Europa.

Assim, ao verificar um pensamento mais voltado para a segurança nacional, como proposto pelo presidente francês François Hollande, percebe-se o início de uma utilização deste tipo de discurso e o início de uma trajetória que sai do espectro politizado e se encaminha para a securitização.

Este posicionamento francês, então, tornou-se interessante para este trabalho, visto que a França não é um país numericamente relevante na questão de recebimento dos refugiados

sírios, em comparação com outros países do continente e, ainda mais, com os países do Oriente Médio, apesar de ter sido alvo de ataques terroristas assumidos pelo ISIS, grupo combatente na Guerra da Síria.

Dessa forma, este trabalho pretendeu responder a seguinte pergunta: Como, desde o início da Guerra na Síria, a França tem tratado os refugiados sírios que recebe, e esse tratamento se alterou com o passar dos anos? A hipótese sugerida foi de que o tratamento da França em relação aos refugiados, embora sem uma alteração muito perceptível, está em um processo contínuo de mudança. Ainda existe uma preocupação para com os refugiados que chegam ao país, uma vez que as pessoas continuam sendo acolhidas em seu território, entretanto, é possível perceber um pensamento cada vez mais voltado para a segurança nacional, principalmente após os ataques terroristas ocorridos em janeiro e novembro do ano de 2015.

Através da busca pelo objetivo geral do trabalho – o de analisar a política francesa em relação aos refugiados, especificamente sírios, para verificar se houve uma mudança na maneira como são tratados e identificar se, com essa mudança, houve um posicionamento mais preocupado com a segurança francesa, principalmente depois dos ataques terroristas sofridos no ano de 2015 – concluiu-se que a hipótese pode ser corroborada. Isso porque se verificou, de fato, uma alteração no tratamento dos refugiados. Mesmo assim, como apresentado no capítulo anterior, ainda não é possível afirmar que há securitização, porém, pode-se dizer que há o início de uma mudança, no sentido de que foram dados os primeiros passos entre o espectro politizado e o espectro securitizado que a Escola de Copenhague propõe.

Este processo de securitização que está em curso, é perceptível. Ele pode ser percebido pelos discursos das autoridades, inclusive com a utilização do termo “guerra”, pelas ações e políticas de contenção de refugiados e pela participação direta da França no conflito com os ataques aéreos perpetrados em território sírio.

Dessa forma, apesar de ser um caminho longo a ser percorrido e de não haver a comprovação de que, futuramente, haverá uma securitização completa – visto que depende da forma como os tomadores de decisão irão utilizar o discurso, ao longo do tempo, e como esta utilização influenciará a população e as próximas manobras e políticas do governo – essas questões já mostram o início de uma trajetória em direção à securitização. Se essa trajetória será finalizada, ainda não é possível inferir.

Outros objetivos específicos foram também perseguidos ao longo do trabalho. Para que fosse possível contextualizar a Guerra da Síria, foi necessário, antes, apresentar teoricamente os diferentes tipos de guerra que existem no Sistema Internacional desde o século dezoito, de forma a verificar características dessas várias categorias que se assemelhassem com as características presentes no conflito sírio. Dessa forma, atingiu-se o objetivo de mapear os diversos tipos de guerras (tradicionais e os fenômenos atuais de uso da força) como forma de caracterizar a Guerra da Síria.

Outra questão, mencionada no parágrafo acima, é a contextualização da Guerra da Síria – outro objetivo específico do trabalho – necessária para que se entendam as condições às quais os refugiados se encontram e como se inserem na sociedade francesa. Através de um apanhado histórico, análise de suas causas, de seus principais atores e, principalmente, de suas características, atingiu-se o objetivo pretendido, relacionando-se os seus efeitos às condições dos refugiados na Europa, principalmente na França.

O último objetivo é o que facilita o atingimento do objetivo geral, visto que diz respeito à análise de dados do governo francês (a qual, no terceiro capítulo, foi produzida através da avaliação dos discursos do presidente François Hollande e dos relatórios do OFPRA, órgão responsável pela análise de demandas por proteção internacional na França) para a verificação da possível alteração na maneira como os refugiados são tratados desde o começo da guerra e se, através da análise desses discursos do presidente, este tratamento poderá perdurar no futuro.

A securitização, portanto, ainda não é uma realidade no caso da França. Ela é um percurso através do qual a França dá seus primeiros passos. É possível que, ao longo do caminho, a nação persista no mesmo percurso ou dê a volta e percorra o caminho que estava sendo traçado. A escolha de percorrer o caminho da securitização, contudo, em meio à catástrofe que a Guerra da Síria tem se mostrado, pode não ser considerada uma escolha racional. Com um número de refugiados sírios irrelevante em relação aos países do Oriente Médio e da própria Europa, conforme pode ser visto no capítulo anterior, a França não deveria ser um país que, eventualmente, pudesse bloquear a entrada destas pessoas em seu território, levando em consideração, ainda, ser o país berço dos direitos humanos. Estes refugiados não deveriam ser vistos como uma possível ameaça e, sim, como agentes de uma possível reconstrução do que será a Síria depois que essa catástrofe acabar. Para que isso aconteça, é necessário que recebam auxílio do Sistema Internacional, principalmente das grandes potências, tomadoras das grandes decisões e com poder suficiente para amparar a Síria neste

momento de crise. É dessa forma que deveriam pensar os tomadores de decisão na França e, não, em concluir o percurso que começaram a traçar.

Assim, deve-se pensar em soluções para a guerra e na reconstrução da Síria como propósito em meio a esta crise. Este é um trabalho que cabe às grandes potências do Sistema Internacional, visto que são eles os responsáveis pelas principais decisões que influenciam os outros países e, também, pelo fato de que a Síria sozinha não tem condições para resolver os problemas que persistem.

Para que isso aconteça, é necessário que estas potências consigam vencer as suas diferenças e unir suas forças para pensar na resolução do conflito de maneira conjunta. O que acontece no momento, entretanto, não é uma movimentação para essa união, visto que existem países no sistema que se posicionam do lado do governo (como o exemplo da Rússia) e outros que não aceitam se colocar ao lado do governo nem apoiam os grupos terroristas (como o exemplo da França).

É possível solucionar a atual crise humanitária na Europa? É difícil responder a esta pergunta. Pode-se afirmar, entretanto, que o quadro atual não caminha para uma solução definitiva. É fato que nenhum país, mesmo uma nação desenvolvida da Europa, como a França, tem condições de suportar uma quantidade quase interminável de refugiados em seu território. Também é fato que medidas de controle e segurança precisam, em alguma medida, serem tomadas para conter o fluxo migratório. Além disso, com relação àqueles que já estão admitidos é necessário garantir a sua proteção e sobrevivência. Contudo, qualquer ação que seja tomada em relação aos refugiados que não busque o término do conflito na região de origem não contribuirá para a resolução do problema. Isso porque, essas atitudes também contribuem para que os refugiados permaneçam nos países receptores sem uma perspectiva de retorno, além de incentivar o aumento de demandas por proteção internacional, pedidos de asilo, entre outros.

Refugiados não são causa e, sim, consequência. Essas pessoas não saem dos locais onde moram porque assim o desejam. Elas são forçadas a buscar esse destino por diversas situações. No caso da Síria, especificamente, procurar um entendimento de todos os envolvidos, potências Ocidentais, Rússia, governo sírio e, até mesmo, grupos rebeldes, que una esforços no combate aos grupos terroristas, principalmente o Estado Islâmico, pode ser o começo de uma solução.

A solução definitiva só se daria após, com a reconstrução do país, devastado pelo conflito. Como foi abordado acima, essa empreitada, com toda a certeza, necessitaria da

participação de todo o Sistema Internacional, já que a população da Síria, sozinha, não teria condições de fazê-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **O que é a Convenção de 1951?** Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>>. Acesso em: 02 maio 2016.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado.** Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_criterios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado.pdf?view=1>. Acesso em: 30 maio 2016.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Protocolo Adicional de 1967 à Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951.** Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bflick%5D=,169&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bfolder%5D=181>. Acesso em: 01 maio 2016.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Refugiados sírios já passam dos 4 milhões.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-refugiados-sirios-ja-passam-dos-4-milhoes/>>. Acesso em: 13 junho 2016.
ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações.** 2002. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/43-Paz_e_Guerra_entre_as_Nacoes.pdf>. Acesso em: 01 maio 2016.

BEEHNER, Lionel. **How Proxy Wars Work: And What That Means for Ending the Conflict in Syria.** 2015. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/2015-11-12/how-proxy-wars-work>>. Acesso em: 07 abril 2016.

CARRION, Doris. **Refugees Can Contribute to the Future of Syria.** Chatham House The Royal Institution of International Affairs. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/expert/comment/refugees-can-contribute-future-syria>>. Acesso em: 18 junho 2016.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FRANCE DIPLOMATIE. **Speech by the President of the Republic before a joint session of Parliament (Versailles, November 16, 2015), 2015a.** Disponível em: <<http://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/defence-security/parisattacks-paris-terror-attacks-november-2015/article/speech-by-the-president-of-the-republic-before-a-joint-session-of-parliament>>. Acesso em: 01 junho 2016.

FRANCE DIPLOMATIE. **Syrie – Prolongation de l’engagement des forces aériennes françaises en Syrie (25 novembre 2015), 2015b.** Disponível em: <<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/anciens-ministres/laurent-fabius-2012-2016/interventions->

a-l-assemblee-nationale-et-au-senat/article/syrie-prolongation-de-l-engagement-des-forces-aeriennes-francaises-en-syrie-25>. Acesso em: 27 maio 2016.

FUND FOR PEACE. **The Failed States Index 2011**. 2011. Disponível em: <<http://fsi.fundforpeace.org/rankings-2011-sortable>>. Acesso em: 29 abril 2016.

FUND FOR PEACE. **The Failed States Index 2012**. 2012. Disponível em: <<http://fsi.fundforpeace.org/rankings-2012-sortable>>. Acesso em: 29 abril 2016.

FUND FOR PEACE. **The Failed States Index 2013**. 2013. Disponível em: <<http://fsi.fundforpeace.org/rankings-2013-sortable>>. Acesso em: 29 abril 2016.

FUND FOR PEACE. **The Failed States Index 2014**. 2014. Disponível em: <<http://fsi.fundforpeace.org/rankings-2014>>. Acesso em: 29 abril 2016.

FUND FOR PEACE. **Fragile States Index 2015**. 2015. Disponível em: <<http://fsi.fundforpeace.org/rankings-2015>>. Acesso em: 29 abril 2016.

FUND FOR PEACE. **The Failed States Index 2015**. 2015. Disponível em: <<http://library.fundforpeace.org/library/fragilestatesindex-2015.pdf>>. Acesso em: 29 abril 2016.

FURTADO, Gabriela; RODER, Henrique; AGUILAR, Segio L. C.. **A Guerra Civil Síria, o Oriente Médio e o Sistema Internacional. Série Conflitos Internacionais**, Marília, v. 1, n. 6, p.1-6, dez. 2014.

HOLSTI, Kalevi J.. **The State, War, and the State of War**. New York: Cambridge University Press, 1996.

INTER-AGENCY INFORMATION SHARING PORTAL. **Syria Regional Refugee Response**. Disponível em: <<http://data.unhcr.org/syrianrefugees/regional.php>>. Acesso em: 31 maio 2016.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **Key Migration Terms**. Disponível em: <<https://www.iom.int/key-migration-terms>>. Acesso em: 09 maio 2016.

JOHNSON, Tony; SERGIE, Mohammed Aly. **Islam: Governing Under Sharia**. Council on Foreign Relations. Disponível em: <<http://www.cfr.org/religion/islam-governing-under-sharia/p8034>>. Acesso em: 30 maio 2016.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. 3. ed. California: Stanford University Press, 2012.

LE FIGARO. **François Hollande décrète l'état d'urgence**. 2015c Disponível em: <<http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2015/11/14/01016-20151114ARTFIG00005-francois-hollande-annonce-la-fermeture-des-frontieres.php>>. Acesso em: 4 junho 2016.

MIR, Luís. **Guerra civil: estado e trauma**. 2004. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=XDVGUR9dpcwC&printsec=frontcover&dq=guerra+civil&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjH65qwk7rMAhVMlpAKHSXzBocQ6AEIHTAA#v=onepage&q=guerra+civil&f=false>>. Acesso em: 01 maio 2016.

MIRHAN, Lejeune. **Califado: Reino de terror que serve ao imperialismo**. Oriente Mídia. Disponível em: <<http://www.orientemidia.org/califado-reino-de-terror-que-serve-ao-imperialismo/>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

OFFICE FRANÇAIS DE PROTECTION DE RÉFUGIÉS ET APATRIDES (OFPRA). **Les publications de l'Ofpra**. Disponível em: <<https://ofpra.gouv.fr/fr/l-ofpra/nos-publications/les-publications-de-l-ofpra>>. Acesso em: 23 maio 2016.

OFFICE FRANÇAIS DE PROTECTION DE RÉFUGIÉS ET APATRIDES (OFPRA). **Rapport d'activité 2011**. Disponível em: <https://ofpra.gouv.fr/sites/default/files/atoms/files/rapport_dactivite_2011.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

OFFICE FRANÇAIS DE PROTECTION DE RÉFUGIÉS ET APATRIDES (OFPRA). **Rapport d'activité 2012**. Disponível em: <https://ofpra.gouv.fr/sites/default/files/atoms/files/rapport_dactivite_2012_0.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

OFFICE FRANÇAIS DE PROTECTION DE RÉFUGIÉS ET APATRIDES (OFPRA). **Rapport d'activité 2013**. Disponível em: <https://ofpra.gouv.fr/sites/default/files/atoms/files/rapport_dactivite_2013.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

OFFICE FRANÇAIS DE PROTECTION DE RÉFUGIÉS ET APATRIDES (OFPRA). **Rapport d'activité 2014**. Disponível em: <https://ofpra.gouv.fr/sites/default/files/atoms/files/rapport_dactivite_2014.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

OFFICE FRANÇAIS DE PROTECTION DE RÉFUGIÉS ET APATRIDES (OFPRA). **Premier chiffres de l'asile em France em 2015**. Disponível em: <<https://ofpra.gouv.fr/fr/l-ofpra/actualites/premiers-chiffres-de-l-asile-en>>. Acesso em: 13 maio 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. 1945. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Acesso em: 01 maio 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados**. 1945. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Acesso em: 01 maio 2016.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Primavera Árabe"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/primavera-Arabe.htm>>. Acesso em 22 de maio de 2016.

REFUGEE RIGHTS DATA PROJECT (RRDP). **The Long Wait**. Filling Data Gaps Relating to Refugees and Displaced People in the Calais Camp. Disponível em: <http://refugeerights.org.uk/wp-content/uploads/2016/05/RRDP_TheLongWait.pdf>. Acesso em: 03 junho 2016.

RT NEWS. **‘New Jungle’ grows: Shocking images show migrant camp in French port city, mayor calls on army**. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/319121-aerial-photos-calais-migrants/>>. Acesso em: 30 maio 2016.

SCHUURMAN, Bart. **Clausewitz and the “New Wars” Scholar**, *Parameters* 40:1 (Spring 2010) 89-100

SCHUURMAN, Bart. **Clausewitz and the “New Wars” Scholar**, *Parameters* 40:1 (Spring 2010) 89-100

SINGER, P. W.; BROOKING, Emerson. **Terror on Twitter: How ISIS is taking war to social media—and social media is fighting back**. 2015. Disponível em: <<http://www.popsoci.com/terror-on-twitter-how-isis-is-taking-war-to-social-media>>. Acesso em: 30 maio 2016.

SKYRMS, Brian. **Stag Hunt and the Evolution of Social Structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Disponível em: <<http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam041/2003051530.pdf>>. Acesso em: 29 abril 2016.

THE CLARION PROJECT. **The Islamic State’s (ISIS, ISIL) Magazine**. Disponível em: <<http://www.clarionproject.org/news/islamic-state-isis-isil-propaganda-magazine-dabiq>>. Acesso em: 30 maio 2016.

#WHYMAPS?. **#WHYSYRIA : The Syrian Crisis in 10 minutes and 15 maps**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fzl3uZskzI8>>. Acesso em: 22 maio 2016.